

Painel

do Poder

MARÇO DE 2023

 Congresso
em Foco
Análise

Painel do Poder: rodada março / 2023

Realização

Congresso em Foco
Sylvio Costa
Fundador

Coordenação

Equipe do Congresso em Foco Análise

Supervisão Técnica

Prof. Dr. André Rehbein Sathler, pesquisador-
associado
Prof. Dr. Ricardo de João Braga, pesquisador-
associado

Supervisão Equipe de Coleta

Cristiane Sampaio
Felipe de Oliveira

Pesquisa de Campo

Congresso em Foco

Painel do Poder: Relatório Técnico Geral: Rodada
março de 2023. [Recurso Eletrônico] Brasília:
Congresso em Foco, 2023. 85p.

© Todos os direitos reservados. Utilização de qualquer dado
somente com autorização expressa do Congresso em Foco
Análise.

*Levantamento de campo realizado entre 06 de fevereiro de
2023 e 17 de março de 2023.*

Sumário

O PAINEL DO PODER.....	5
SUMÁRIO EXECUTIVO.....	6
PERGUNTAS E RESULTADOS IMEDIATOS	7
1. Pauta Legislativa - Grau de concordância.....	7
1.1. Respostas consolidadas	7
1.2. Descritivo sintético.....	15
1.3. Analítico	15
2. Pauta Legislativa - Chances de aprovação.....	17
2.1. Respostas consolidadas	17
2.2. Descritivo sintético.....	25
2.3. Analítico	25
3. Avaliação da atuação do governo federal	26
3.1. Respostas consolidadas	26
3.2. Descritivo sintético.....	37
3.3. Analítico	37
4. Tamanho do Estado.....	38
4.1. Respostas consolidadas	38
4.2. Descritivo sintético.....	42
4.3. Analítico	42
5. Tabagismo.....	42
5.1. Respostas consolidadas	43
5.2. Descritivo sintético.....	48
5.3. Analítico	48
6. Alimentação - Ultraprocessados	49
6.1. Respostas consolidadas	49
6.2. Descritivo sintético.....	54
6.3. Analítico	54
7. Imposto seletivo – Incidência – Reforma Tributária	55
7.1. Respostas consolidadas	55
7.2. Descritivo sintético.....	56
7.3. Analítico	56

8. Reforma Tributária – Concordância com itens específicos	57
8.1. Respostas consolidadas	57
8.2. Descritivo sintético.....	63
8.3. Analítico	63
9. Expectativas para governo Lula	65
9.1. Respostas consolidadas	65
9.2. Descritivo sintético.....	67
9.3. Analítico	67
10. Redes sociais – preferência como usuário	68
10.1. Respostas consolidadas	68
10.2. Descritivo sintético.....	69
11. Redes sociais – preferência para postar conteúdo	70
11.1. Respostas consolidadas	70
11.2. Descritivo sintético.....	70
12. Redes sociais – frequência de postagens	71
12.1. Respostas consolidadas	71
12.2. Descritivo sintético.....	71
13. Redes sociais – tempo de conexão	72
13.1. Respostas consolidadas	72
13.2. Descritivo sintético.....	73
B. PERFIL DA AMOSTRA	74
Partido.....	74
UF	74
Casa legislativa	74
Posição em relação ao governo	74
Região	75
Ideologia	75



O PAINEL DO PODER

Desenvolvido como projeto piloto nos últimos meses de 2016 e efetivamente implantado a partir de março de 2017, o Painel do Poder é desde então realizado regularmente.

Trata-se de pesquisa no formato de painel que possibilita aferir, de modo original e com fundamentação científica, as tendências predominantes no Congresso Nacional sobre uma vasta gama de assuntos.

Entre outras questões, essa ferramenta pioneira permite lançar luz sobre as percepções do Parlamento brasileiro em relação a:

- temas legislativos específicos,
- o cenário político e econômico e seus possíveis desdobramentos,
- o desempenho das principais autoridades do Poder Executivo,
- a performance de políticas públicas,
- a ação de instituições e de grupos organizados.

Para montar o “painel”, o Congresso em Foco ouve parlamentares que, a seu juízo, representam a parcela mais influente do Congresso Nacional por se enquadrarem em uma ou mais das situações seguintes:

- lideram bancadas (de partidos, do governo, da oposição, da maioria ou da minoria),
- integram as mesas diretoras da Câmara e do Senado,
- presidem comissões permanentes ou temporárias importantes,
- formam opinião em áreas relevantes, tais como economia, questões ambientais, temas de costumes e direitos humanos.

Cada rodada de pesquisa reúne pelo menos 60 entrevistas divididas entre deputados federais e senadores.

Embora a amostra procure refletir o pensamento das lideranças parlamentares, e não de todos os congressistas, são adotados cuidados metodológicos necessários para buscar aderência aos perfis regional, partidário e ideológico observados no conjunto do Congresso Nacional.



SUMÁRIO

EXECUTIVO

A Reforma Tributária tem grandes chances de ser aprovada. Nível de concordância dos parlamentares é alto (média de 4,8 em 5) e percepção de chances de aprovação também está acima da média (3,09).

Reajuste da tabela do Imposto de Renda também tem boas chances de aprovação (concordância de 4,38; chances de aprovação de 3,51).

Proposta de regulamentação das Fake News tem dificuldades. Média de concordância de 3,62; percepção de chances de aprovação de 2,87.

Novo marco fiscal alcança 3,73 (média da concordância) e 3,23 (chances de aprovação).

Voto de desempate no Carf é ponto de dificuldade para governo. Média de concordância é 2,89 e média da percepção de chances de aprovação é 2,8.

Atuação do governo:

Áreas em que o governo é avaliado acima da média <3>: Saúde (3,15); Promoção da Democracia (3,29); Relacionamento com o Congresso (3,1); Relacionamento com o Judiciário (4,1).

Áreas em que o governo é avaliado abaixo da média: Combate à corrupção (2,8); Economia (2,66); Educação (2,87); Melhoria geral do País (2,77).

Legislatura apresenta viés pró-Estado – 47,62% dos parlamentares escolheram notas 6 a 10, em uma escala decimal, na qual dez é a 'presença máxima'.

O Congresso está mais otimista do que pessimista em relação ao governo Lula, comparativamente ao governo Bolsonaro. Os que consideram que o governo será pouco melhor ou muito melhor em relação ao governo anterior são 59,09%.

O Instagram é a rede social predileta para consumo dos parlamentares, bem como para postagem de conteúdos.

Os parlamentares costumam realizar postagens diariamente nas redes sociais. A maioria dos parlamentares fica conectado de 1 a 3 horas por dia.

PERGUNTAS E RESULTADOS IMEDIATOS

1. Pauta Legislativa - Grau de concordância

Item questionado	Amplitude de resposta
<p>Numa escala de 1 a 5, em que 1 é a maior discordância possível e 5 é o máximo possível de concordância, até que ponto a senhora/o senhor CONCORDA com as seguintes propostas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Uma Reforma Tributária - Reajuste da tabela do Imposto de Renda - Regulamentação das Fake News - Novo marco fiscal (em substituição ao Teto de Gastos) - Governo ter o voto de desempate no Carf 	<p>1 = discordo totalmente 2 = discordo parcialmente 3 = indiferente 4 = concordo parcialmente 5 = concordo totalmente</p>

1.1. Respostas consolidadas

1.1.1. Tabela

	1	2	3	4	5	NS/NR	Média
Uma Reforma Tributária	1	0	2	5	57	1	4,8
Reajuste da tabela do Imposto de Renda	4	1	9	3	48	1	4,38
Regulamentação das fake news	13	6	5	7	32	3	3,62
Novo marco fiscal (em substituição ao teto de gastos)	10	4	10	7	31	4	3,73
Governo ter o voto de desempate no Carf	25	3	8	4	21	5	2,89

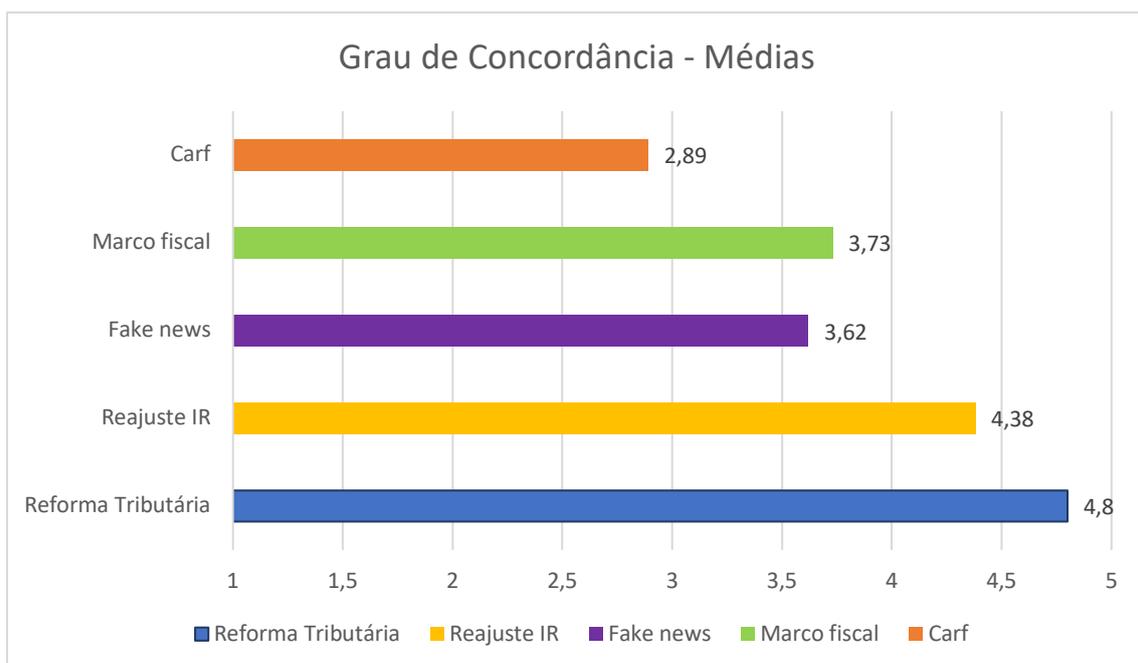
1.1.2. Tabela - %

	1	2	3	4	5	NS/NR
Uma Reforma Tributária	1,52	-	3,03	7,58	86,36	1,52
Reajuste da tabela do Imposto de Renda	6,06	1,52	13,64	4,55	72,73	1,52
Regulamentação das fake news	19,70	9,09	7,58	10,61	48,48	4,55
Novo marco fiscal (em substituição ao teto de gastos)	15,15	6,06	15,15	10,61	46,97	6,06
Governo ter o voto de desempate no Carf	37,88	4,55	12,12	6,06	31,82	7,58

1.1.3. Tabela consolidação notas negativas e positivas - %

	1+2	4+5
Uma Reforma Tributária	1,52	93,94
Reajuste da tabela do Imposto de Renda	7,58	77,27
Regulamentação das fake news	28,79	59,09
Novo marco fiscal (em substituição ao teto de gastos)	21,21	57,58
Governo ter o voto de desempate no Carf	42,42	37,88

1.1.4. Médias - Gráfico



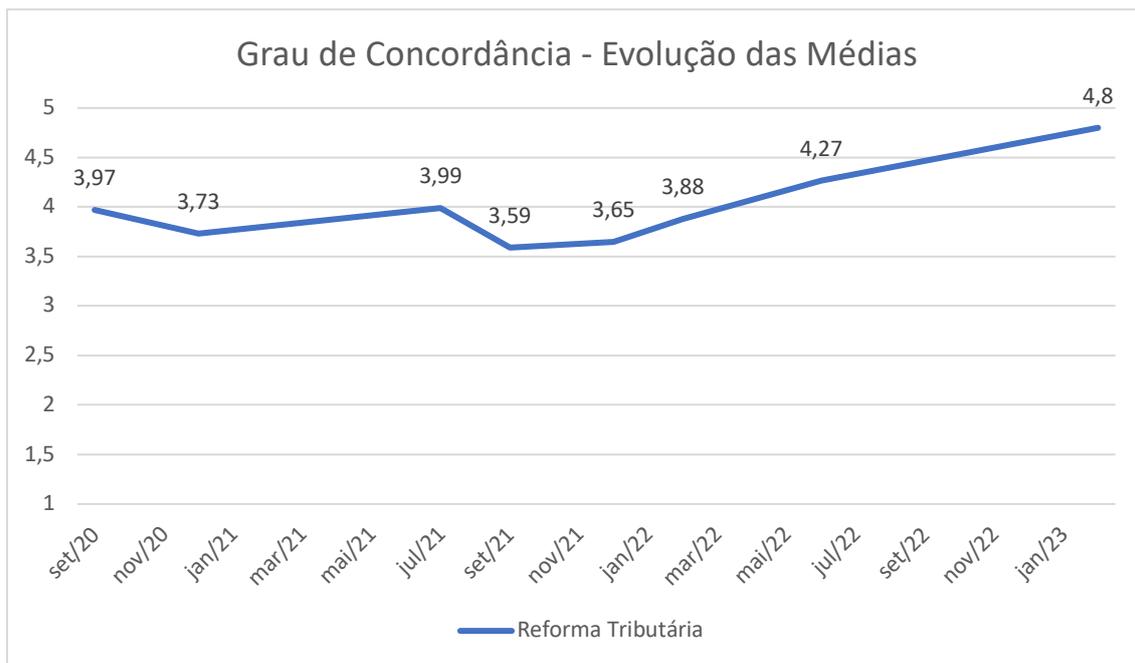
1.1.5. Reforma Tributária: Nível de concordância - consolidação piores notas - evolução %

	Set/20 1 + 2	Dez/20 1 + 2	Abr/21 1+2	Jul/21 1+2	Set/21 1+2	Dez/21 1+2	Fev/22 1+2	Jun/22 1+2	Fev/23 1+2
Reforma Tributária	15	20	ND	11,11	19,44	18,18	18,1	7,81	1,52

1.1.6. Reforma Tributária: Nível de concordância - consolidação melhores notas - evolução

	Set/20 4 + 5	Dez/20 4 + 5	Abr/21 4+5	Jul/21 4+5	Set/21 4+5	Dez/21 4+5	Fev/22 4+5	Jun/22 4+5	Fev/23 4+5
Reforma Tributária	15	20	ND	63,89	55,56	56,06	61,4	78,13	93,94

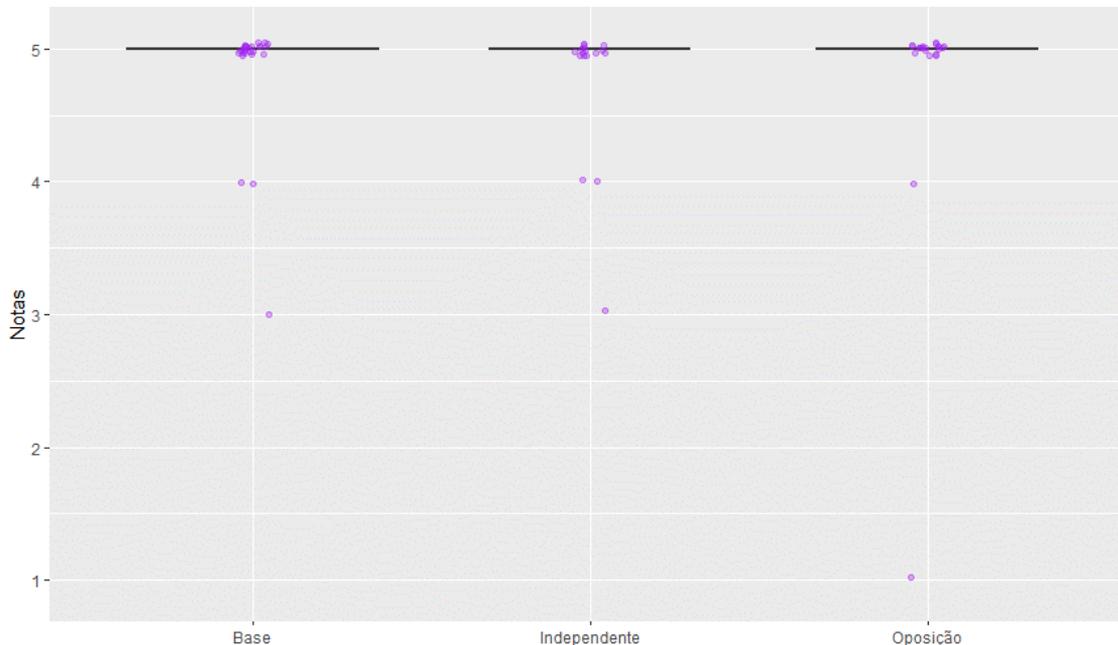
1.1.7. Reforma Tributária: Grau de concordância - média - evolução



1.1.8. Itens da Agenda - Nível de concordância - respondentes por perfil - Gráficos¹

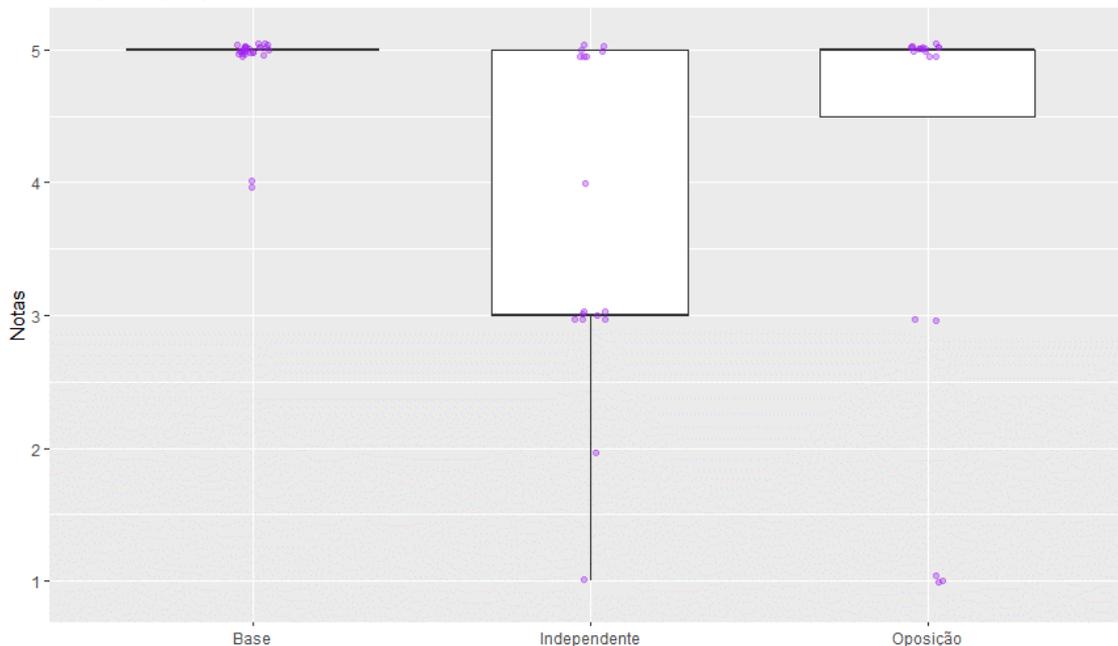
Concordância - Uma reforma tributária

Situação X Oposição



Concordância - Reajuste da tabela do Imposto de Renda

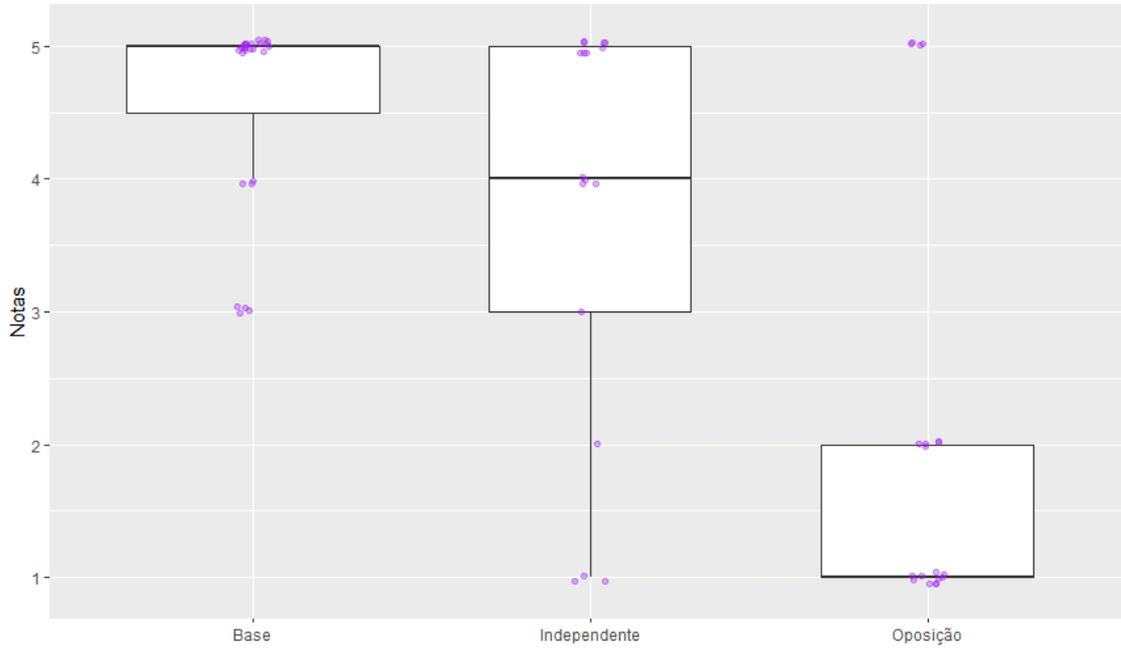
Situação X Oposição



¹ O "gráfico de caixa" lê-se da seguinte forma. O lado inferior da caixa limita abaixo as 25% piores notas. A linha horizontal no meio da caixa, as 50% (trata-se da mediana) e a linha superior, as 75% piores notas. Estão presentes também no gráfico a dispersão das notas (pontos coloridos) sobrepostas às caixas

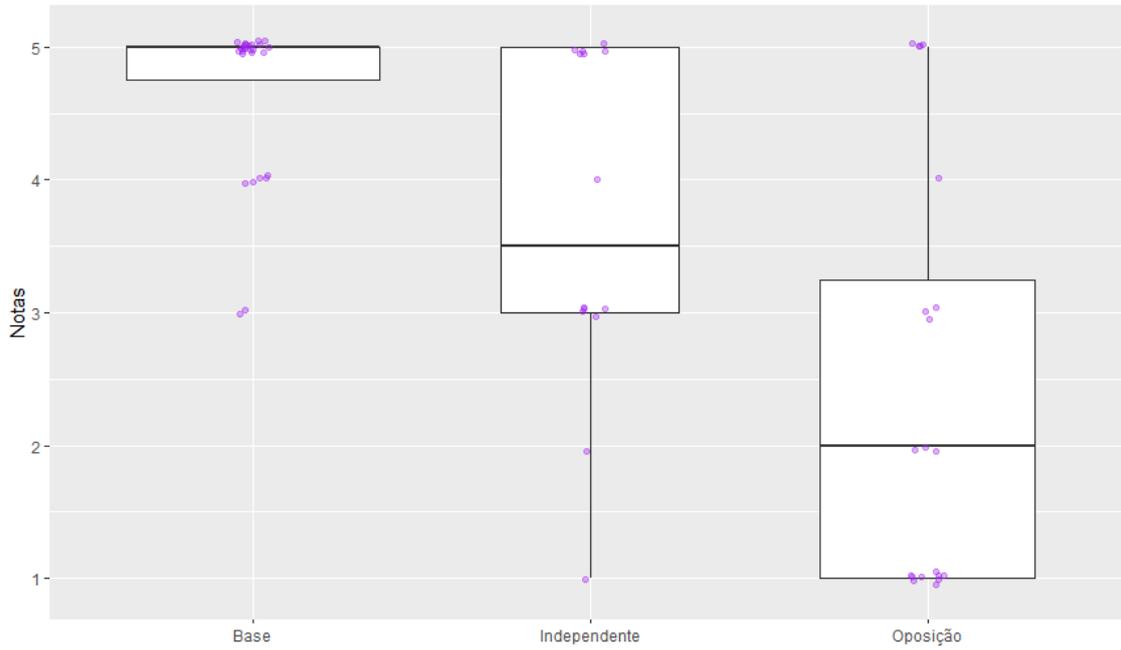
Concordância - Regulamentação das Fake News

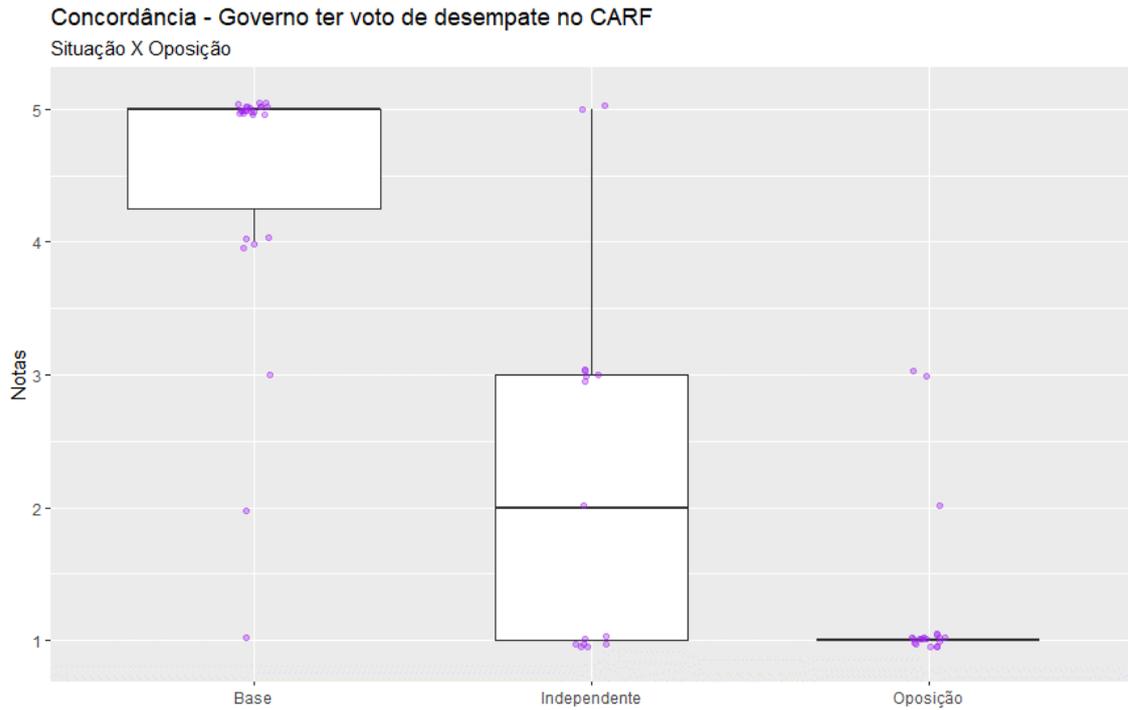
Situação X Oposição



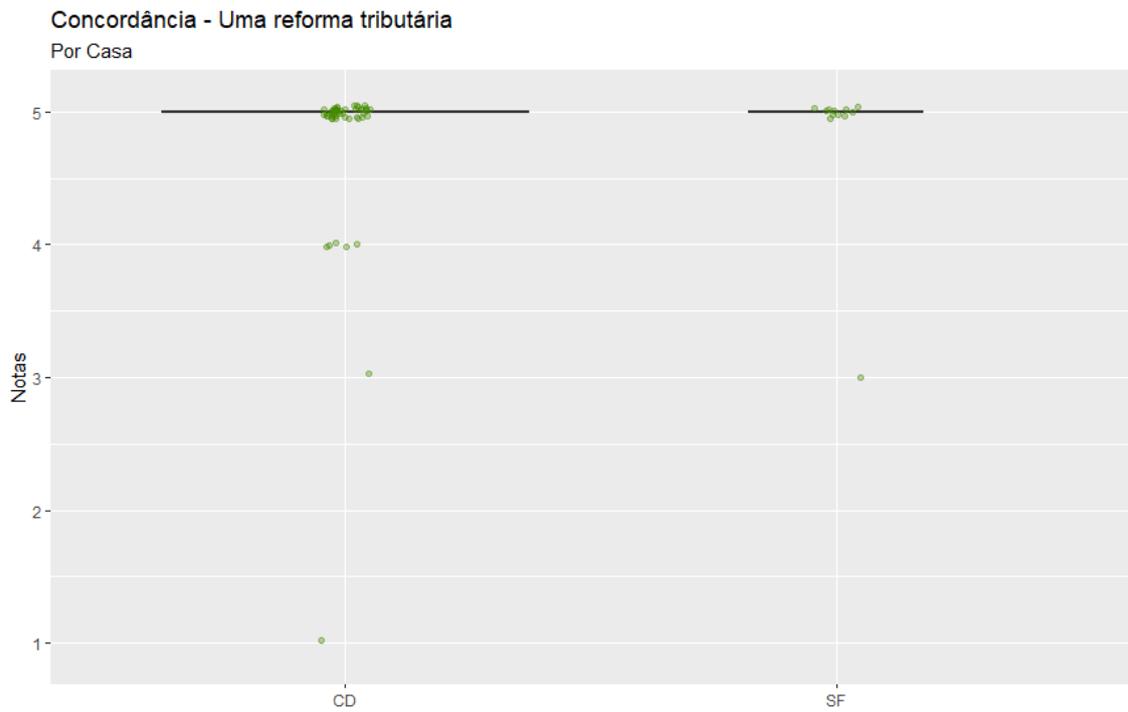
Concordância - Novo marco fiscal

Situação X Oposição



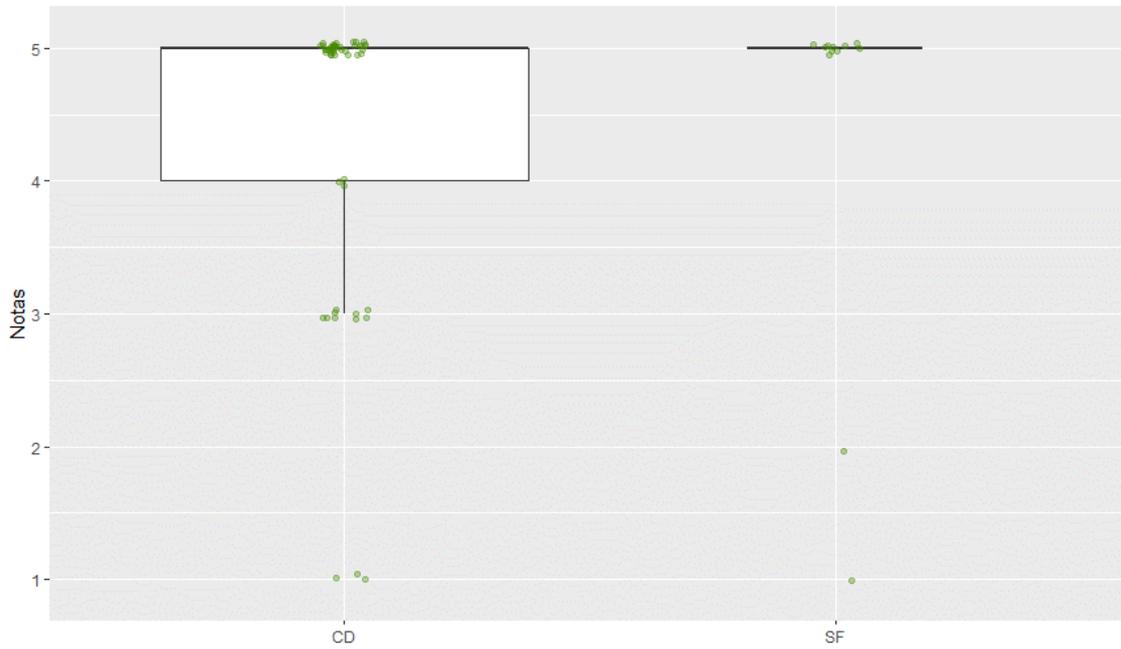


1.1.9. Itens da Agenda - Nível de concordância - respondentes por Casa Legislativa



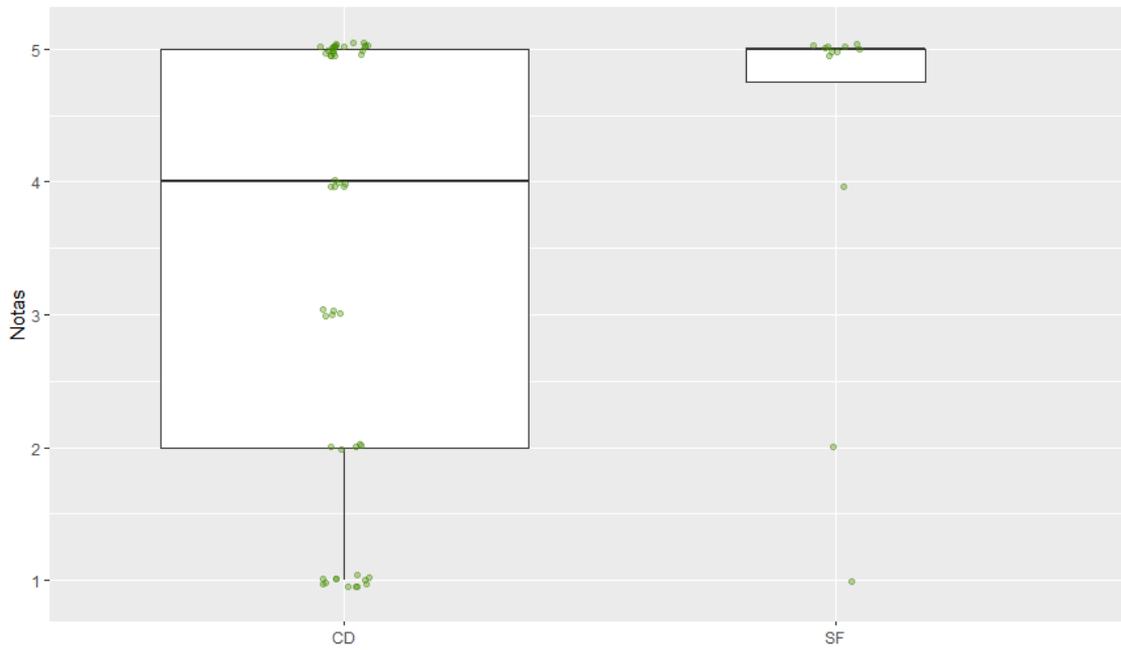
Concordância - Reajuste da tabela do Imposto de Renda

Por Casa



Concordância - Regulamentação das Fake News

Por Casa



1.2. Descritivo sintético

Médias de nível de concordância (obtidas a partir de uma escala Likert de 1 a 5, sendo considerado como ponto médio <3>):

Uma Reforma Tributária – 4,8;

Reajuste da tabela do Imposto de Renda – 4,38;

Regulamentação das Fakenews – 3,62;

Novo marco fiscal (em substituição ao Teto de Gastos – 3,73 ;

Governo ter o voto de desempate no Carf – 2,89.

1.3. Analítico

Confirmando as sondagens realizadas ao final da Legislatura passada, a Reforma Tributária aparece como a grande possibilidade de proposta estruturante a ser aprovada no início do Governo Lula. A média de concordância alcançou impressionantes 4,8 (em um total possível de 5). A mídia explora o tema continuamente, com valência positiva, destacando a potencialidade de aumento do PIB e, portanto, de melhoria para a população em geral.

Considerando a soma das melhores notas (4 e 5), são 93,94% dos parlamentares indicando um nível elevado de concordância com uma Reforma Tributária. Sintomático dessa tendência, por exemplo, foi entrevista à Folha de São Paulo, dada por Flávio Bolsonaro, na qual, ao final, indica que não faria uma oposição cega e que haveria concordância em alguns temas, citando, como exemplo, a Reforma Tributária.

Esses dados são importantes, sobretudo considerando-se a grande dificuldade de se aprovar uma reforma do gênero, dada a multiplicidade de interesses envolvidos. A última grande reforma tributária nacional foi feita durante a ditadura militar.

O Gráfico que mostra a resposta dos parlamentares conforme a sua posição ideológica (base / independentes / oposição) mostra que não há indícios de polarização, com o tema alcançando grande aprovação nos três segmentos. Idem quando se analisa o Gráfico que apresenta a resposta dos congressistas em termos de Câmara dos Deputados e Senado Federal.

O segundo item com maior concordância é o reajuste da tabela do Imposto de Renda, uma das promessas do Presidente Lula durante a campanha. Com média de 4,38, 77,27% dos deputados e senadores indicam concordar altamente com a proposta (assinaram notas 4 ou 5). O tema, entretanto, já demonstra algum grau de variação nas respostas em virtude da posição ideológica, com os parlamentares ditos independentes apresentando uma resistência maior. Em termos de Casa Legislativa, também se verifica uma resistência maior na Câmara dos Deputados do que no Senado Federal.

A proposta de regulamentação das Fake News vinha perdendo força na Legislatura passada e confirma a tendência na atual legislatura. Com média de 3,62 de

concordância, 59,09% dos congressistas indicaram alta aprovação, mas 28,79% assinalaram baixa aprovação (notas 1 e 2). O tema apresenta uma polarização clara, com a base manifestando uma aprovação mais elevada, os independentes uma posição intermediária e a oposição manifestando uma rejeição. Em termos de Casa Legislativa, o tema também apresenta uma resistência maior na Câmara dos Deputados.

A proposta de um novo marco fiscal, em substituição ao teto de gastos, alcançou média de 3,73, com 21,21% dos parlamentares assinalando notas 1 e 2; e 57,58% assinalando notas 4 e 5. Também é um tema que provoca polarização, com a base sinalizando mais favorável e a oposição contrária. Quando se analisa a questão pela ótica das Casas Legislativas, não há diferença significativa entre as opiniões de deputados e senadores.

O ponto concreto que já apareceu no radar dos parlamentares, a questão do voto de desempate no Carf ser do governo, apresentou média de concordância de 2,89 (abaixo, portanto, da média da escala, que é 3). É um tema que revela mais parlamentares com baixa concordância (42,42% assinalando notas 1 e 2) do que parlamentares com alta concordância (37,88% assinalando notas 4 e 5). Há polarização no tema, com a oposição e os independentes manifestando preferências contrárias. Em termos de Casa Legislativa, não há diferenças significativas.

2. Pauta Legislativa - Chances de aprovação

Item questionado	Amplitude de resposta
<p>Numa escala de 1 a 5, quais as CHANCES DE APROVAÇÃO, independentemente da posição do senhor/da senhora, das seguintes propostas nos próximos seis meses:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Uma Reforma Tributária - Reajuste da tabela do Imposto de Renda - Regulamentação das Fake News - Novo marco fiscal (em substituição ao Teto de Gastos) - Governo ter o voto de desempate no Carf 	<p>1 = chances muito baixas 2 = chances baixas 3 = chances nem altas nem baixas 4 = chances altas 5 = chances muito altas</p>

2.1. Respostas consolidadas

2.1.1. Tabela

	1	2	3	4	5	NS/NR	Média
Uma Reforma Tributária	11	7	23	11	12	2	3,09
Reajuste da tabela do Imposto de Renda	5	7	19	15	17	3	3,51
Regulamentação das fake news	10	15	18	13	7	3	2,87
Novo marco fiscal (em substituição ao teto de gastos)	7	11	17	18	11	2	3,23
Governo ter o voto de desempate no Carf	15	11	13	13	8	6	2,8

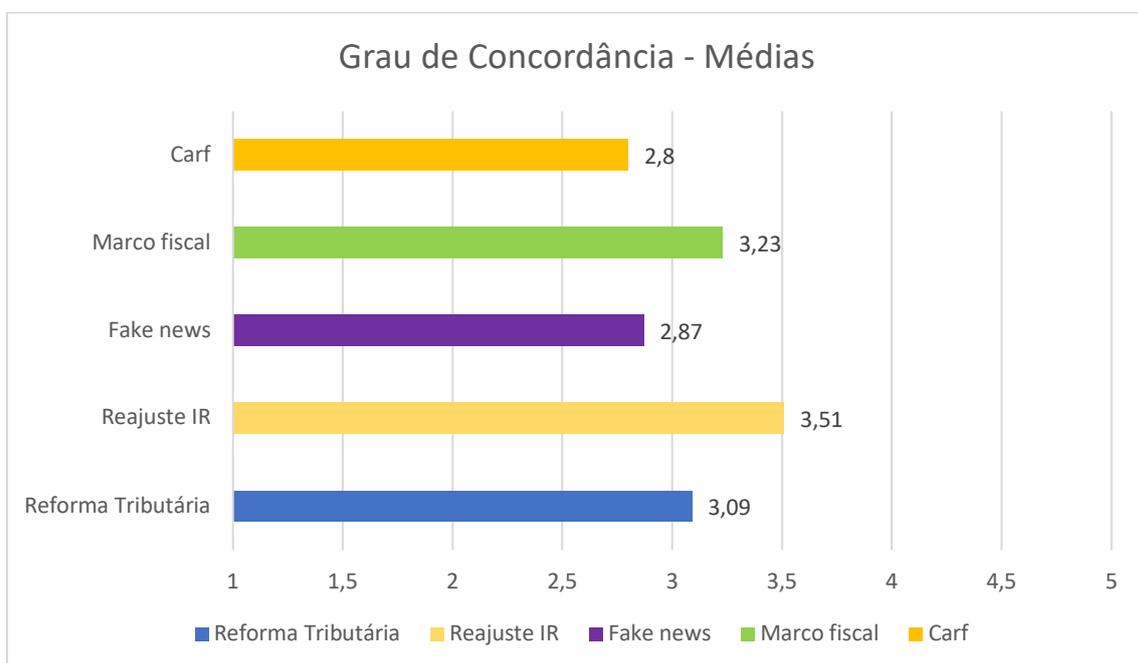
2.1.2. Tabela - %

	1	2	3	4	5	NS/NR
Uma Reforma Tributária	16,67	10,61	34,85	16,67	18,18	3,03
Reajuste da tabela do Imposto de Renda	7,58	10,61	28,79	22,73	25,76	4,55
Regulamentação das fake news	15,15	22,73	27,27	19,70	10,61	4,55
Novo marco fiscal (em substituição ao teto de gastos)	10,61	16,67	25,76	27,27	16,67	3,03
Governo ter o voto de desempate no Carf	22,73	16,67	19,70	19,70	12,12	9,09

2.1.3. Tabela consolidação notas negativas e positivas - %

	1+2	4+5
Uma Reforma Tributária	27,27	34,85
Reajuste da tabela do Imposto de Renda	18,18	48,48
Regulamentação das fake news	37,88	30,30
Novo marco fiscal (em substituição ao teto de gastos)	27,27	43,94
Governo ter o voto de desempate no Carf	39,39	31,82

2.1.4. Médias - Gráfico



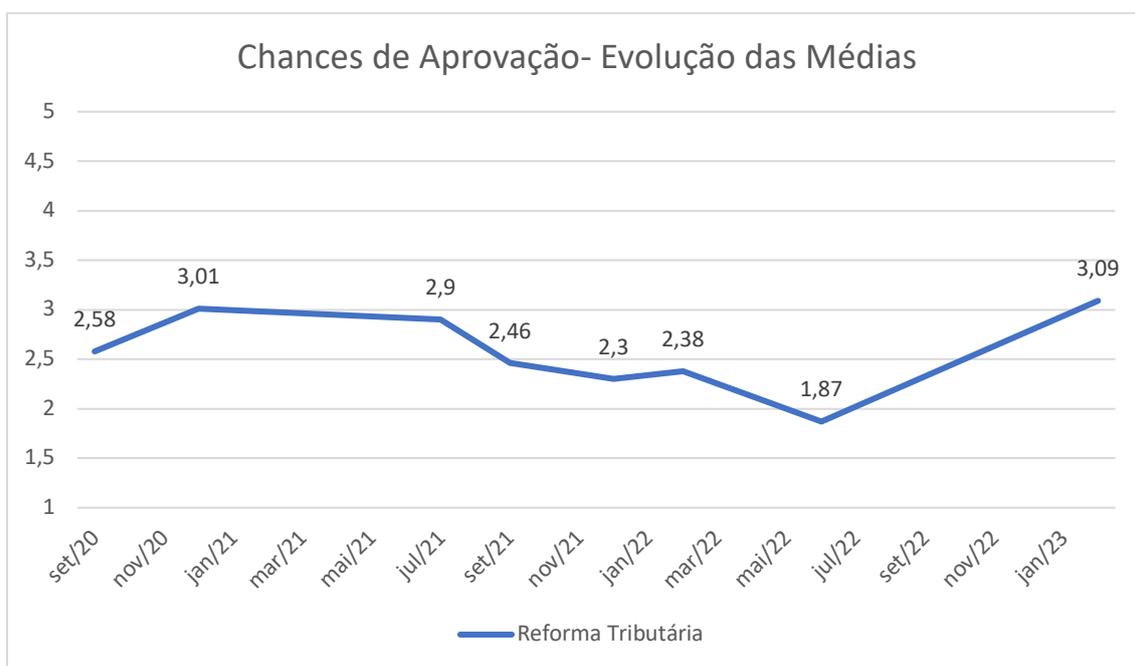
2.1.5. Reforma Tributária: Chances de aprovação - consolidação piores notas - evolução %

	Set/20 1+2	Dez/20 1+2	Jul/21 1+2	Set/21 1+2	Dez/21 1+2	Fev/22 1+2	Jun/22 1+2	Fev/23 1+2
Reforma Tributária	47	34,3	36,11	54,17	54,55	51,8	76,56	27,27

2.1.6. Reforma Tributária: Chances de aprovação - consolidação melhores notas - evolução %

	Set/20 4 + 5	Dez/20 4 + 5	Jul/21 4+5	Set/21 4+5	Dez/ 21 4+5	Fev/22 4+5	Jun/22 4+5	Fev/23 4+5
Reforma Tributária	24	35,7	27,78	16,67	15,15	12,0	4,69	34,85

2.1.7. Reforma Tributária: Chances de aprovação – evolução das médias



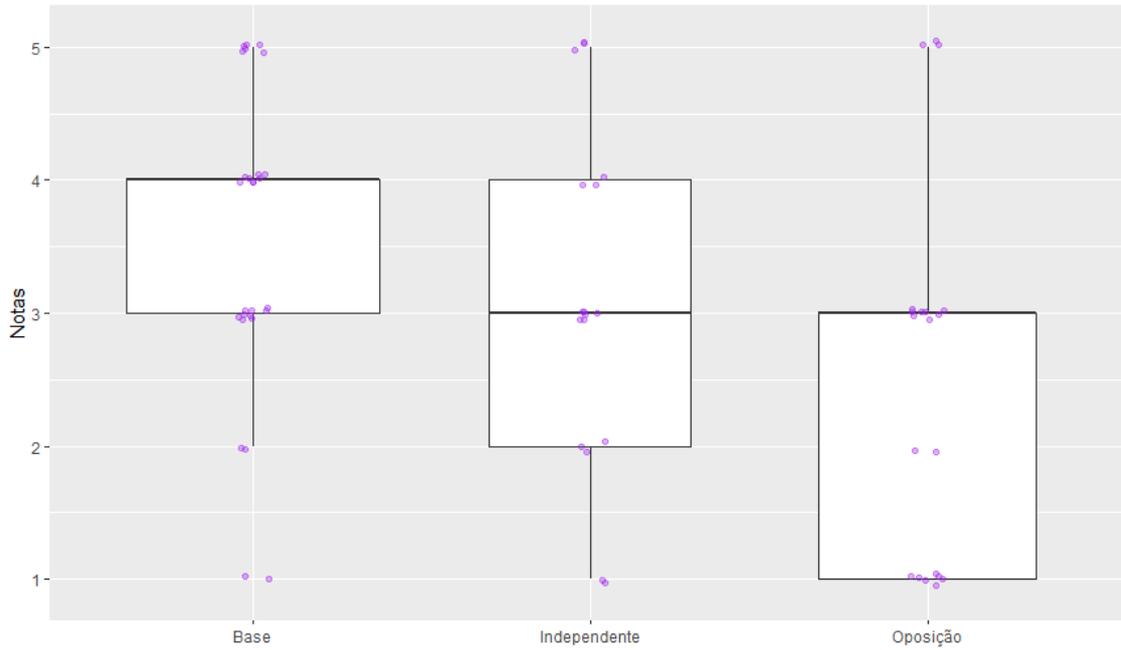
2.1.8. Concordância vs. chances de aprovação – Média – fevereiro de 2022

	Março de 2023	
	Concordância	Chances de Aprovação
Uma Reforma Tributária	4,8	3,09
Reajuste da tabela do Imposto de Renda	4,38	3,51
Regulamentação das fake news	3,62	2,87
Novo marco fiscal (em substituição ao teto de gastos)	3,73	3,23
Governo ter o voto de desempate no Carf	2,89	2,8

2.1.9. Itens da Agenda - Nível de concordância - respondentes por perfil

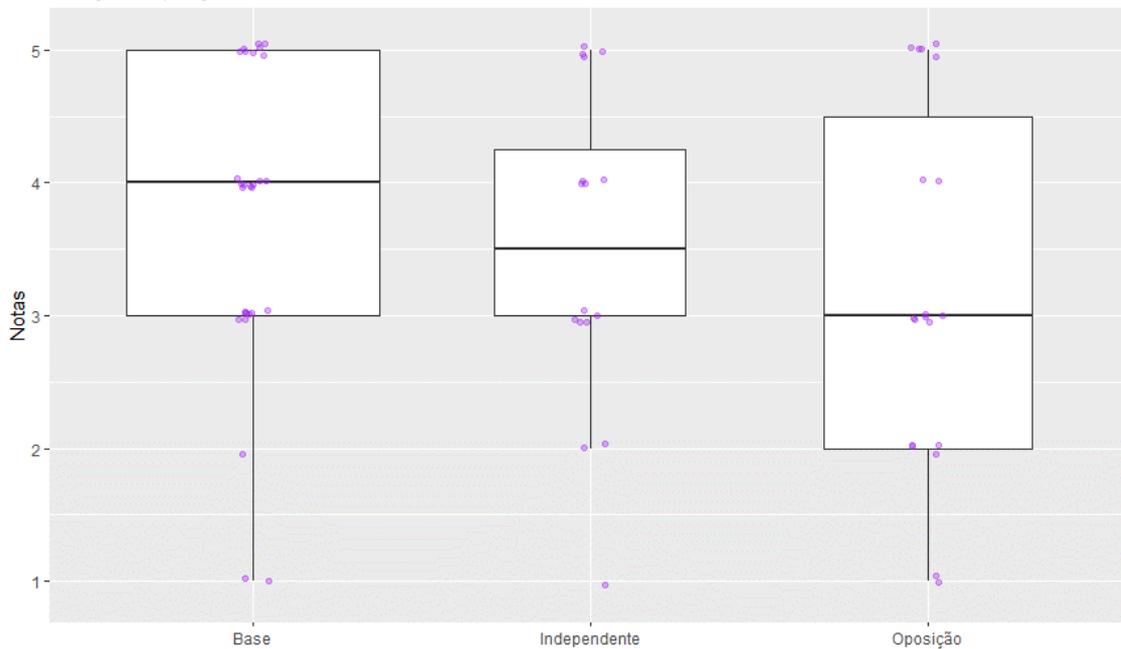
Chances de Aprovação - Uma reforma tributária

Situação X Oposição



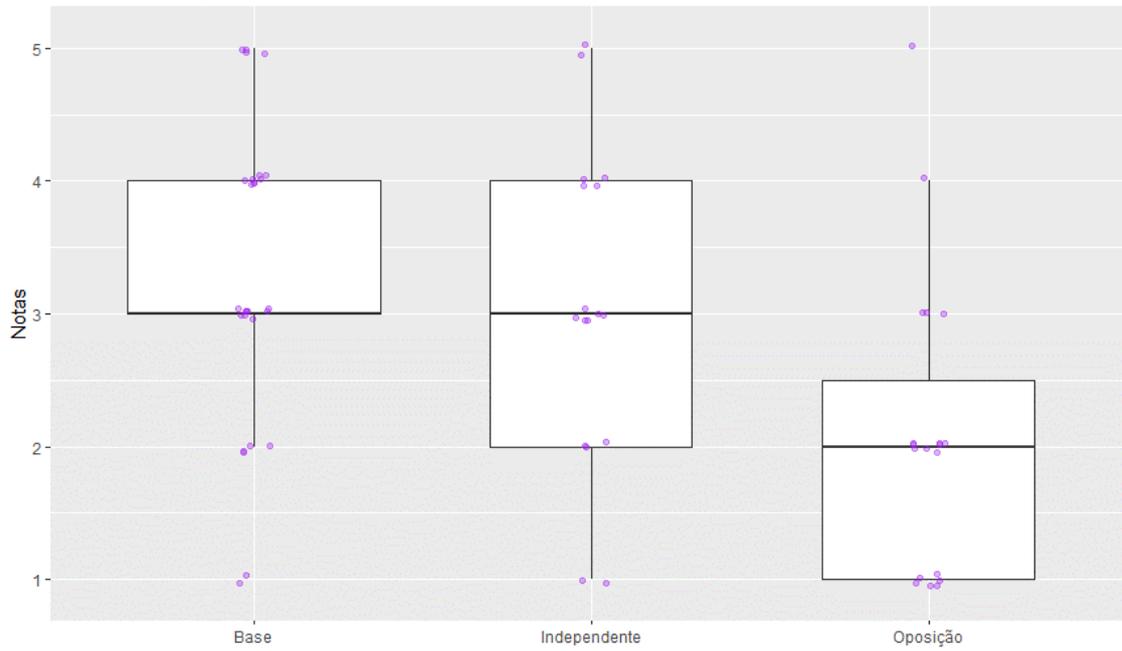
Chances de Aprovação - Reajuste da tabela do Imposto de Renda

Situação X Oposição



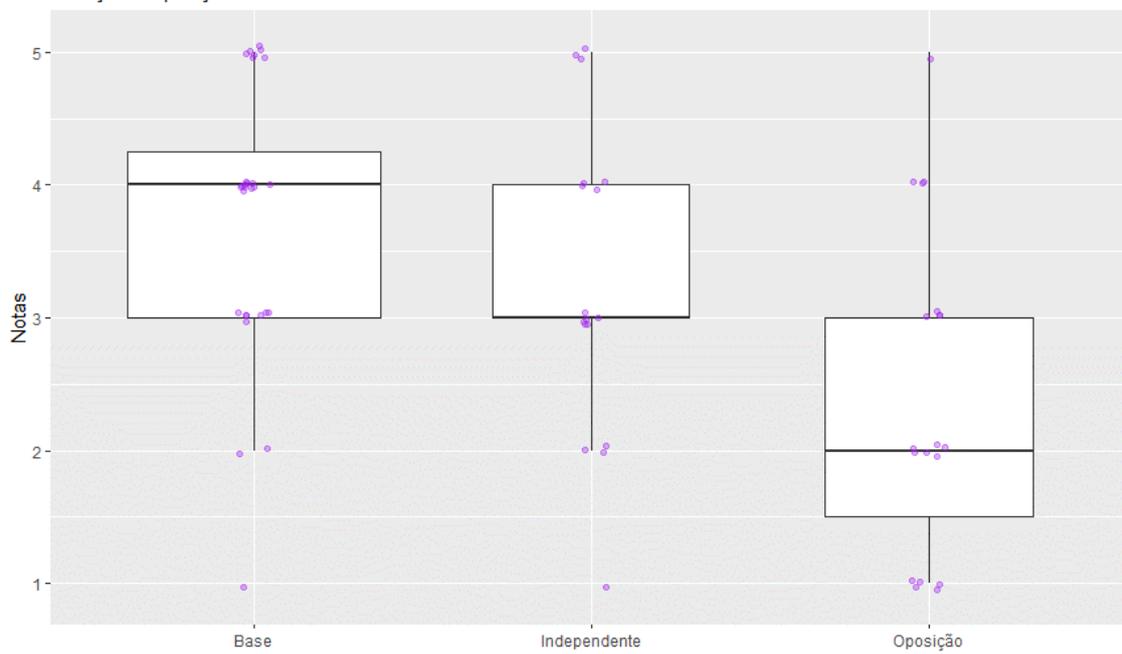
Chances de Aprovação - Regulamentação das Fake News

Situação X Oposição



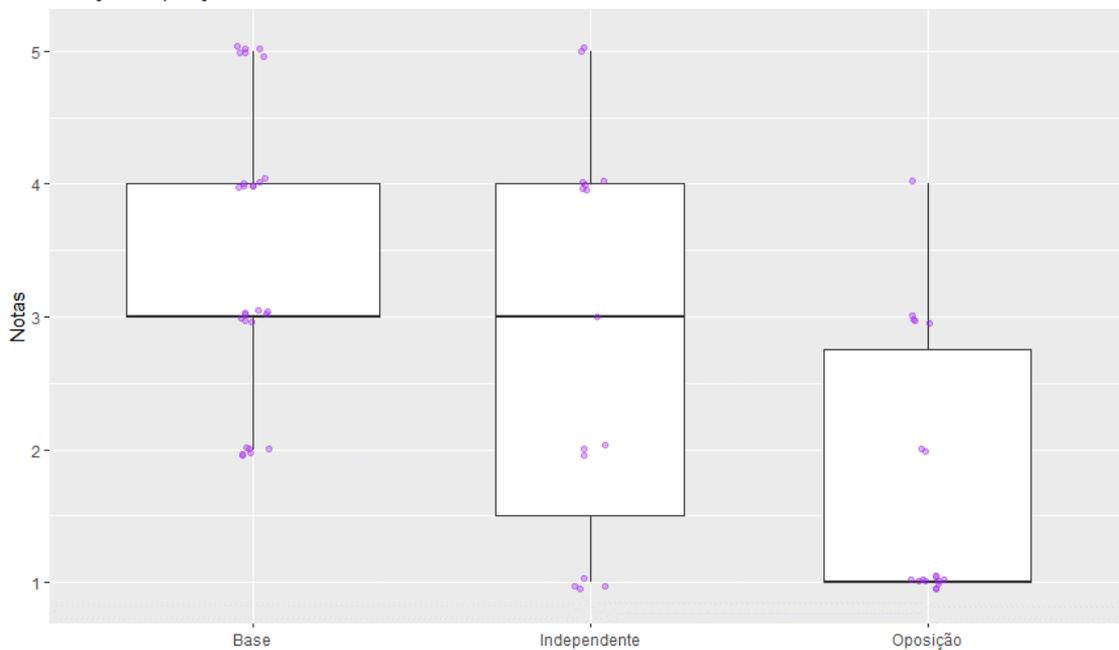
Chances de Aprovação - Novo marco fiscal

Situação X Oposição



Chances de Aprovação - Governo ter voto de desempate no CARF

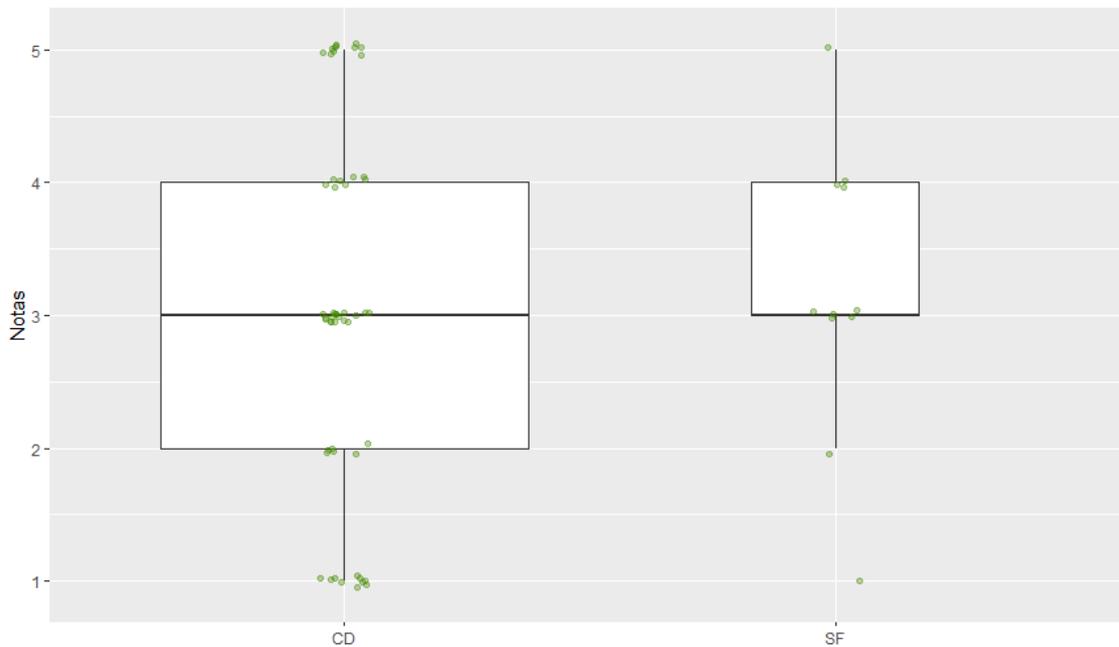
Situação X Oposição



2.1.10. Itens da Agenda - Nível de concordância - respondentes por Casa Legislativa

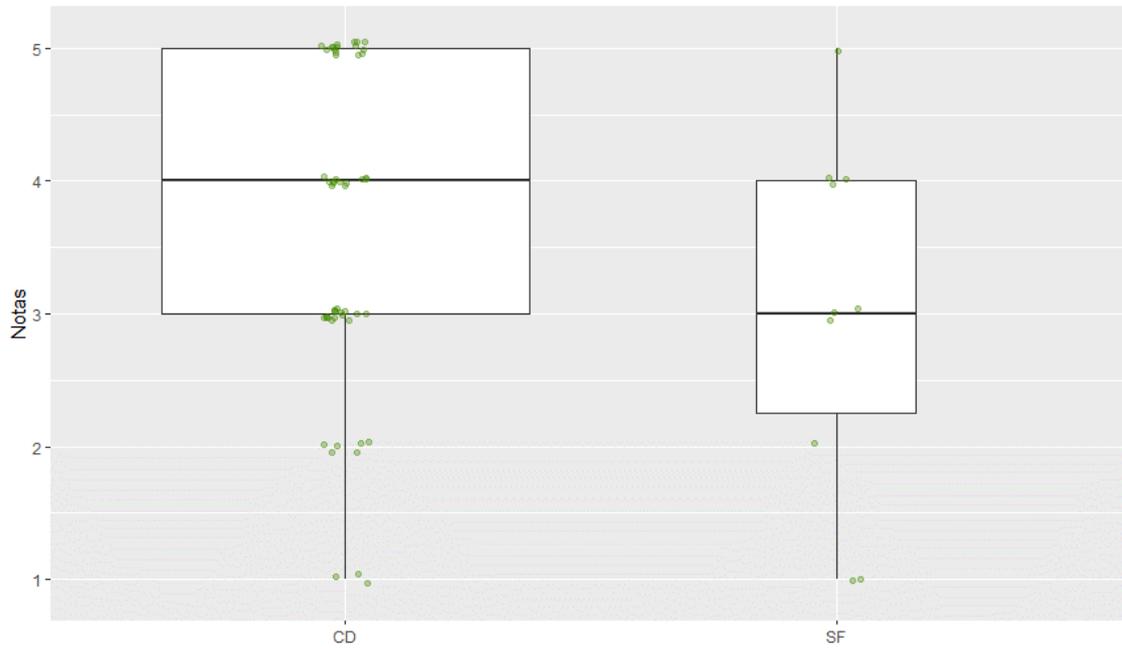
Chances de Aprovação - Uma reforma tributária

Por Casa



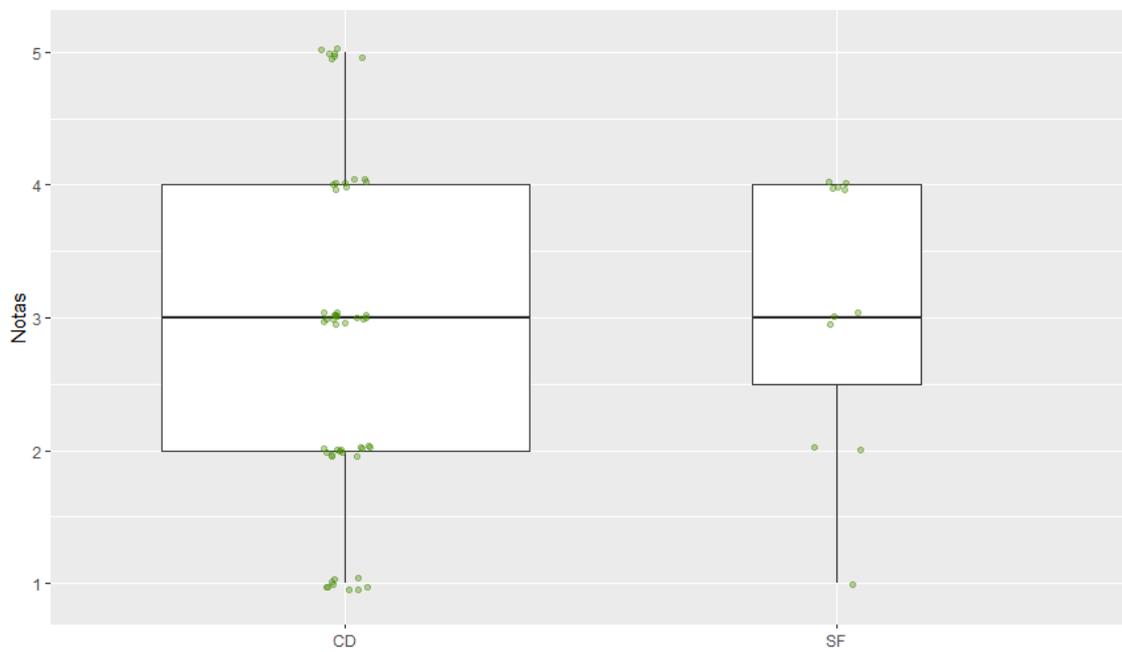
Chances de Aprovação - Reajuste da tabela do Imposto de Renda

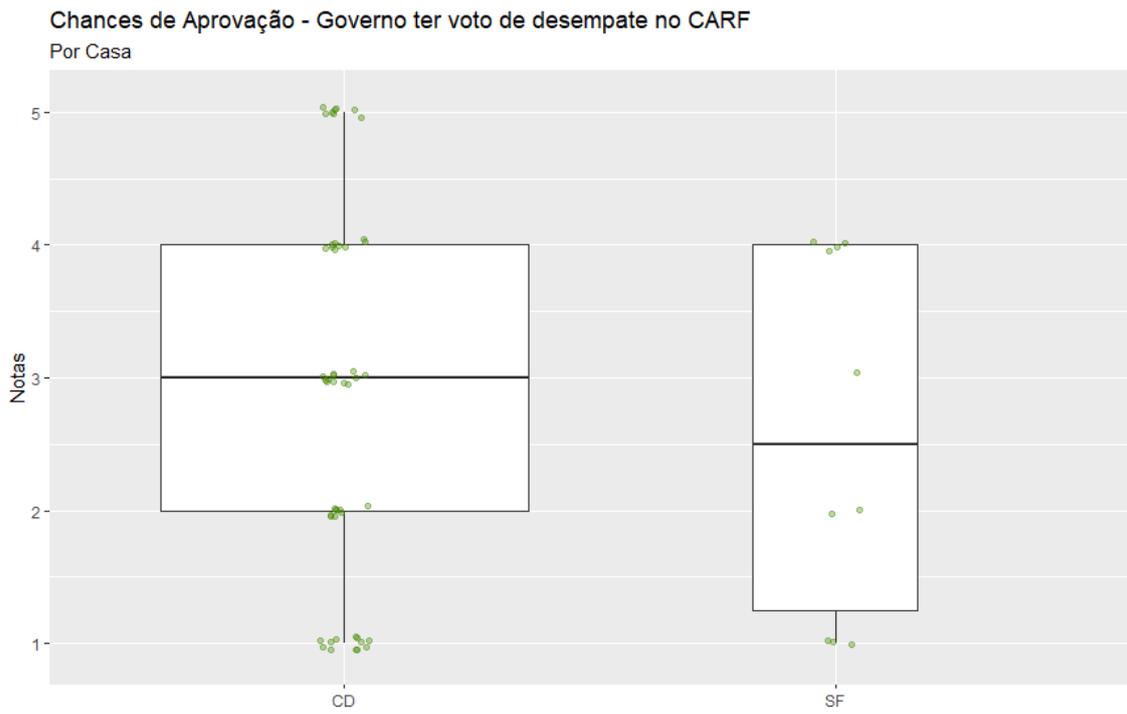
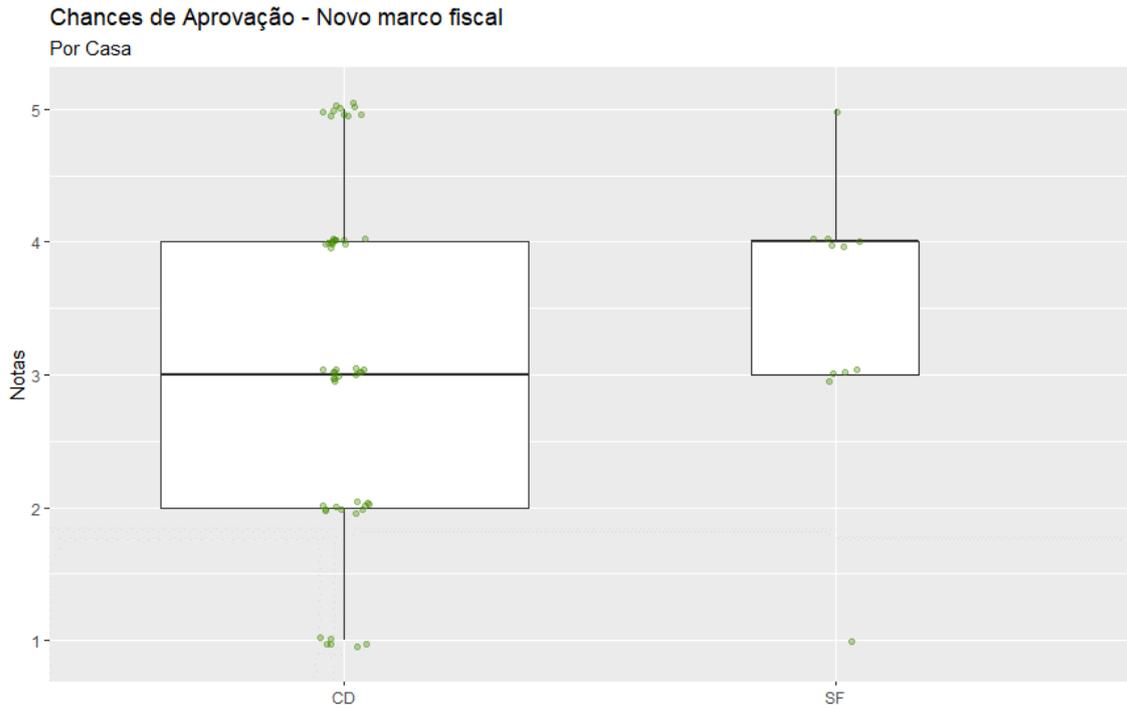
Por Casa



Chances de Aprovação - Regulamentação das Fake News

Por Casa





2.2. Descritivo sintético

Médias de percepção de chances de aprovação (obtidas a partir de uma escala Likert de 1 a 5, sendo considerado como ponto médio <3>):

Uma Reforma Tributária – 3,09;

Reajuste da tabela do Imposto de Renda – 3,51;

Regulamentação das Fake News – 2,87;

Novo marco fiscal (em substituição ao Teto de Gastos – 3,23;

Governo ter o voto de desempate no Carf – 2,8.

2.3. Analítico

Quando solicitados a manifestarem sua percepção com relação à chances de aprovação das propostas, o que requer que pensem sobre a conjuntura e os aspectos situacionais de seus pares, os parlamentares da atual Legislatura mantém o padrão verificado nas sondagens anteriores, sendo mais pragmáticos e menos polarizados.

A Reforma Tributária alcançou média de 3,09, a mais elevada da série histórica, confirmando o bom momento para que o assunto seja apresentado e deliberado pelo Congresso. 34,85% dos deputados e senadores consideram que a Reforma tem chances altas de aprovação (notas 4 e 5), ante 27,27% que consideram baixas as suas chances (notas 1 e 2).

Em termos de posição, há uma leve polarização, com a oposição se situando um pouco mais desfavorável. Entretanto, não chega a ser intensamente polarizado, como no caso da concordância. Em termos de Casa Legislativa, as diferenças não são significativas. Pragmaticamente, os parlamentares avaliam que a Reforma Tributária, eventualmente apresentada, tem boas chances de aprovação.

O reajuste da tabela do Imposto de Renda alcançou média de 3,51, ou seja, os congressistas avaliam que esse tema tenha chances boas de ser aprovado no Poder Legislativo. 48,48% dos parlamentares assinalaram notas 4 ou 5, chances altas de aprovação, ante apenas 18,18 que escolheram 1 ou 2, chances baixas de aprovação. O assunto é praticamente não polarizado (similaridade entre as percepções de parlamentares da base, independentes ou de oposição). Quando se olha para as Casas, há uma percepção mais favorável na Câmara dos Deputados.

A proposta de regulamentação das fake news deve de fato encontrar dificuldades. A média foi 2,87, com 30,3% dos congressistas indicando notas 4 ou 5 e 37,88% notas 1 ou 2. Mesmo se considerando o mencionado pragmatismo dos parlamentares, o tema é mais polarizado, com percepções mais desfavoráveis da oposição.

O novo marco fiscal (ainda não formalmente apresentado aos parlamentares) alcançou média de 3,23, com 27,27% dos parlamentares indicando notas 1 ou 2 e 43,94% indicando notas 4 ou 5. O tema também é levemente polarizado, com deputados e senadores da oposição manifestando-se desfavoravelmente.

A possibilidade de o governo manter o voto de desempate no Carf alcançou média de 2,8, com 39,39% dos parlamentares indicando notas 1 ou 2; e 31,82% notas 4 ou 5. Destaque-se que esse foi o ponto que apareceu com mais concretude perante os congressistas, uma vez que consta de Medida Provisória encaminhada pelo governo. Houve mobilizações diversas em busca de uma proposta viável, envolvendo inclusive reuniões com o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad. De qualquer modo, a oposição se manifesta mais desfavoravelmente e mesmo entre parlamentares da base há diversos com notas 2 ou 3.

3. Avaliação da atuação do governo federal

Item questionado	Amplitude de resposta
<p>Numa escala de 1 a 5, em que 5 representa a melhor avaliação possível e 1 a pior avaliação possível, que nota melhor reflete sua opinião sobre a ação do governo federal nas seguintes áreas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Combate à corrupção • Saúde • Economia • Educação • Melhora geral do país • Promoção da democracia • Relacionamento com o Congresso • Relacionamento com o Judiciário 	1 a 5

3.1. Respostas consolidadas

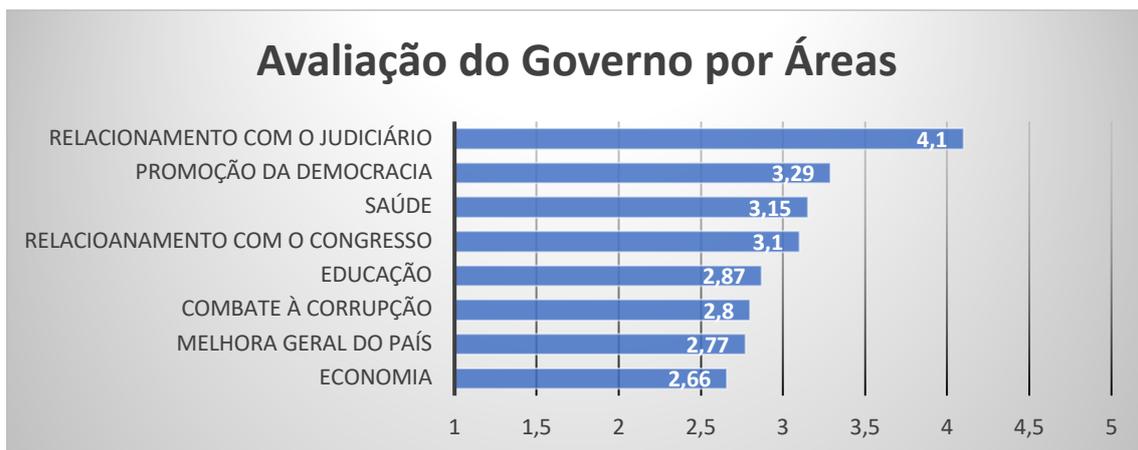
3.1.1. Notas consolidadas – Tabela

	1	2	3	4	5	NS/NR	Média
Combate à corrupção	23	1	12	11	12	7	2,8
Saúde	10	13	8	16	13	6	3,15
Economia	23	5	11	16	7	4	2,66
Educação	14	10	15	12	9	6	2,87
Melhora geral do país	19	8	10	14	9	6	2,77
Promoção da democracia	19	6	2	8	27	4	3,29
Relacionamento com o Congresso	13	7	12	19	10	5	3,1
Relacionamento com o Judiciário	3	2	9	20	28	4	4,1

3.1.2. Notas consolidadas - Tabela - %

	1	2	3	4	5	NS/NR
1-Combate à corrupção	34,85	1,52	18,18	16,67	18,18	10,61
2-Saúde	15,15	19,70	12,12	24,24	19,70	9,09
3-Economia	34,85	7,58	16,67	24,24	10,61	6,06
4-Educação	21,21	15,15	22,73	18,18	13,64	9,09
5-Melhora geral do país	28,79	12,12	15,15	21,21	13,64	9,09
6-Promoção da democracia	28,79	9,09	3,03	12,12	40,91	6,06
7-Relacionamento com o Congresso	19,70	10,61	18,18	28,79	15,15	7,58
8-Relacionamento com o Judiciário	4,55	3,03	13,64	30,30	42,42	6,06

3.1.3. Médias - Gráfico



3.1.4. Evolução - Tabela

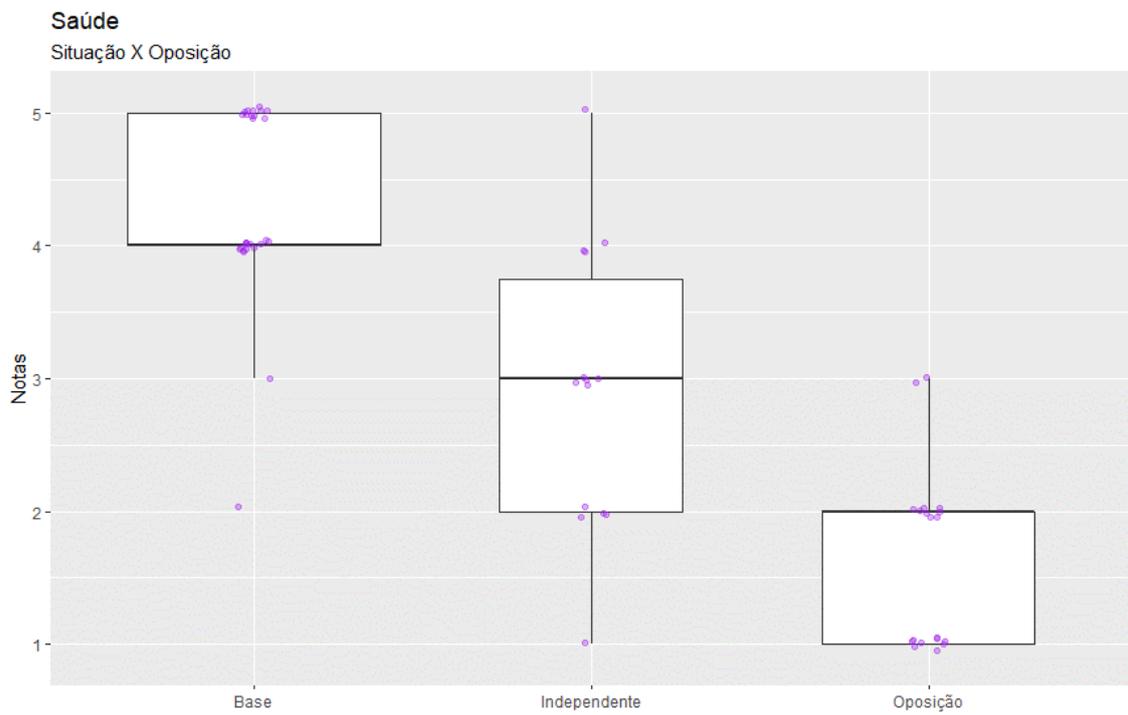
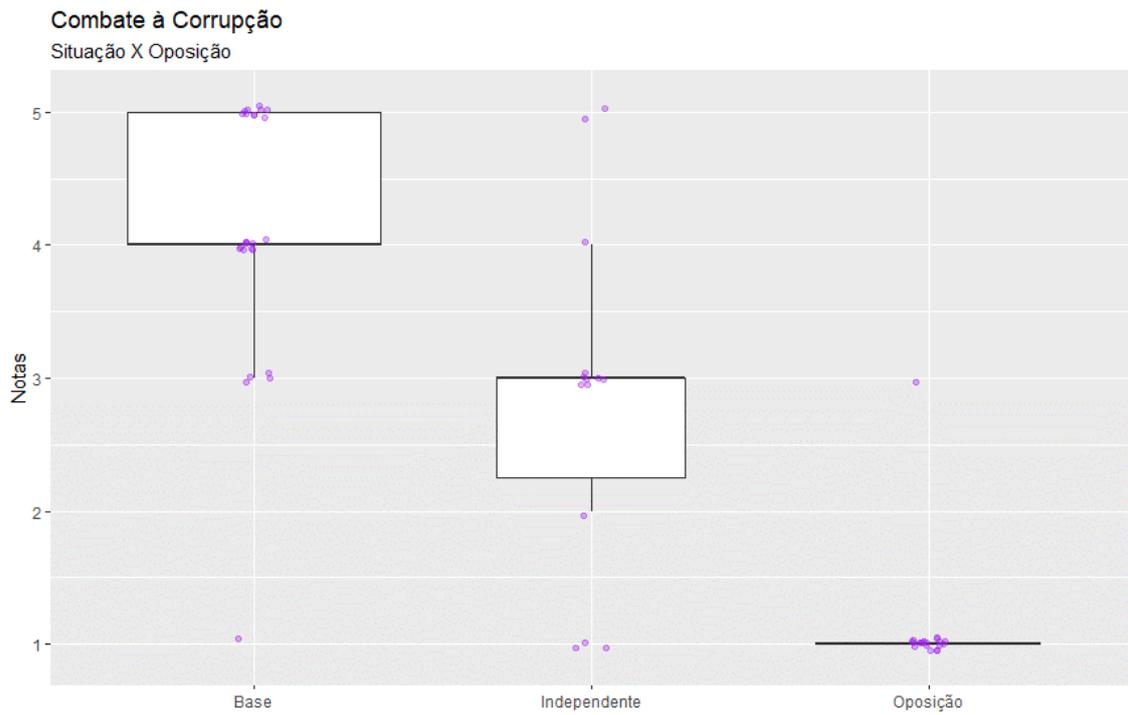
	jun /19	set /19	mar /20	jul /20	set /20	dez /20	abr /21	jul /21	set /21	dez /21	Fev /22	Jun /22	Dez /22	Fev /23
1	2,6	2,3	2,4	2,2	2,1	2,25	2,61	2,31	2,49	2,4	2,29	2,48	2,81	2,8
2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3,15
3	-	-	-	-	-	-	2,48	2,63	2,29	2,36	2,2	2,3	3,01	2,66
4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,3	2,11	2,09	2,3	2,87
5	-	-	-	-	-	-	2,19	2,29	2,04	2,27	2,18	2,2	2,77	2,77
6	-	-	-	-	-	1,95	2,07	2,10	1,99	2,19	2,02	2,22	2,51	3,29
7	1,5	1,8	1,65	2,05	2,15	2,8	2,51	2,42	2,36	2,38	2,24	2,55	2,68	3,1
8	1,9	2,2	1,9	1,8	1,95	2,7	2,20	2,01	1,57	1,77	1,61	1,61	1,68	4,1

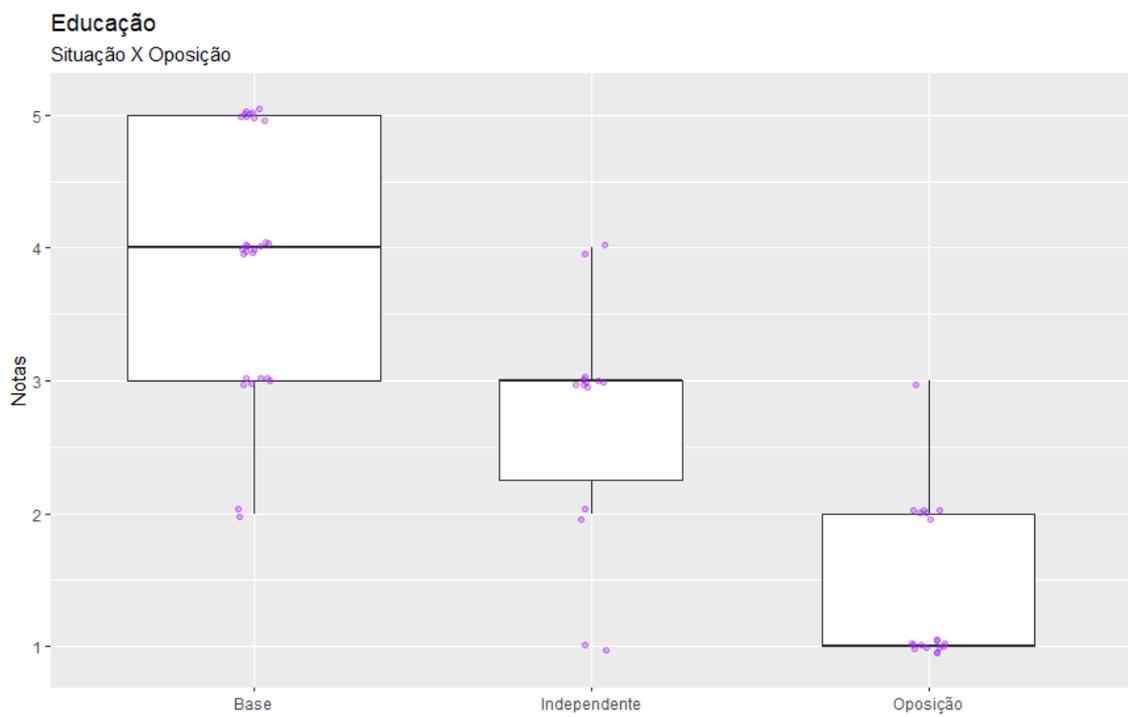
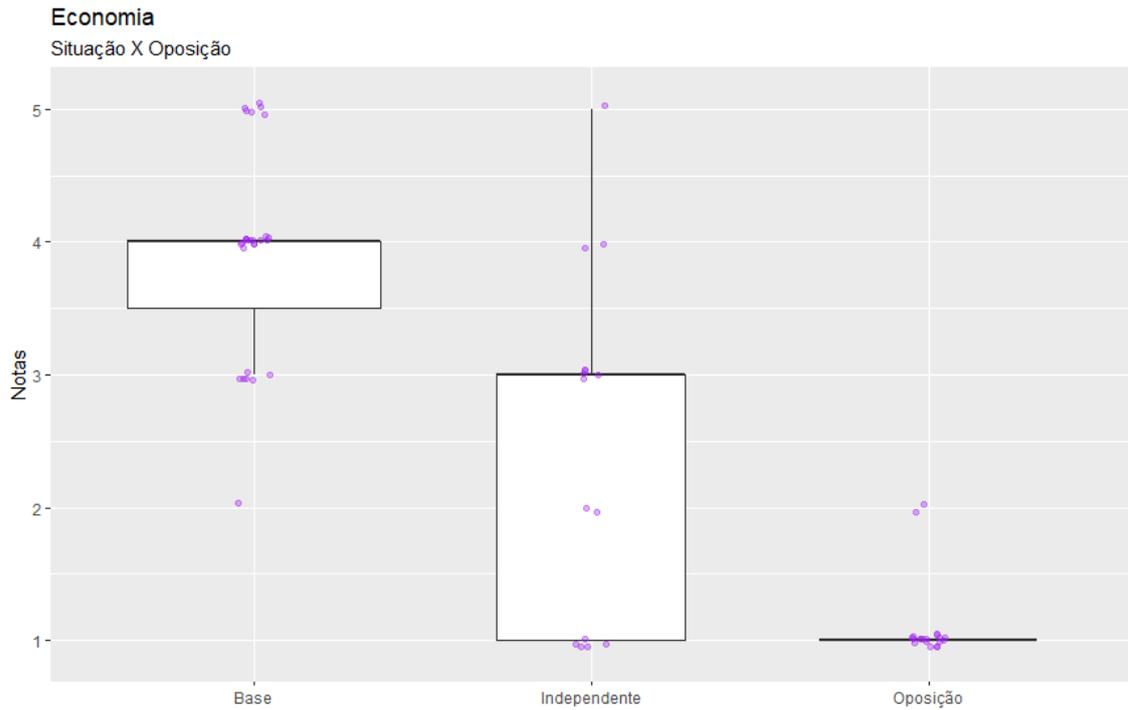
* Série histórica montada a partir de outras rodadas do Painel do Poder. Aplicada transformação de escala, uma vez que em edições anteriores a medida era de 0 a 10 e desde dezembro de 2020 passou a ser de 1 a 5. Dezembro de 2022 foi a última rodada feita sob a gestão de Jair Bolsonaro. Durante a gestão de Jair Bolsonaro, o item "Saúde" não era avaliado e sim o item "Combate à pandemia".

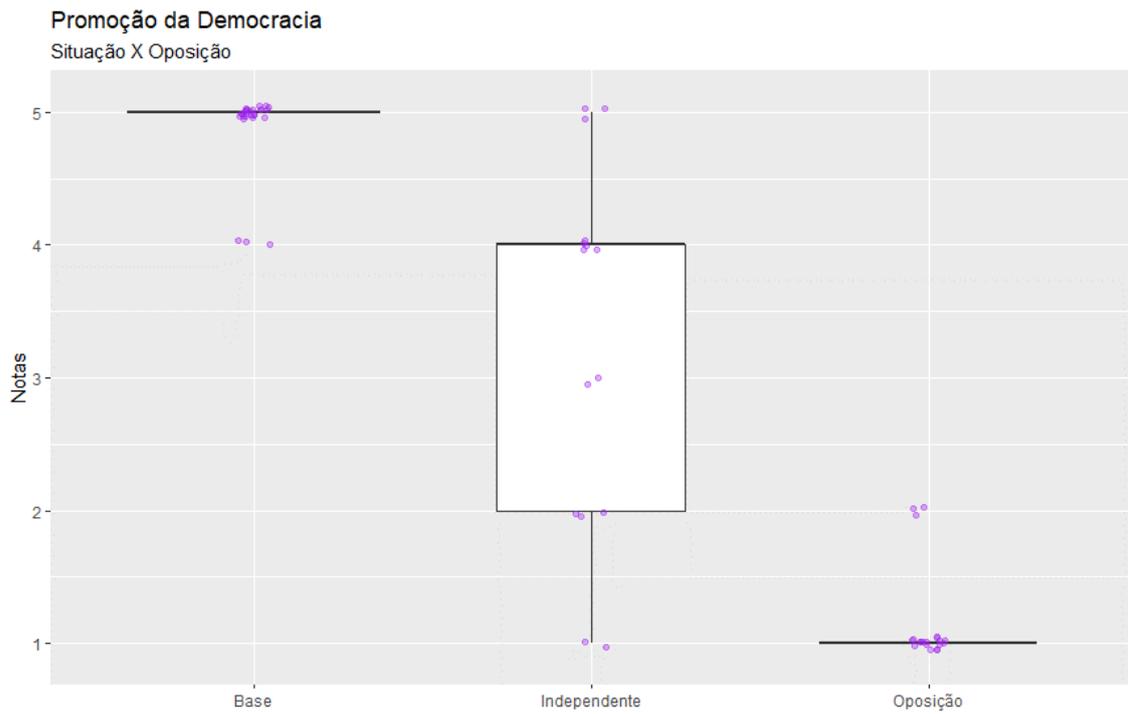
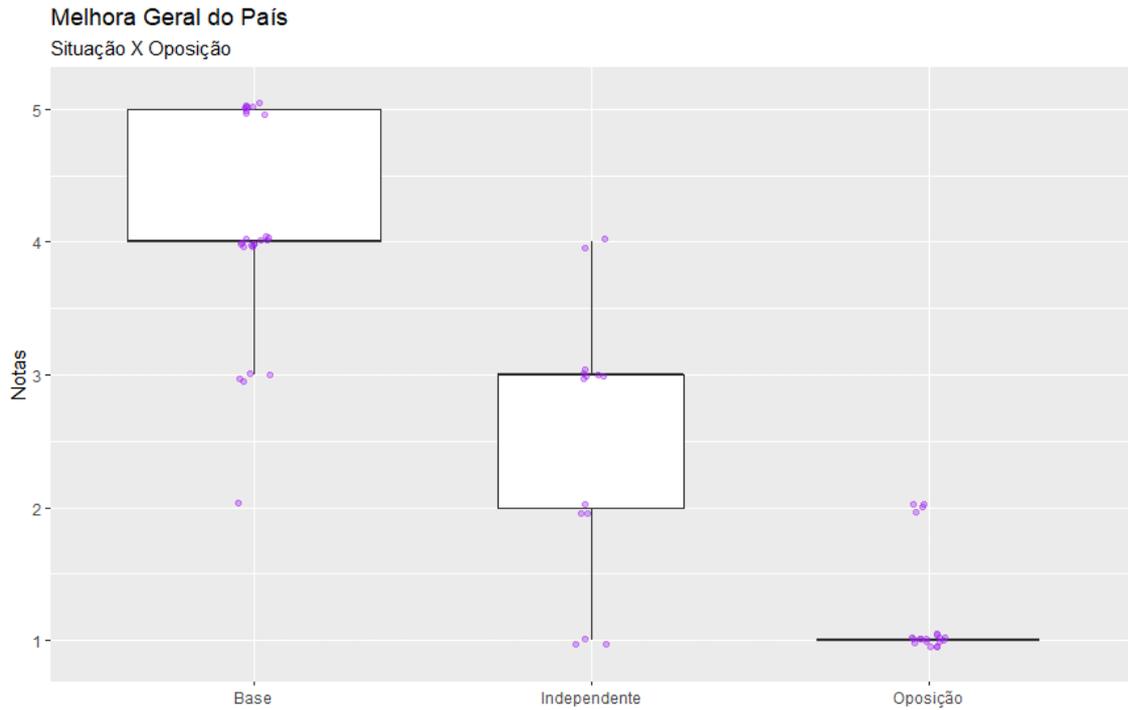
3.1.5. Consolidação melhores e piores notas - Tabela (%)

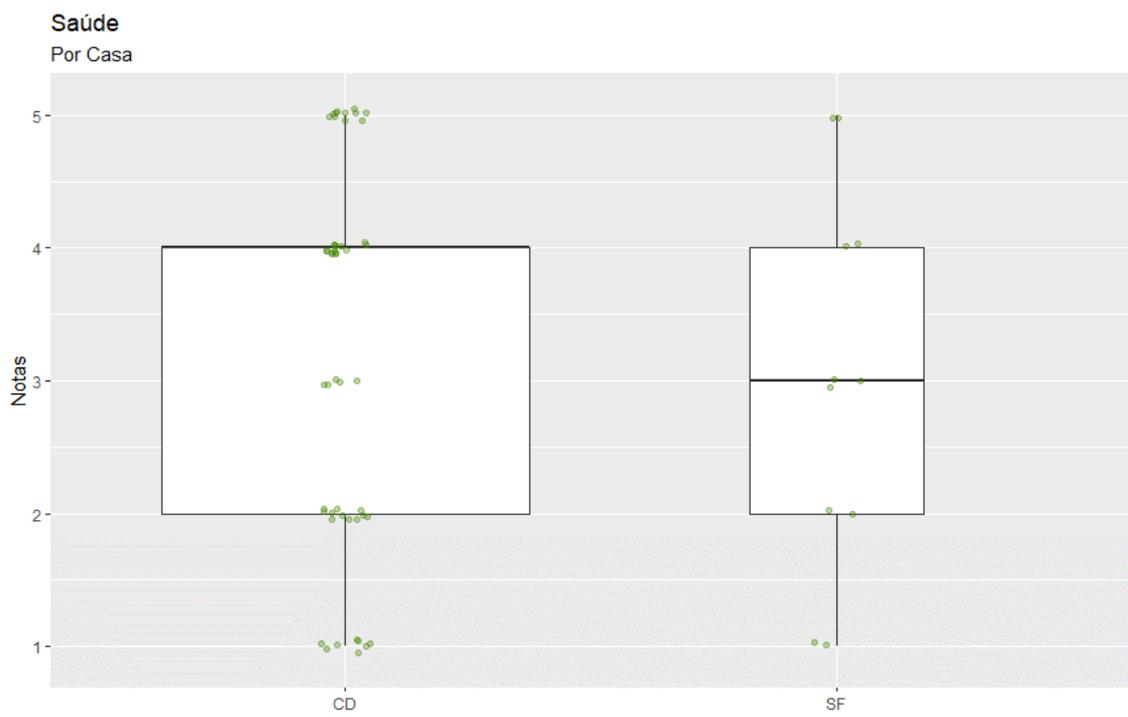
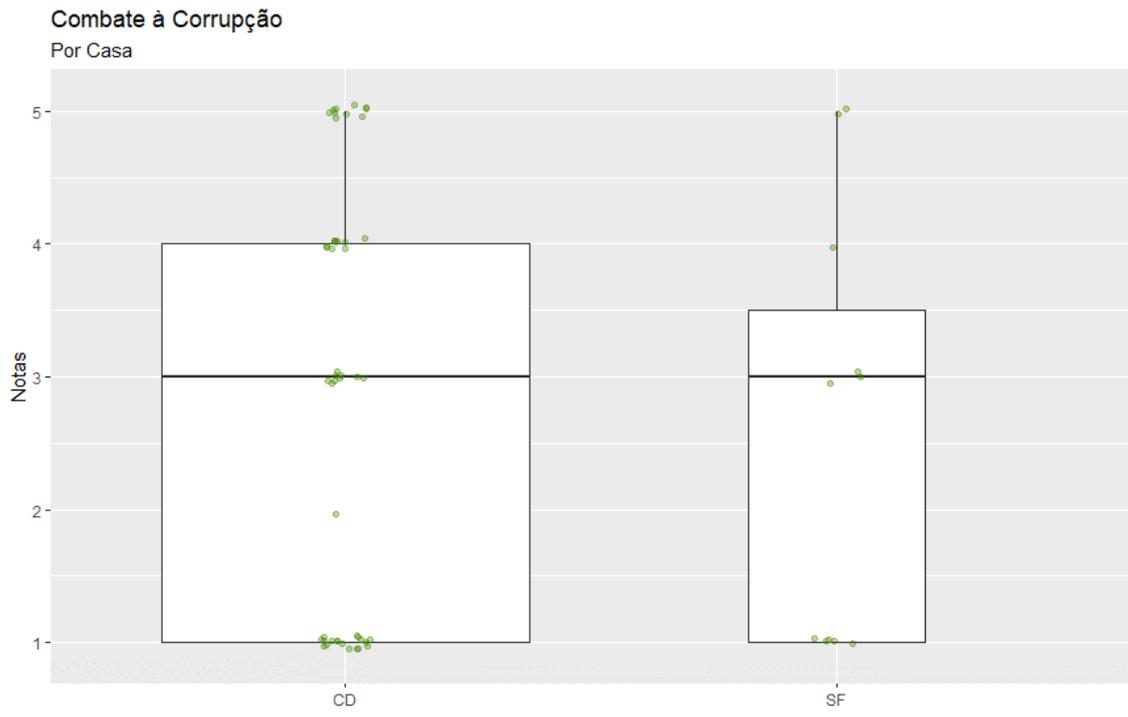
	1+2	4+5
Combate à corrupção	36,36	34,85
Saúde	34,85	43,94
Economia	42,42	34,85
Educação	36,36	31,82
Melhora geral do país	40,91	34,85
Promoção da democracia	37,88	53,03
Relacionamento com o Congresso	30,30	43,94
Relacionamento com o Judiciário	7,58	72,73

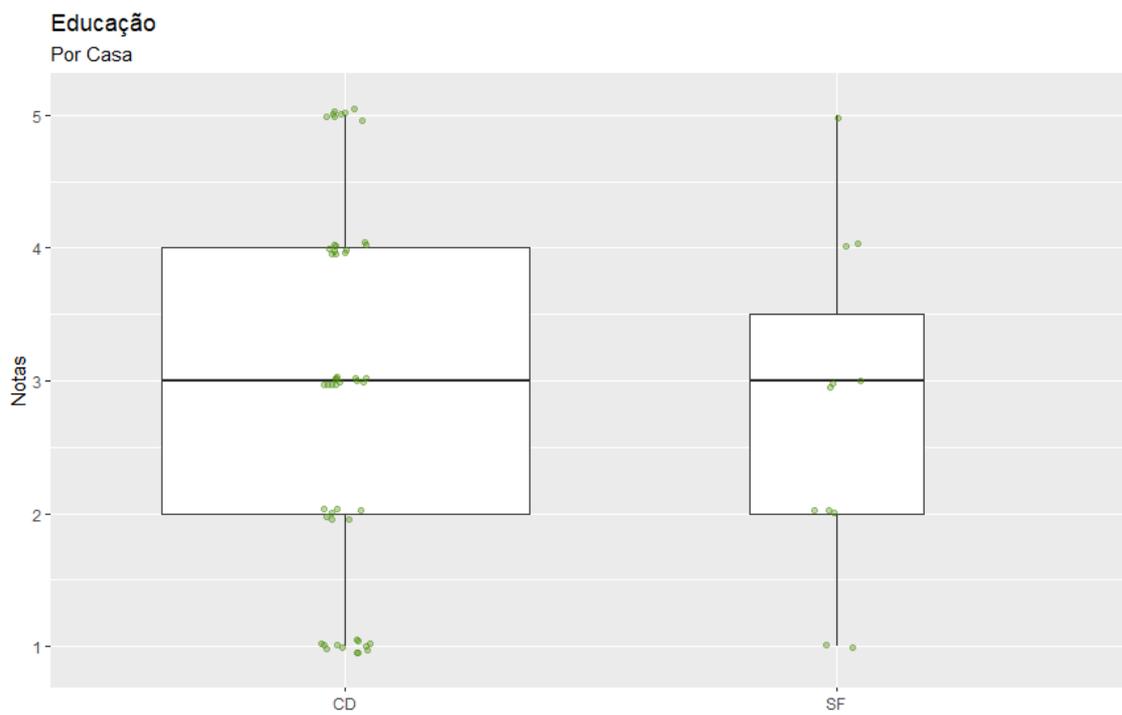
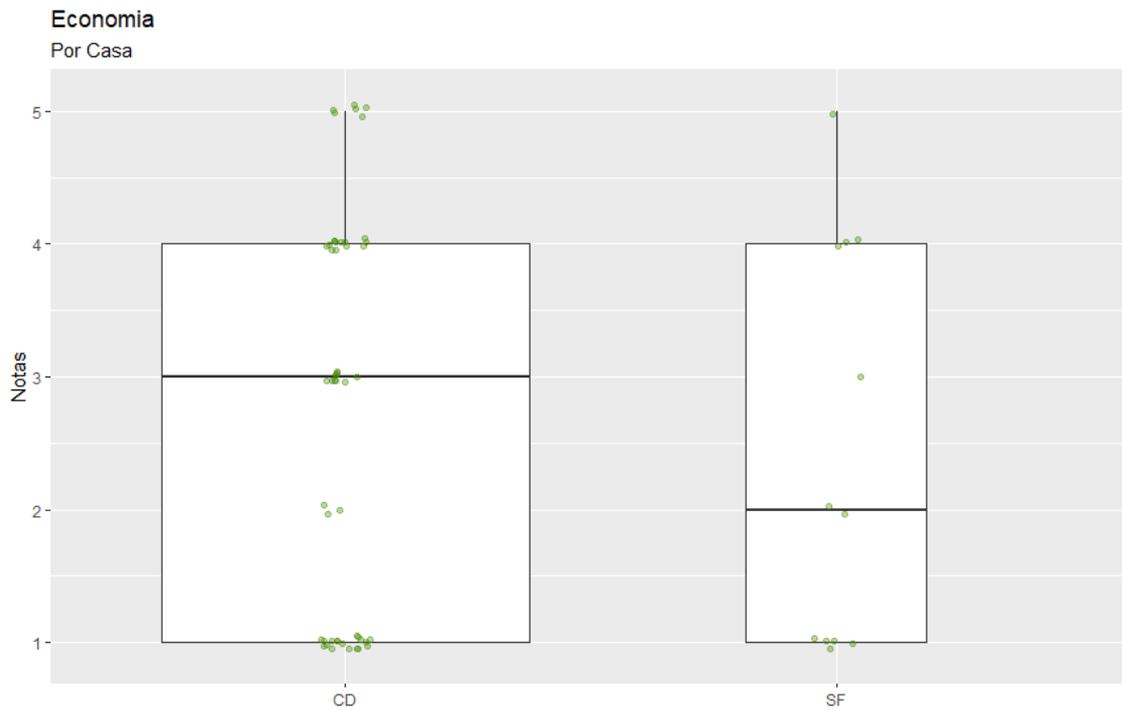
3.1.7. Atuação do governo - respondentes por perfil - Gráficos

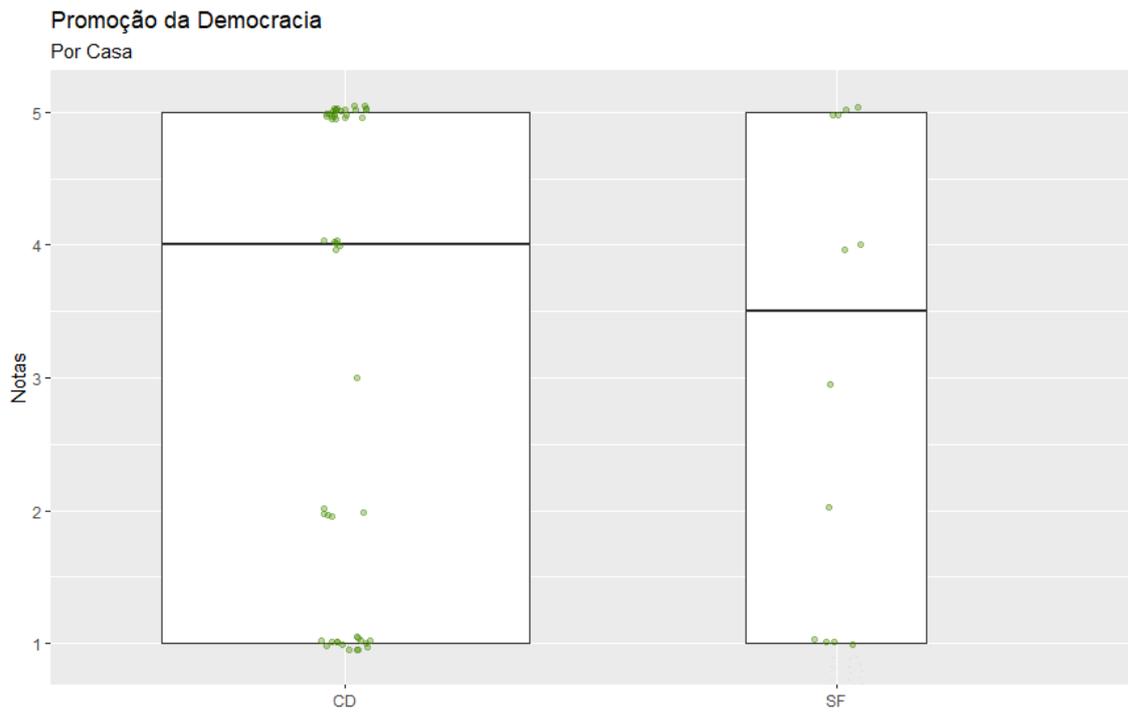
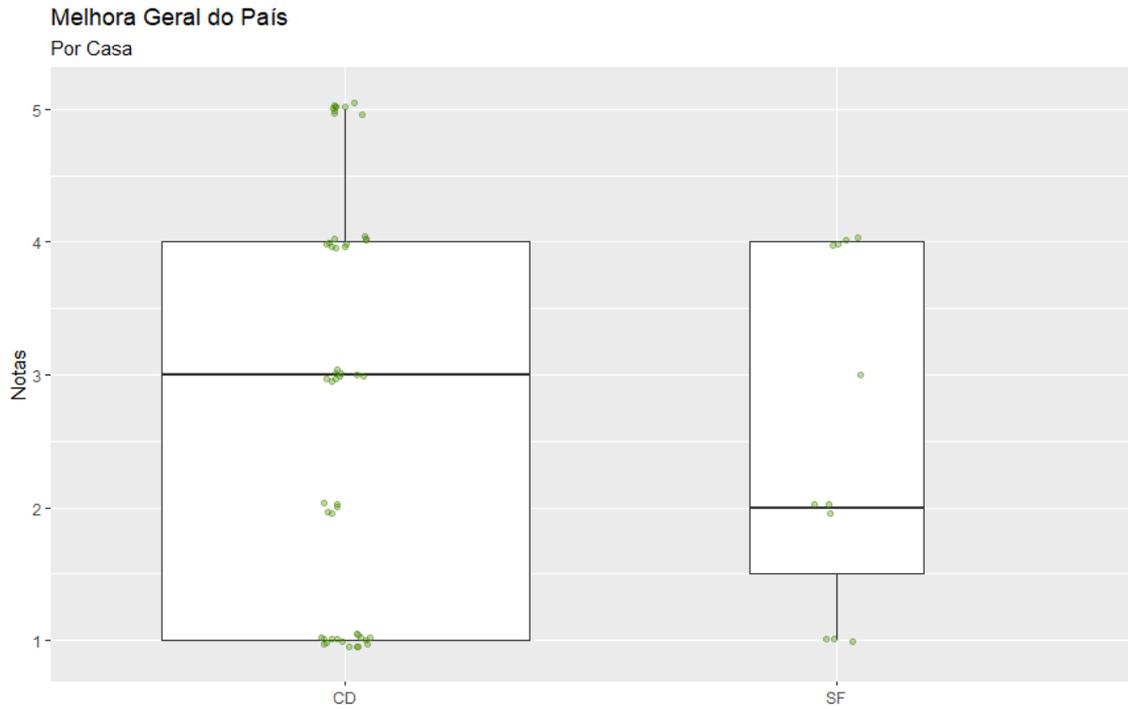


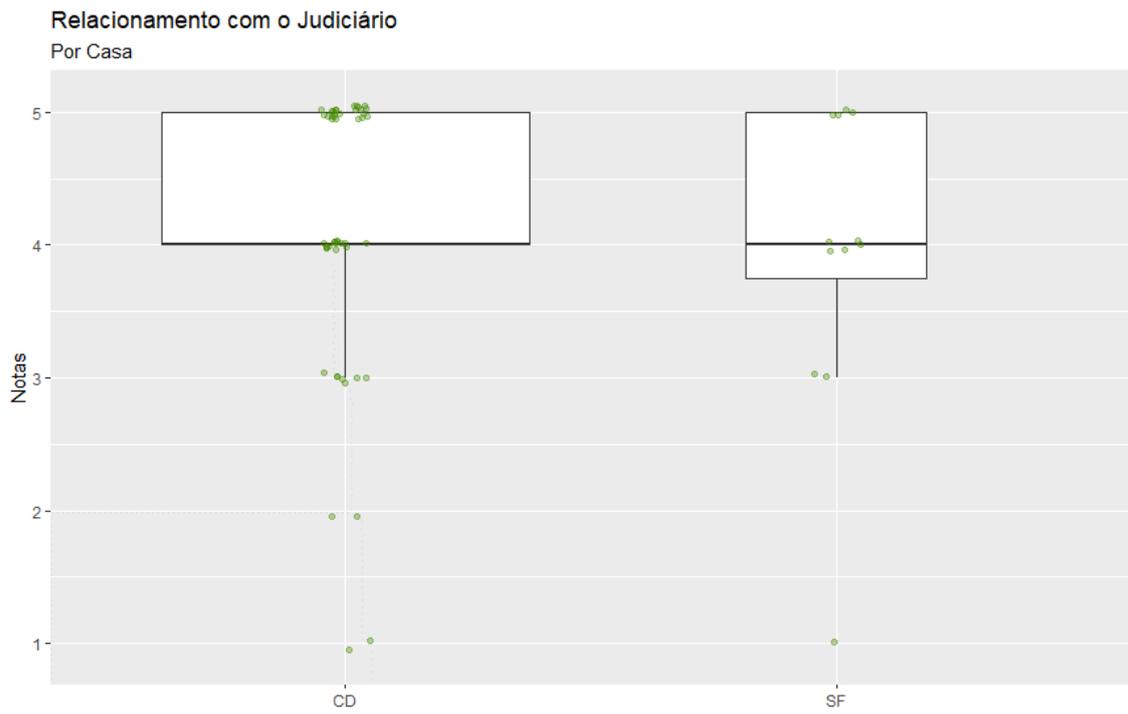
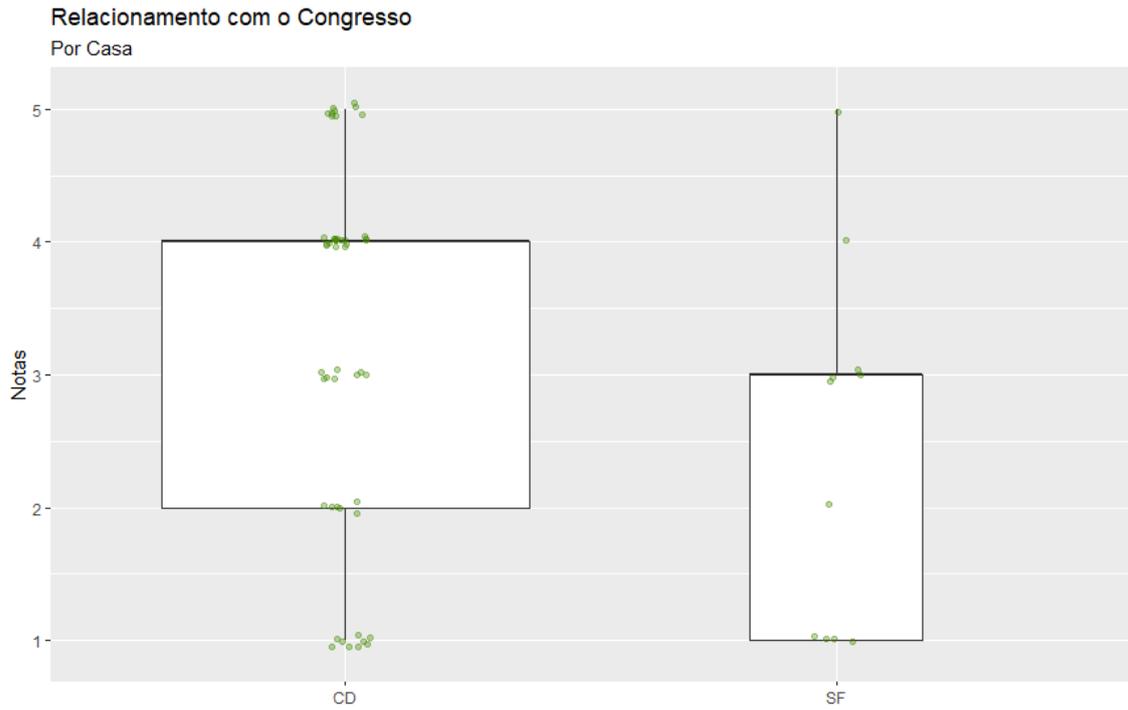












3.2. Descritivo sintético

Médias de avaliação da atuação do governo por áreas (obtidas a partir de uma escala Likert de 1 a 5, sendo considerado como ponto médio <3>):

Combate à corrupção – 2,8;

Saúde – 3,15;

Economia – 2,66;

Educação – 2,87;

Melhora geral do País – 2,77;

Promoção da democracia – 3,29;

Relacionamento com o Congresso – 3,1;

Relacionamento com o Judiciário – 4,1.

3.3. Analítico

Quando se trata de avaliação da atuação do governo, a atual Legislatura, ao menos nessa primeira sondagem, mantém o padrão de polarização, com a base atribuindo notas boas e a oposição notas ruins, e os independentes ficando em um meio termo.

Alguns dados são sintomáticos. Na estreia de sua avaliação, o governo Lula se sai melhor no Relacionamento com o Judiciário (média 4,1), justamente o quesito em que o governo Bolsonaro se saia pior, em todas as últimas sondagens. Tal avaliação pode ser resultante do distensionamento do ambiente, particularmente estressado durante o período eleitoral e pós-eleitoral.

A segunda melhor avaliação é com relação à promoção da democracia (média de 3,29), seguida pela do Relacionamento com o Congresso (média de 3,1). Tomadas em conjunto, essas percepções podem ser atribuídas, de fato, à própria mudança de governo em si. O governo Bolsonaro marcou-se por discursos antidemocráticos e pela constante pressão na institucionalidade. O novo governo, embora ainda em seus primórdios, dá sinais de um retorno à operação institucional mais 'normal', ou, melhor, mais em consonância com a tradição histórica nacional.

Em termos de áreas operacionais, o governo Lula é melhor avaliado na Saúde (média 3,15). De fato, o Ministério da Saúde tem sido protagonista de medidas efetivas e mais imediatas, como a retomada das campanhas de vacinação, a instalação do programa Mais Médicos, etc. Segue-se Educação (média de 2,87), área em que as ações e os resultados demoram mais para aparecer.

Em termos de melhora geral do País, o governo alcançou média de 2,77 (lembrando que o ponto médio da escala é 3). No combate à corrupção, o governo atual empata com o resultado do governo Bolsonaro na última sondagem (média 2,8).

No quesito Economia, um dos itens em que o governo Bolsonaro foi sistematicamente melhor avaliado do que os demais (o que não significa que tenha sido sempre avaliado acima da média), o governo Lula foi avaliado com 2,66, sua pior média. Avaliação também sintomática e digna de ser acompanhada durante as próximas sondagens.

4. Tamanho do Estado

Item questionado	Amplitude de resposta
Com relação à dimensão da presença do Estado na vida nacional, marque abaixo onde a sra./o sr. se localizaria em termos de preferência pessoal, sendo 1 = Estado Mínimo e 10 = Estado Máximo.	a) 1 a 10

4.1. Respostas consolidadas

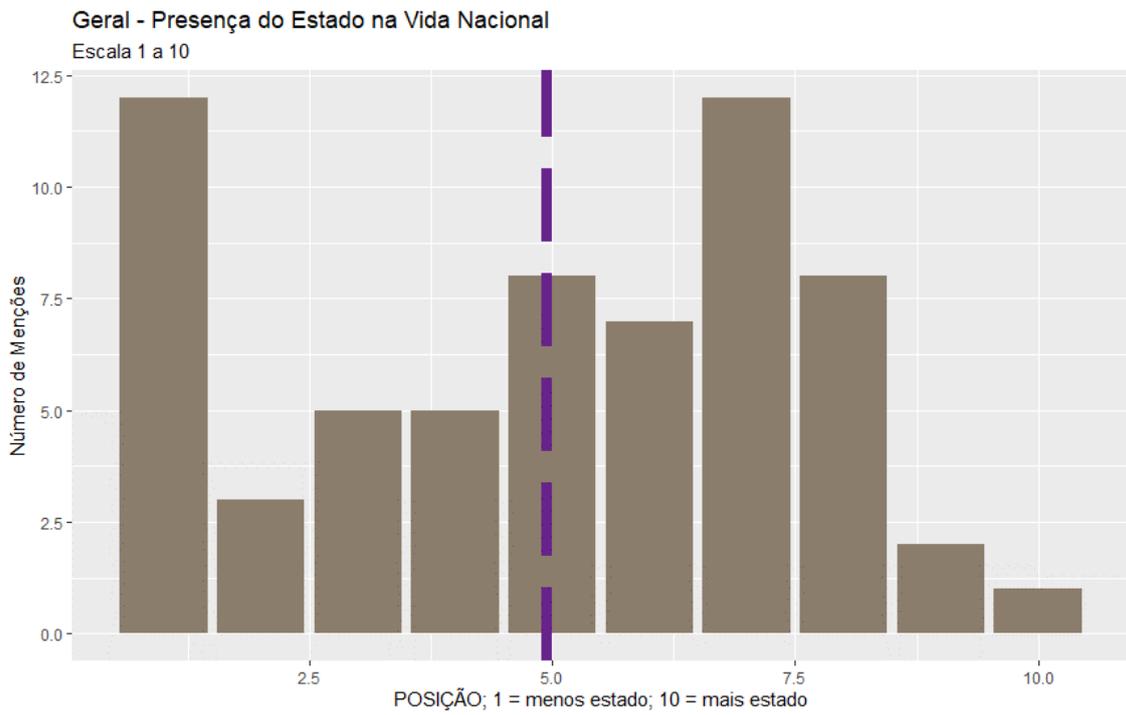
4.1.1. Tabela

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	NS/NR
12	3	5	5	8	7	12	8	2	1	3

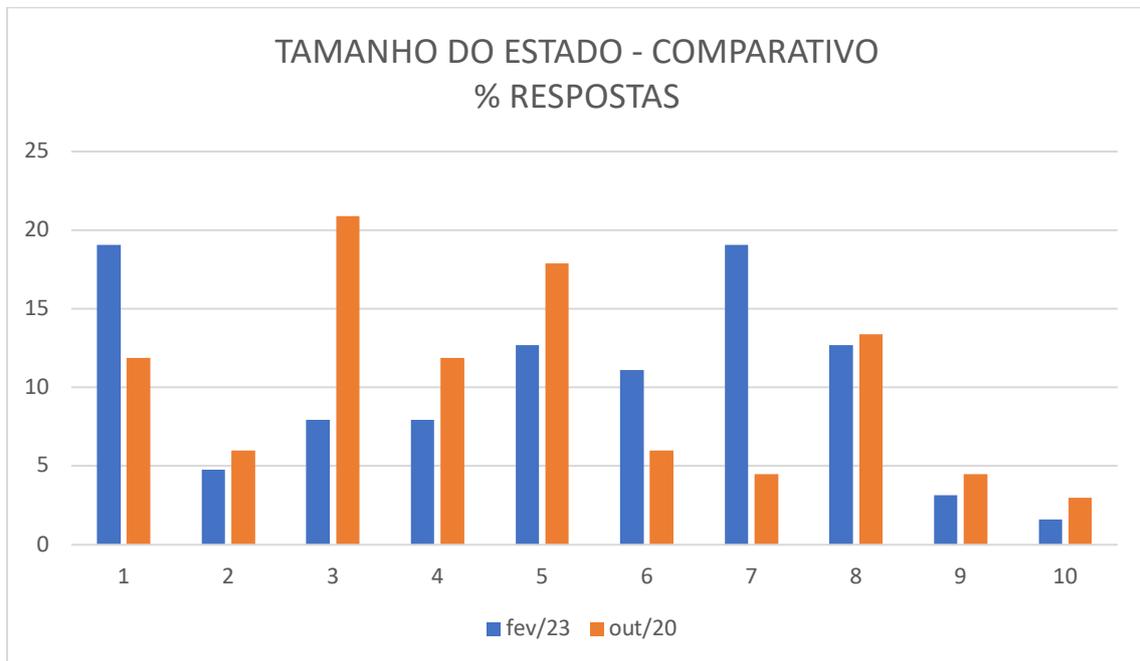
4.1.2. Tabela - %

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
19,05	4,76	7,94	7,94	12,7	11,11	19,05	12,7	3,17	1,59

4.1.2. Gráfico



4.1.3. Comparação – Gráfico



4.1.3. Comparação – Tabela - %

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
2020	11,9	6	20,9	11,9	17,9	6	4,5	13,4	4,5	3
2021	7,58	9,09	9,09	9,09	18,18	12,12	15,15	10,61	0,00	7,58
2023	19,05	4,76	7,94	7,94	12,7	11,11	19,05	12,7	3,17	1,59

4.1.4. Comparação – Acumulado - %

	1 a 4	6 a 10
2020	50,7	31,4
2021	34,85	45,46
2023	39,69	47,62

Média outubro de 2020: 4,69

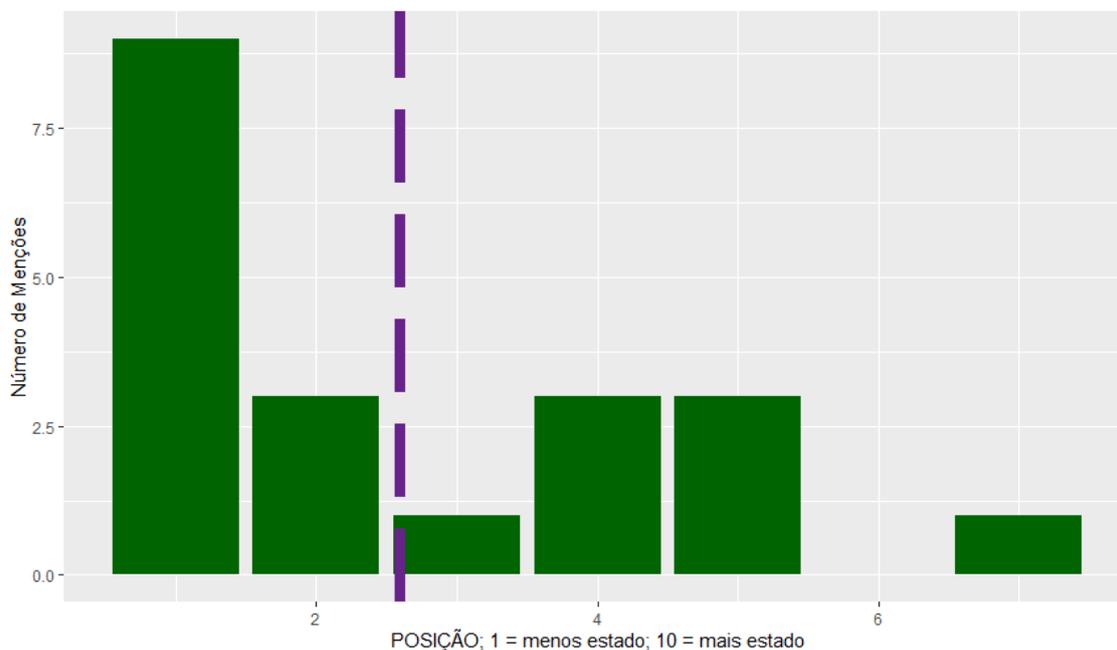
Média dezembro de 2021: 5,27

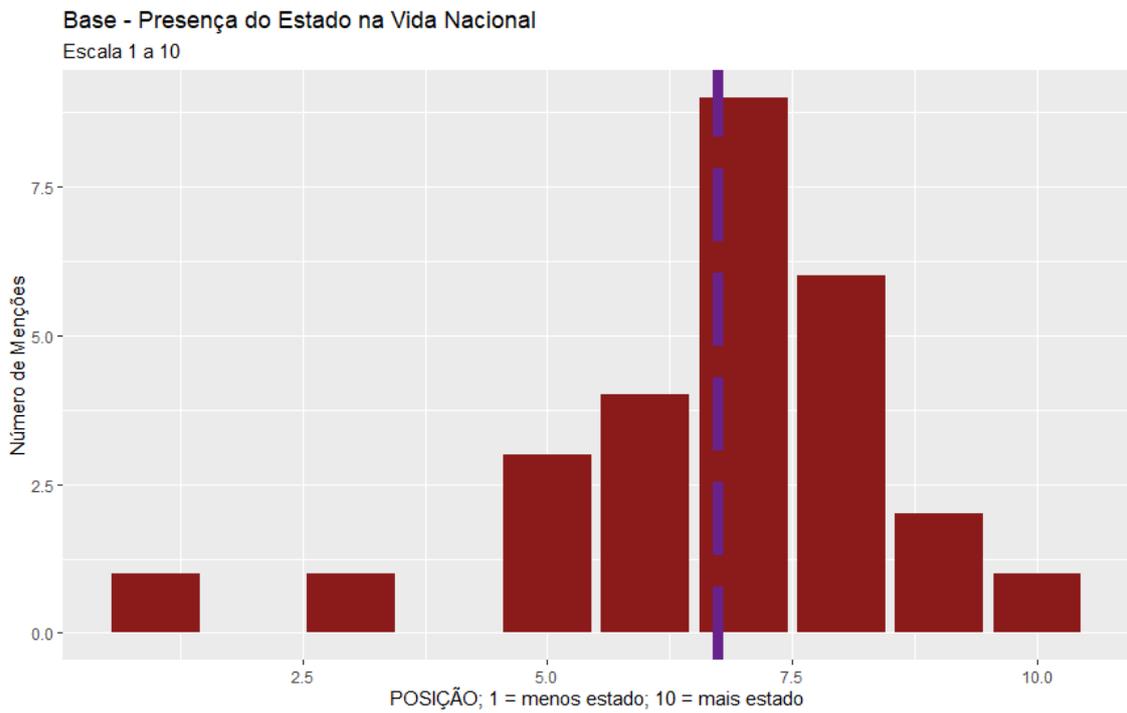
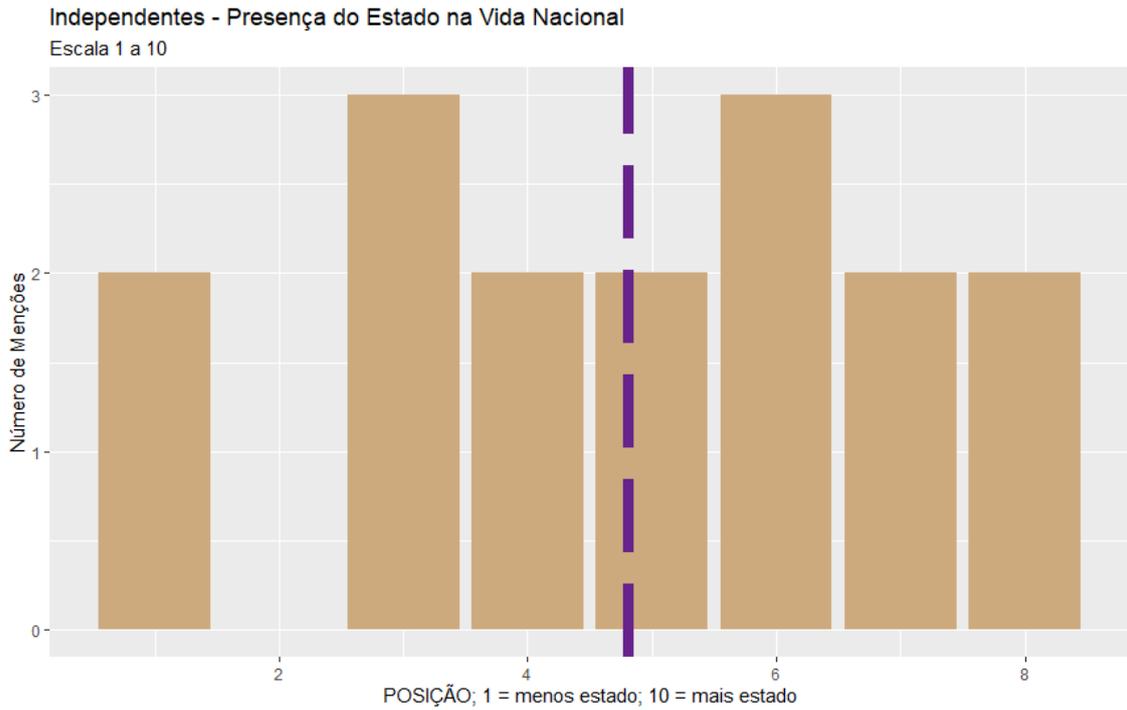
Média fevereiro de 2023: 4,94

4.1.4. Respostas por perfil do parlamentar

Oposição - Presença do Estado na Vida Nacional

Escala 1 a 10





4.2. Descritivo sintético

Média das avaliações quanto ao tamanho do Estado (obtida a partir de uma escala decimal, sendo considerado como ponto médio <5,5>): 4,94.

4.3. Analítico

Trata-se de tema histórico no pensamento nacional. A divisão entre os que compreendem que o Estado deva ter um papel maior na vida nacional (usualmente chamados de desenvolvimentistas) e os que acham que essa presença deva ser menor (usualmente chamados de liberais ou neoliberais).

O resultado aponta uma média de 4,94. O acúmulo de respostas 1 a 4 é de 39,69% dos parlamentares e o acúmulo nas notas 6 a 10 é de 47,62%. Esses indícios permitem afirmar que a Legislatura se apresenta mais como pró-Estado. Tal fato não é contraditório, apesar da aparência superficial (eleição de um Congresso com predominância da bancada da 'direita'). Trata-se de uma direita mais favorável ao Estado e ao desenvolvimentismo, o que seria propriamente o caso de Jair Bolsonaro, por exemplo (que não pode ser classificado como um liberal genuíno).

A sondagem feita no ano de 2021 não traz resultados muito diferentes, o que indica uma certa continuidade de comportamento dos parlamentares.

O assunto, entretanto, é polarizado, com os congressistas da oposição manifestando preferência por uma presença menor do Estado e os da base pela posição contrária.

5. Tabagismo

Item questionado	Amplitude de resposta
<p>Considerando o tabagismo, o/a sr/a concorda com as seguintes afirmações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a adição de sabores e aromas como menta, cravo ou baunilha em produtos de tabaco, que favorece a iniciação entre jovens, deve ser proibida; - a comercialização, importação e propaganda de dispositivos eletrônicos para fumar (cigarro eletrônico, produto de tabaco aquecido, vape, pod, e-cig, narguilé eletrônico etc.) devem permanecer proibidos; - as empresas fabricantes de produtos de tabaco devem ressarcir os cofres públicos pelos custos que causam à sociedade. 	<p>() Sim () Não () NS/NR</p>

5.1. Respostas consolidadas

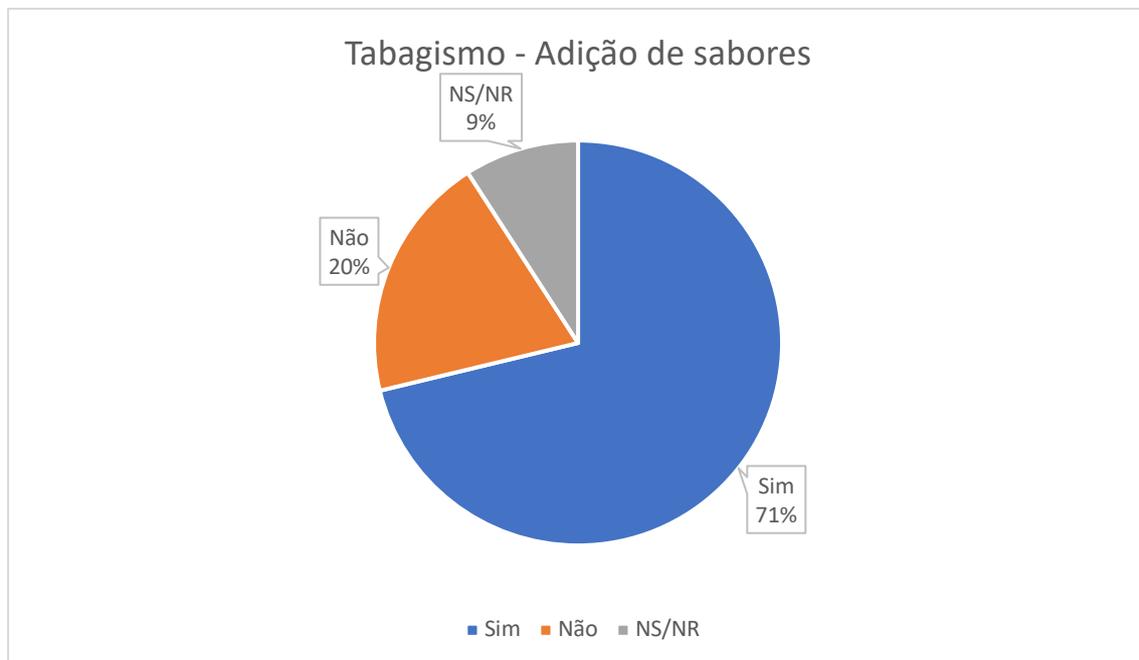
5.1.1. Tabela

Item	SIM	NÃO	NS/NR
Adição de sabores	47	13	6
Proibição comercialização, importação e propaganda	49	11	6
Ressarcimento dos custos	47	10	9

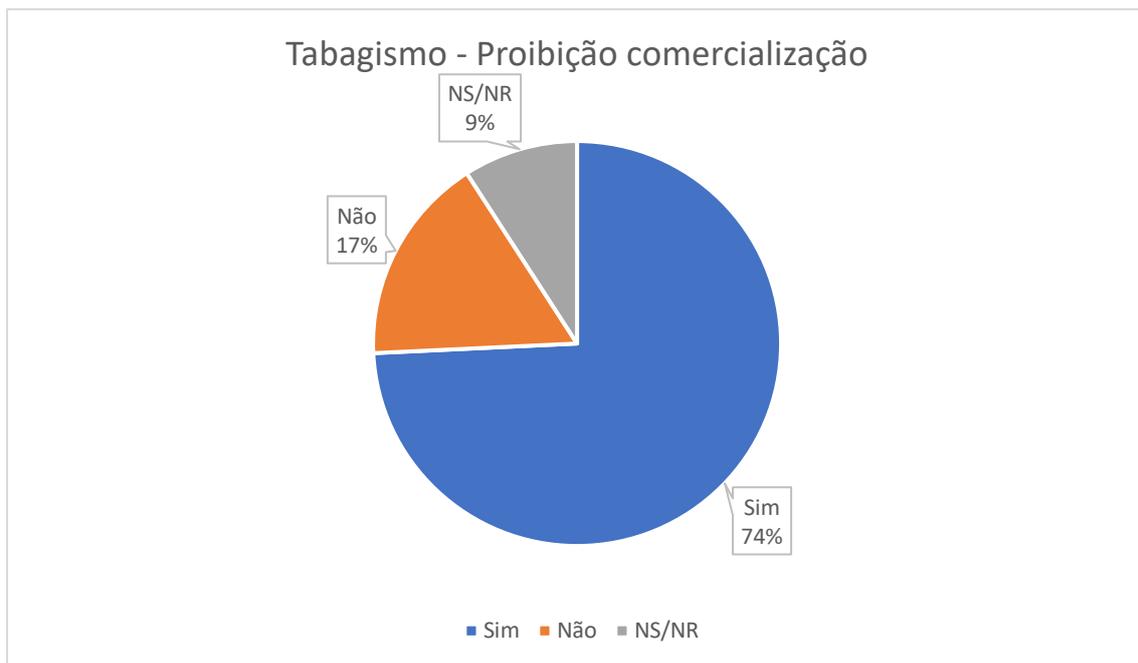
5.1.2. Tabela - %

Item	SIM	NÃO	NS/NR
Adição de sabores	71	20	9
Proibição comercialização, importação e propaganda	74	17	9
Ressarcimento dos custos	72	15	13

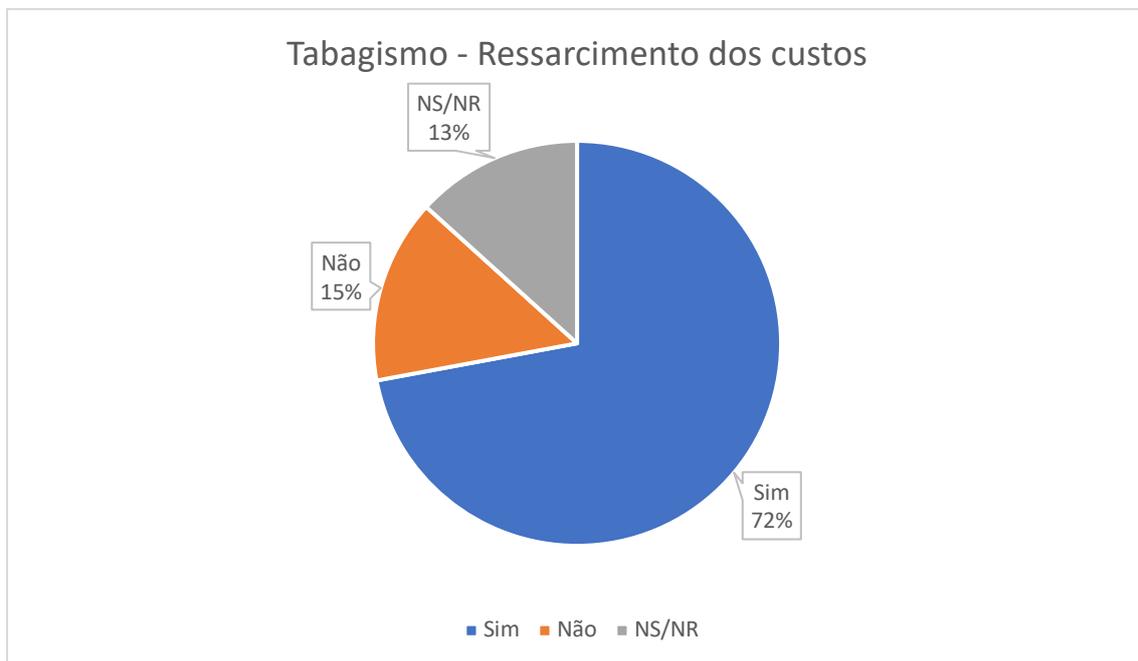
5.1.3. Gráfico – Adição de sabores



5.1.4. Gráfico – Proibição comercialização



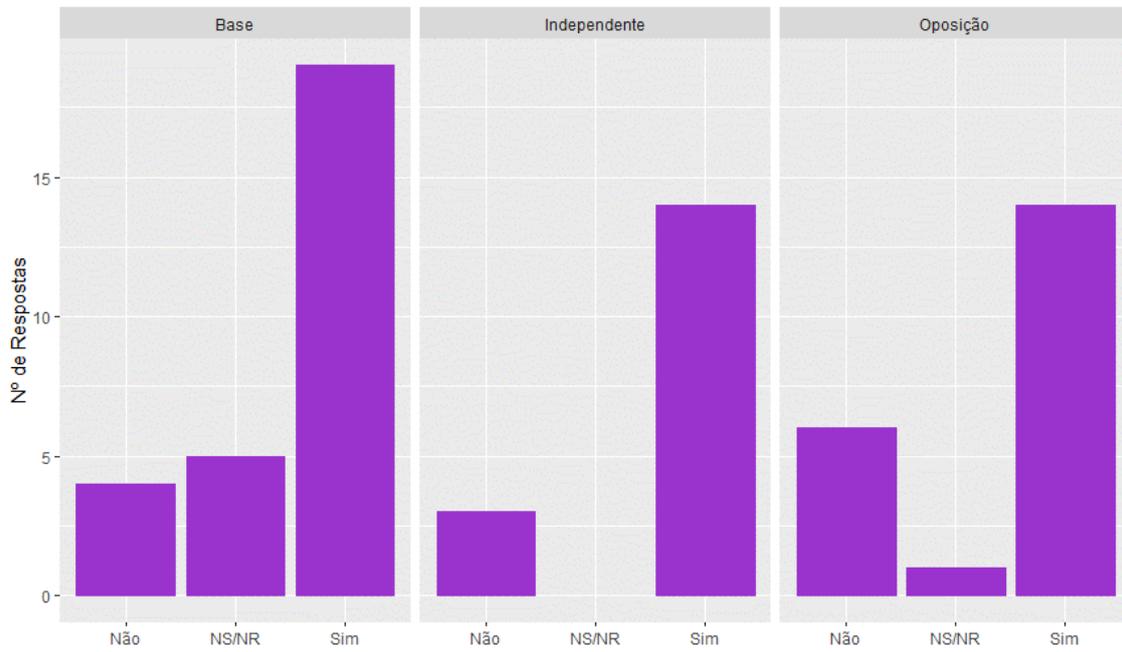
5.1.5. Gráfico – Ressarcimento dos custos



5.1.6. Perfil dos respondentes por situação em relação ao governo

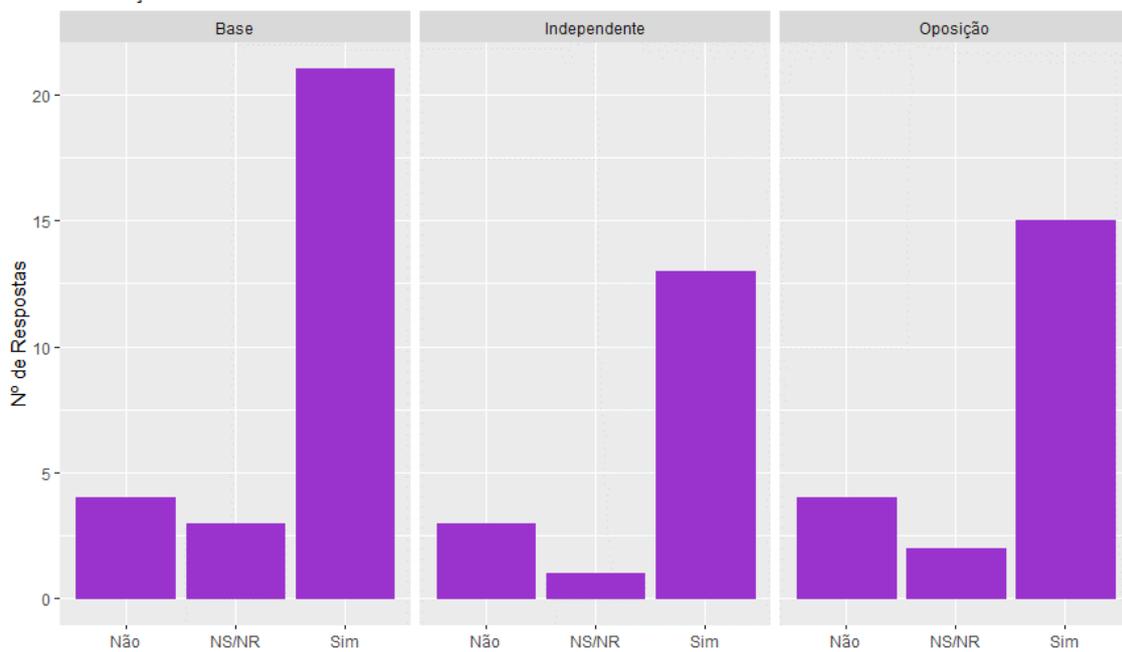
Tabagismo - Adição de Sabores e Aromas - Proibição

Por Posição de Governo



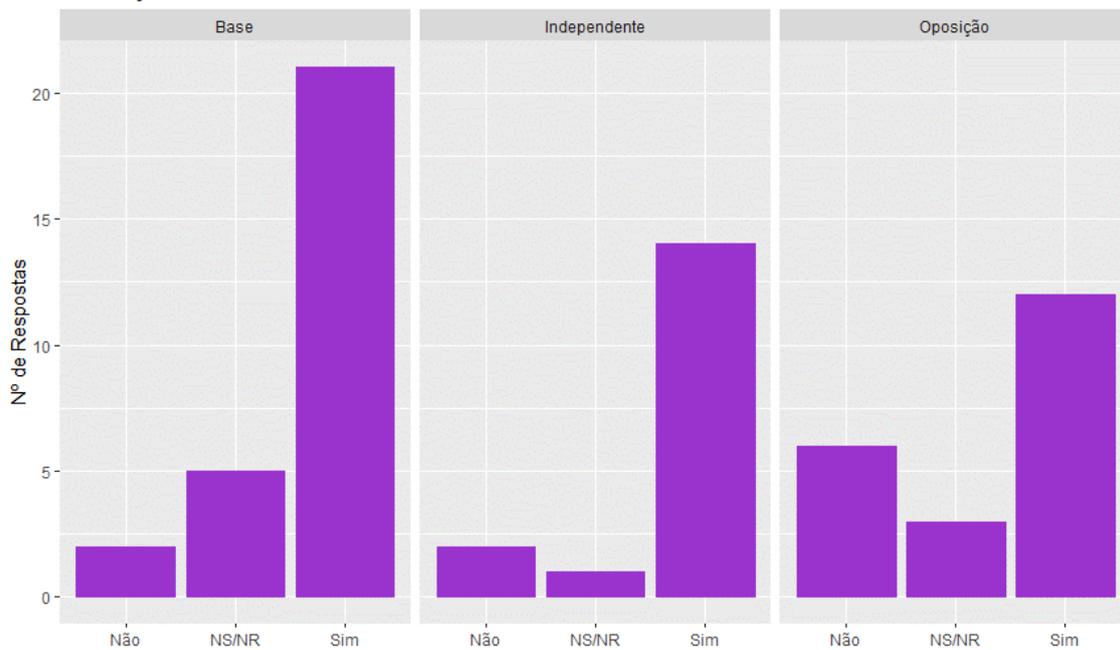
Tabagismo - Dispositivos Eletrônicos - Proibição

Por Posição de Governo



Tabagismo - Empresas Fabricantes - Ressarcimento à Sociedade

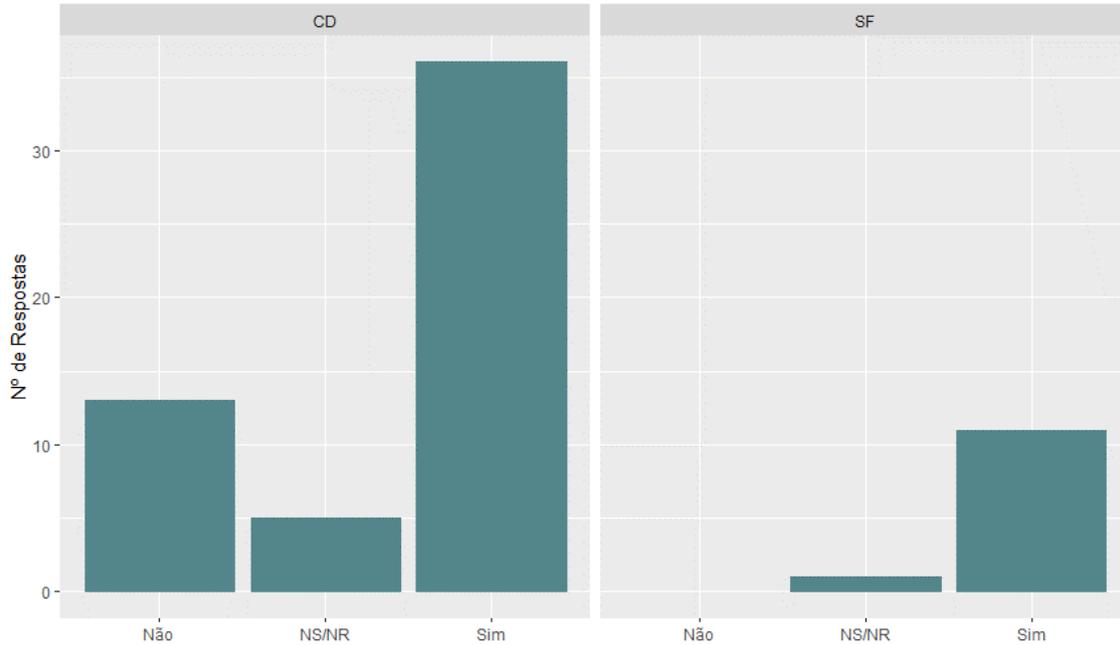
Por Posição de Governo



5.1.7. Perfil dos respondentes por Casa Legislativa

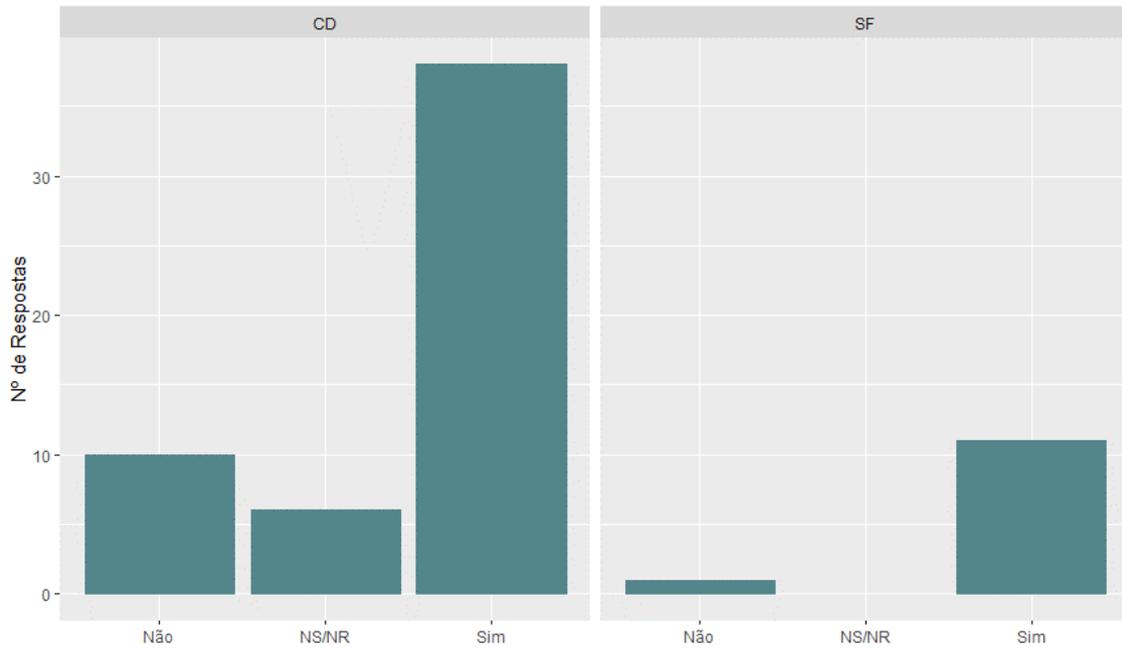
Tabagismo - Adição de Sabores e Aromas - Proibição

Por Casa



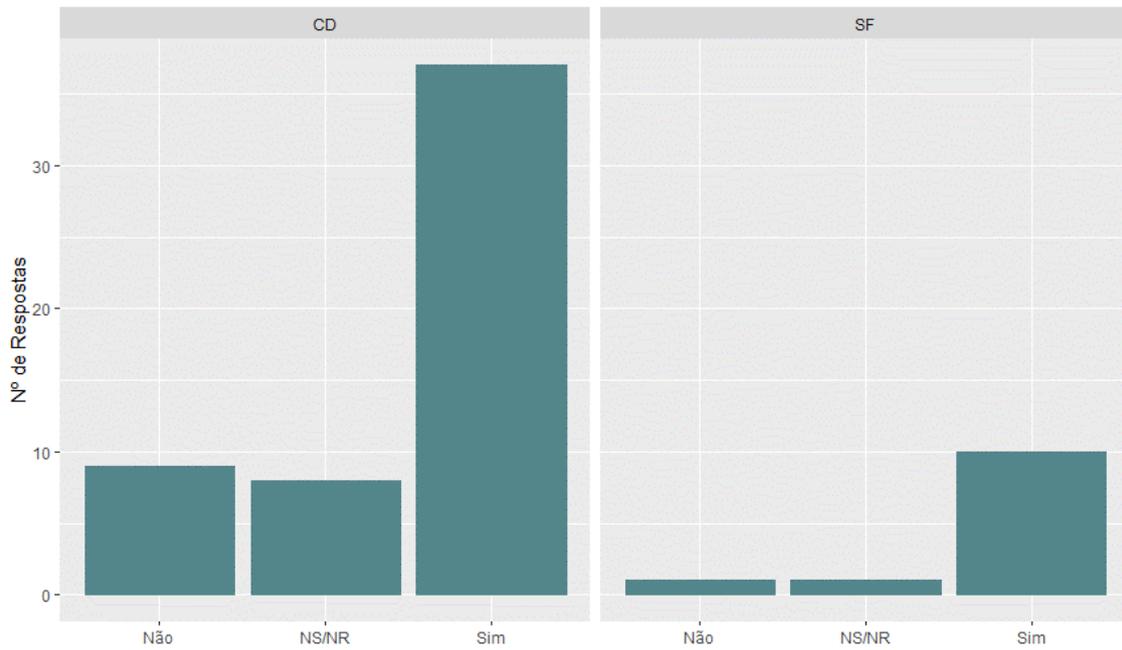
Tabagismo - Dispositivos Eletrônicos - Proibição

Por Casa



Tabagismo - Empresas Fabricantes - Ressarcimento à Sociedade

Por Casa



5.2. Descritivo sintético

Respostas negativas/afirmativas, percentual:

- Adição de sabores: Sim (71); Não (20); NS/NR (9);
- Proibição comercialização, importação e propaganda: Sim (74); Não (17); NS/NR (9);
- Ressarcimento dos custos: Sim (72); Não (15); NS/NR (13).

5.3. Analítico

Com relação às questões específicas sobre o tabagismo, os parlamentares manifestaram-se, com bastante coesão, contrários a eventuais liberações dos aspectos considerados. Indagados quanto à adição de sabores e aromas, como menta, cravo ou baunilha nos produtos de tabaco, 71% dos congressistas escolheu a preferência de proibição da prática.

Questionados sobre a comercialização, importação e propaganda de dispositivos eletrônicos para fumar (cigarro eletrônico, produto de tabaco aquecido, vape, pod, e-cig, narguilé eletrônico etc.), 74% dos deputados e senadores expressaram a preferência pela permanência da proibição.

Finalmente, inquiridos sobre o ressarcimento aos cofres públicos dos custos causados à sociedade por parte das empresas fabricantes de produtos de tabaco, 72% dos parlamentares manifestaram-se favoravelmente.

Não há evidências de diferenças significativas em função da posição ideológica do parlamentar (base / independente / oposição) ou em função da Casa Legislativa (Câmara dos Deputados / Senado Federal).

6. Alimentação - Ultraprocessados

Item questionado	Amplitude de resposta
<p>Considerando o tema alimentação e que os alimentos ultraprocessados são aqueles que possuem altas quantidades de gorduras, açúcar, sal, além de várias substâncias industrializadas e aditivos cosméticos, sendo nocivos à saúde, o/a sr/a concorda com as seguintes afirmações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - deve haver proibição de oferta e comercialização de alimentos ultraprocessados nas escolas públicas e privadas (p. ex. PL 4501/2020); - deve haver proibição da publicidade de alimentos ultraprocessados dirigida a crianças e adolescentes; - deve haver uma tributação mais elevada para alimentos ultraprocessados. 	<p>() Sim () Não () NS/NR</p>

6.1. Respostas consolidadas

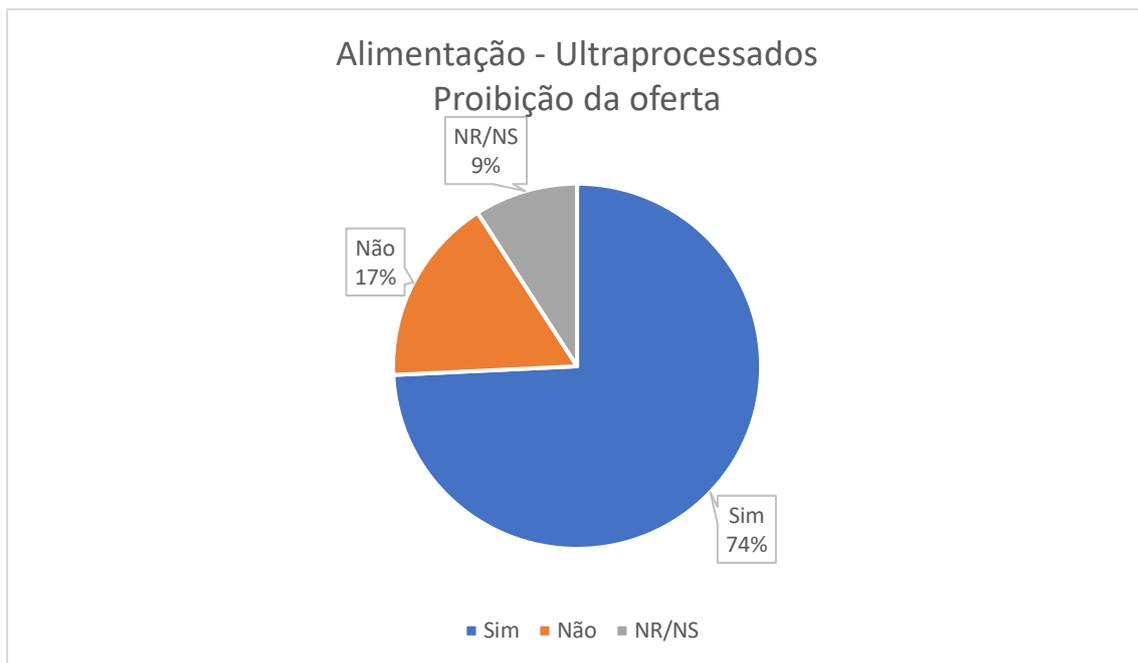
6.1.1. Tabela

Item	SIM	NÃO	NS/NR
Proibição da oferta	49	11	6
Proibição da publicidade	46	15	5
Tributação mais elevada	50	11	5

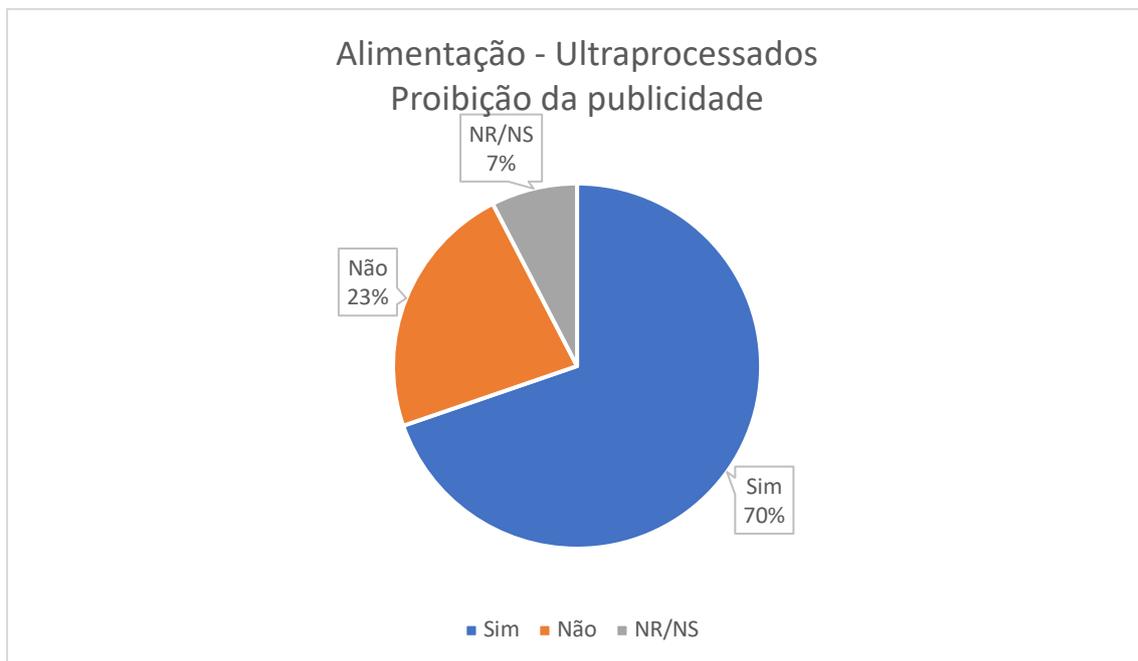
6.1.2. Tabela - %

Item	SIM	NÃO	NS/NR
Proibição da oferta	74	17	9
Proibição da publicidade	70	23	7
Tributação mais elevada	76	17	7

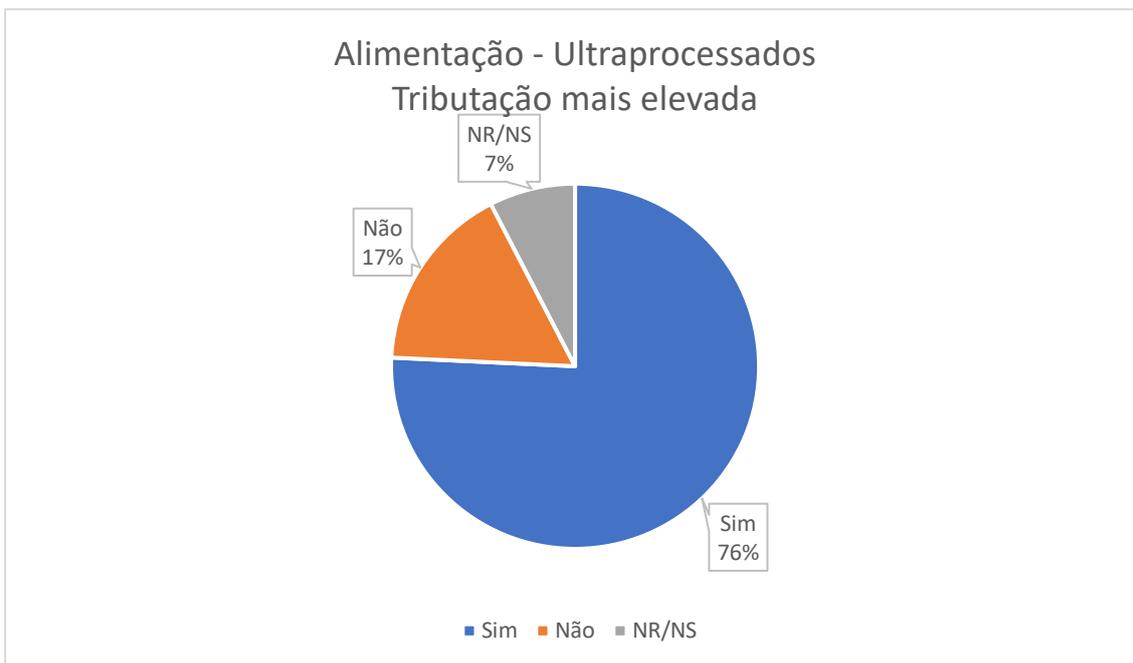
6.1.3. Gráfico – Proibição da oferta



6.1.4. Gráfico – Proibição da publicidade



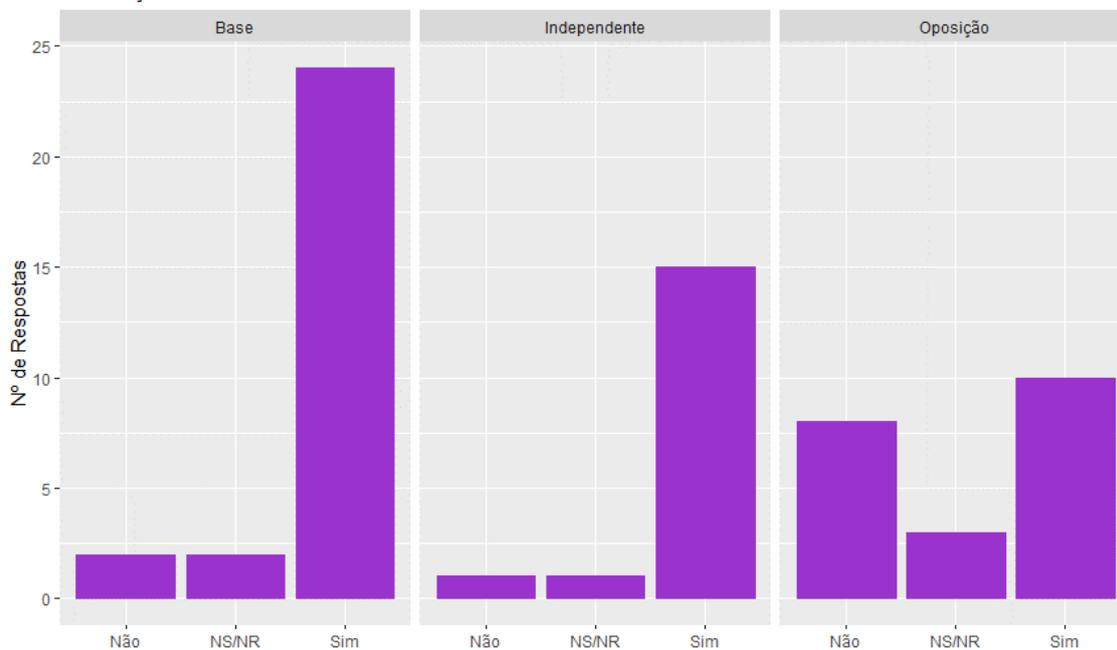
6.1.5. Gráfico – Tributação mais elevada



6.1.6. Perfil dos respondentes por situação em relação ao governo

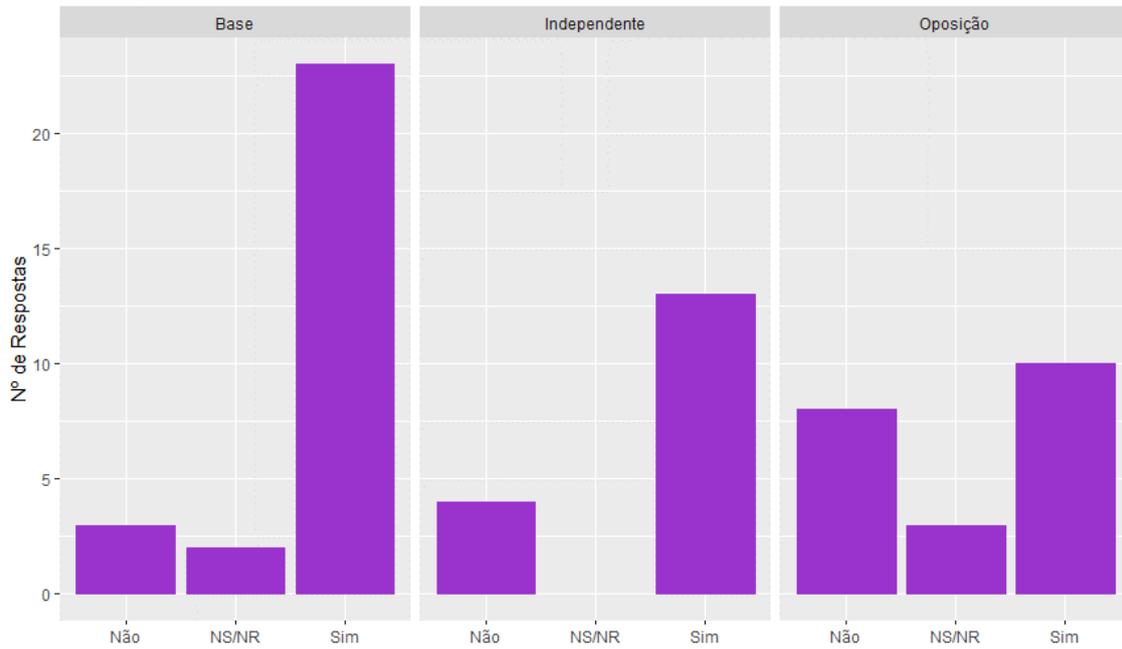
Alimentos Ultraprocessados - Proibição nas Escolas

Por Posição de Governo



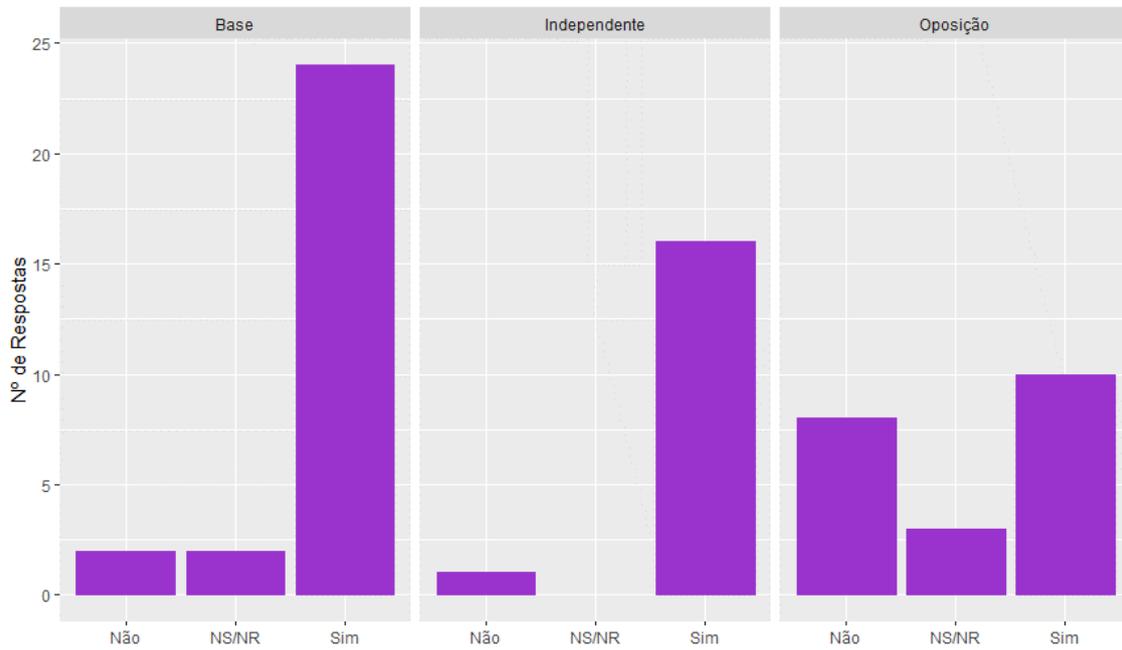
Alimentos Ultraprocessados - Proibição nas Escolas

Por Posição de Governo



Alimentos Ultraprocessados - Tributação mais Elevada

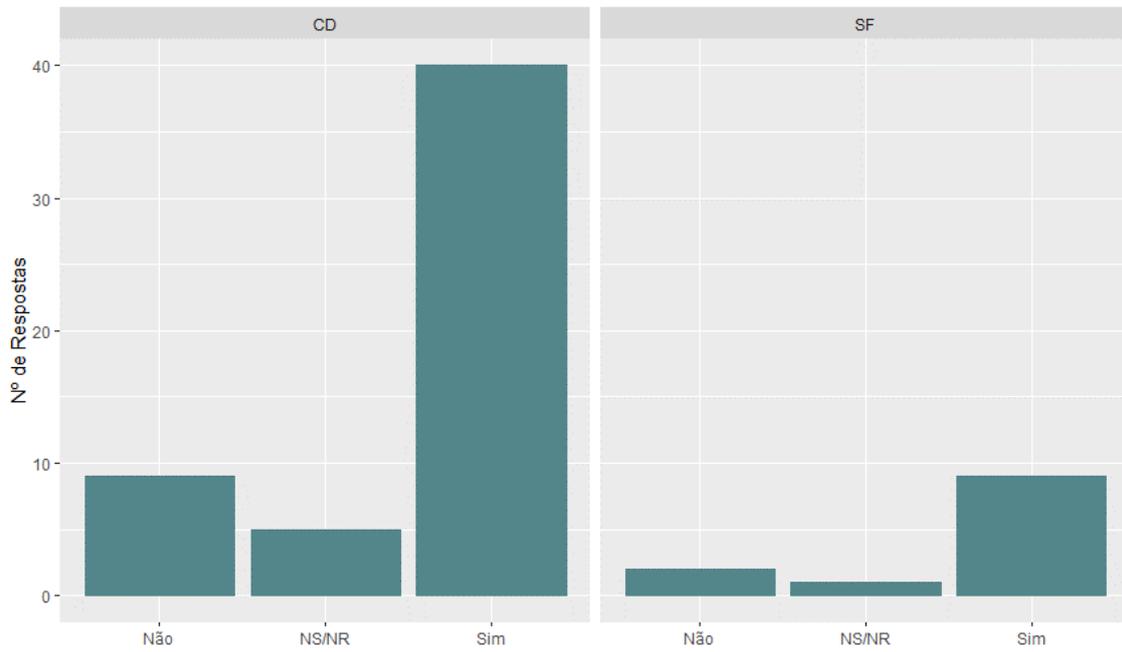
Por Posição de Governo



6.1.7. Perfil dos respondentes por Casa Legislativa

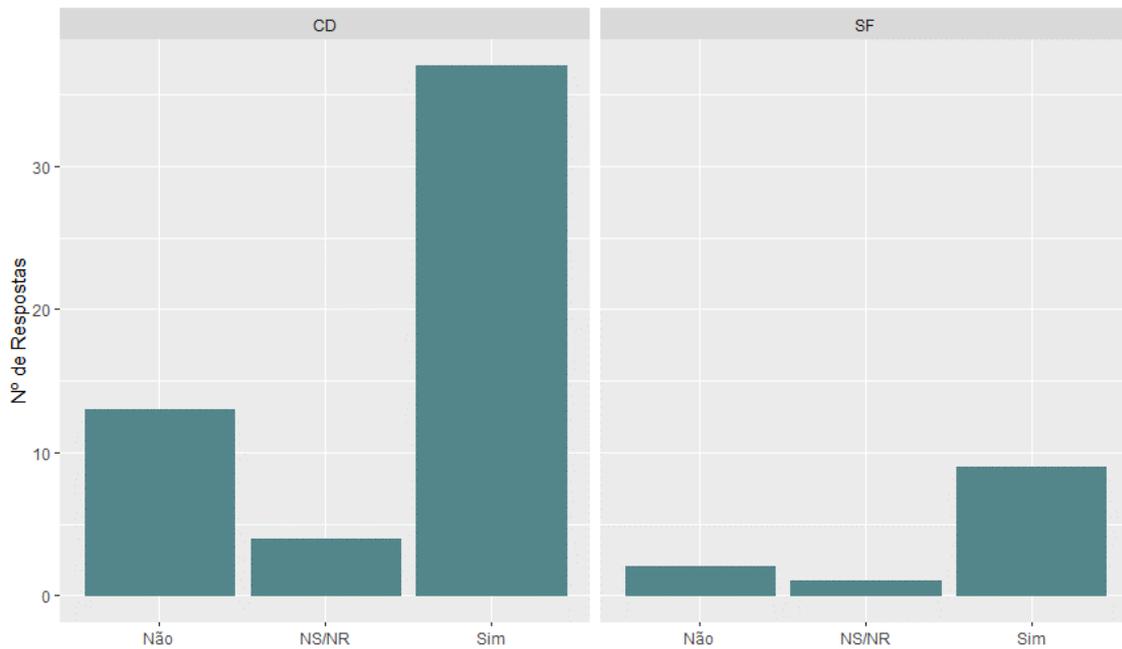
Alimentos Ultraprocessados - Proibição nas Escolas

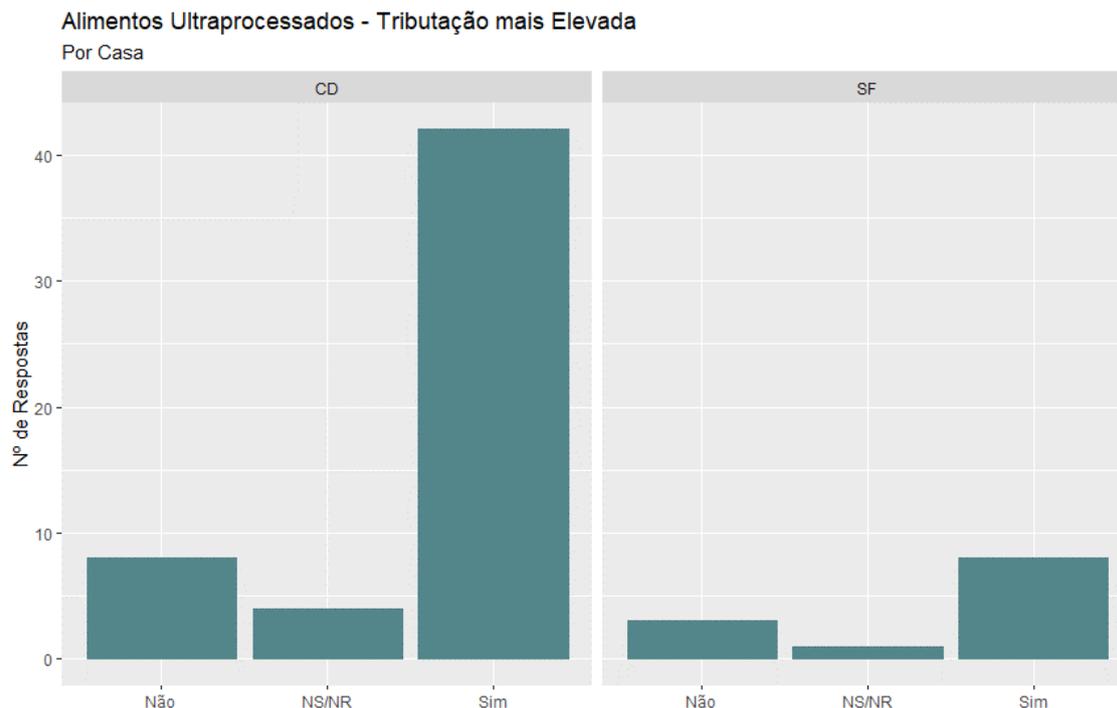
Por Casa



Alimentos Ultraprocessados - Proibição nas Escolas

Por Casa





6.2. Descritivo sintético

Respostas negativas/afirmativas, percentual:

- Proibição da oferta: Sim (74); Não (17); NS/NR (9);
- Proibição da publicidade: Sim (70); Não (23); NS/NR (7);
- Tributação mais elevada: Sim (76); Não (17); NS/NR (7).

6.3. Analítico

No tocante aos alimentos ultraprocessados, os parlamentares também se manifestam, de forma bastante coesa, favoráveis a práticas saudáveis. Perguntados sobre a proibição da oferta e comercialização de alimentos ultraprocessados nas escolas públicas e privadas, 74% foram pró-proibição.

Inquiridos sobre a proibição da publicidade de alimentos ultraprocessados dirigida a crianças e adolescentes, 70% dos congressistas foram pró-proibição. E questionados sobre a possibilidade de haver uma tributação mais elevada para os alimentos ultraprocessados, 76% foram favoráveis.

A questão não apresenta indícios de diferenças em virtude da posição ideológica dos parlamentares, bem como em função da Casa Legislativa.

7. Imposto seletivo – Incidência – Reforma Tributária

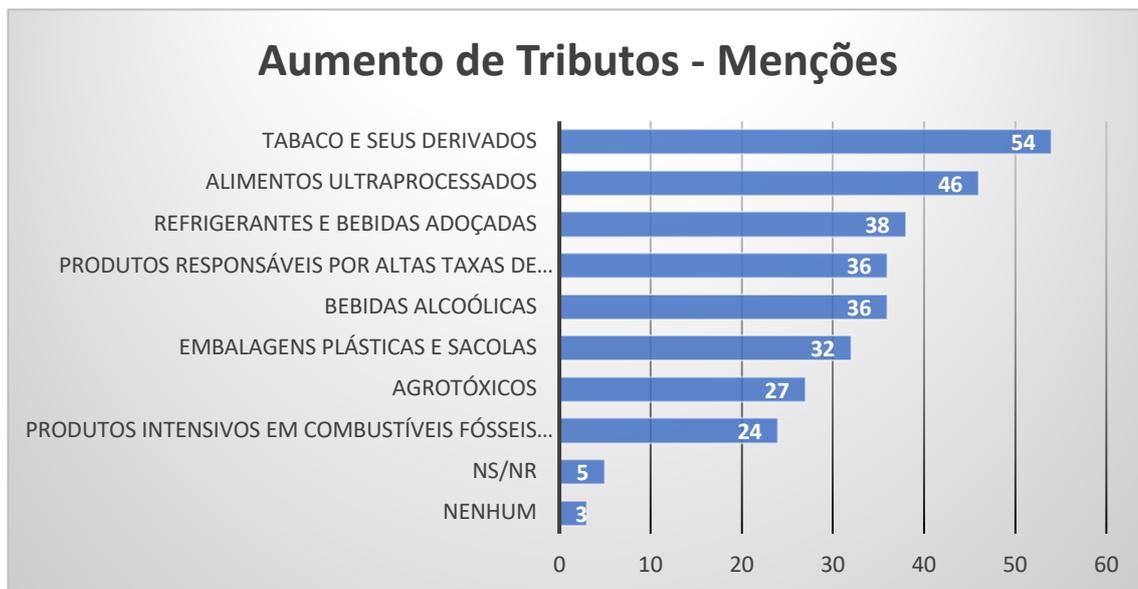
Item questionado	Amplitude de resposta
<p>Na sua opinião, quais dos seguintes produtos deveriam ter seus tributos aumentados por uma possível Reforma Tributária? (escolher um ou mais itens).</p>	<ul style="list-style-type: none"> a) Bebidas alcóolicas b) Tabaco e seus derivados c) Refrigerantes e bebidas adoçadas d) Alimentos ultraprocessados e) Frutas, verduras e legumes f) Agrotóxicos g) Produtos responsáveis por altas taxas de emissão de carbono na sua produção ou uso h) Produtos intensivos em combustíveis fósseis na sua produção i) Embalagens plásticas, sacolas etc. j) NS/NR

7.1. Respostas consolidadas

7.1.1. Tabela

Item	n
a) Bebidas alcóolicas	36
b) Tabaco e seus derivados	54
c) Refrigerantes e bebidas adoçadas	38
d) Alimentos ultraprocessados	46
e) Frutas, verduras e legumes	
f) Agrotóxicos	27
g) Produtos responsáveis por altas taxas de emissão de carbono na sua produção ou uso	36
h) Produtos intensivos em combustíveis fósseis na sua produção	24
i) Embalagens plásticas, sacolas, etc.	32
j) NS/NR	5
k) Nenhum	3

7.1.2. Gráfico



7.2. Descritivo sintético

Quantidade de menções, possibilidade de escolha múltipla:

- Nenhum (3); NS/NR (5); Produtos intensivos em combustíveis fósseis (24); agrotóxicos (27); embalagens plásticas e sacolas (32); bebidas alcólicas (36); produtos responsáveis por altas taxas de emissão de carbono (36); refrigerantes e bebidas adoçadas (38); alimentos ultraprocessados (46); tabaco e seus derivados (54).

7.3. Analítico

Questionados sobre a incidência de um imposto seletivo sobre determinados produtos, os parlamentares escolheram o rol apresentado no descritivo sintético. As respostas indicam uma preocupação maior com tabaco e seus derivados e com os alimentos ultraprocessados. No bloco intermediário, refrigerantes e bebidas adoçada, produtos responsáveis por altas taxas de emissão de carbono e bebidas alcólicas.

Ressalte-se que a resposta à pergunta pode permitir a suposição de que os congressistas são favoráveis à existência do imposto seletivo (perceba-se que houve inclusive quem respondesse 'nenhum').

8. Reforma Tributária – Concordância com itens específicos

Item questionado	Amplitude de resposta
Em relação a uma possível Reforma Tributária, em termos de concordância pessoal, sendo 1=mínima concordância e 5=máxima concordância, como o sr./a sra. avalia os itens abaixo:	1 = discordo totalmente 2 = discordo parcialmente 3 = indiferente 4 = concordo parcialmente 5 = concordo totalmente

8.1. Respostas consolidadas

8.1.1. Tabela

	1	2	3	4	5	NS/ NR	Média
Deve ser vedado crédito subsidiado com recurso público ou incentivo fiscal para produtos prejudiciais à saúde.	8	3	8	7	35	5	3,95
Os recursos arrecadados com um hipotético tributo sobre produtos prejudiciais à saúde devem ser vinculados à programas de saúde pública, especialmente aqueles voltados para ações de prevenção e promoção da saúde.	6	4	7	8	39	2	4,09
Deve haver aprimoramento da política tributária da cesta básica, garantindo o incentivo aos alimentos saudáveis e o desestímulo aos alimentos ultraprocessados.	3	1	9	6	41	6	4,35
Deve ser criado um mecanismo de responsabilização dos fabricantes de produtos nocivos, em virtude dos prejuízos que causam à saúde, economia e meio ambiente, considerando os princípios do poluidor – pagador.	8	3	9	7	30	9	3,84

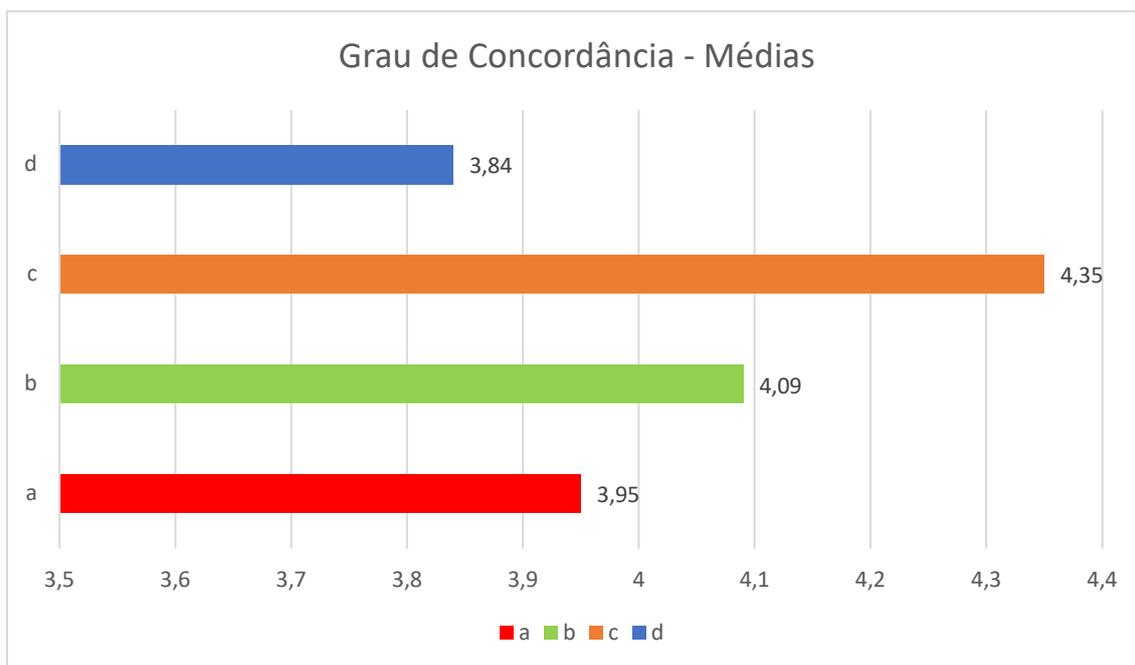
8.1.2. Tabela - %

	1	2	3	4	5	NS/ NR
Deve ser vedado crédito subsidiado com recurso público ou incentivo fiscal para produtos prejudiciais à saúde.	12,12	4,55	12,12	10,61	53,03	7,58
Os recursos arrecadados com um hipotético tributo sobre produtos prejudiciais à saúde devem ser vinculados à programas de saúde pública, especialmente aqueles voltados para ações de prevenção e promoção da saúde.	9,09	6,06	10,61	12,12	59,09	3,03
Deve haver aprimoramento da política tributária da cesta básica, garantindo o incentivo aos alimentos saudáveis e o desestímulo aos alimentos ultraprocessados.	4,55	1,52	13,64	9,09	62,12	9,09
Deve ser criado um mecanismo de responsabilização dos fabricantes de produtos nocivos, em virtude dos prejuízos que causam à saúde, economia e meio ambiente, considerando os princípios do poluidor – pagador.	12,12	4,55	13,64	10,61	45,45	13,64

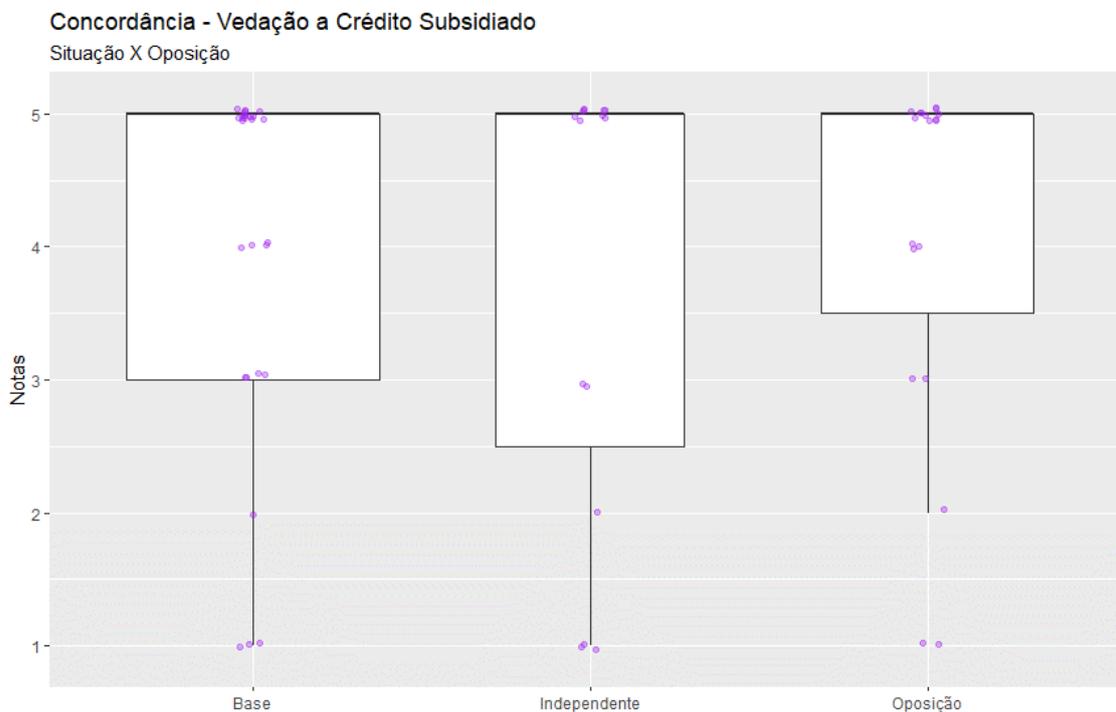
8.1.3. Tabela consolidação notas negativas e positivas - %

	1+2	4+5
Deve ser vedado crédito subsidiado com recurso público ou incentivo fiscal para produtos prejudiciais à saúde.	16,67	63,64
Os recursos arrecadados com um hipotético tributo sobre produtos prejudiciais à saúde devem ser vinculados à programas de saúde pública, especialmente aqueles voltados para ações de prevenção e promoção da saúde.	15,15	71,21
Deve haver aprimoramento da política tributária da cesta básica, garantindo o incentivo aos alimentos saudáveis e o desestímulo aos alimentos ultraprocessados.	6,06	71,21
Deve ser criado um mecanismo de responsabilização dos fabricantes de produtos nocivos, em virtude dos prejuízos que causam à saúde, economia e meio ambiente, considerando os princípios do poluidor – pagador.	16,67	56,06

8.1.4. Médias - Gráfico



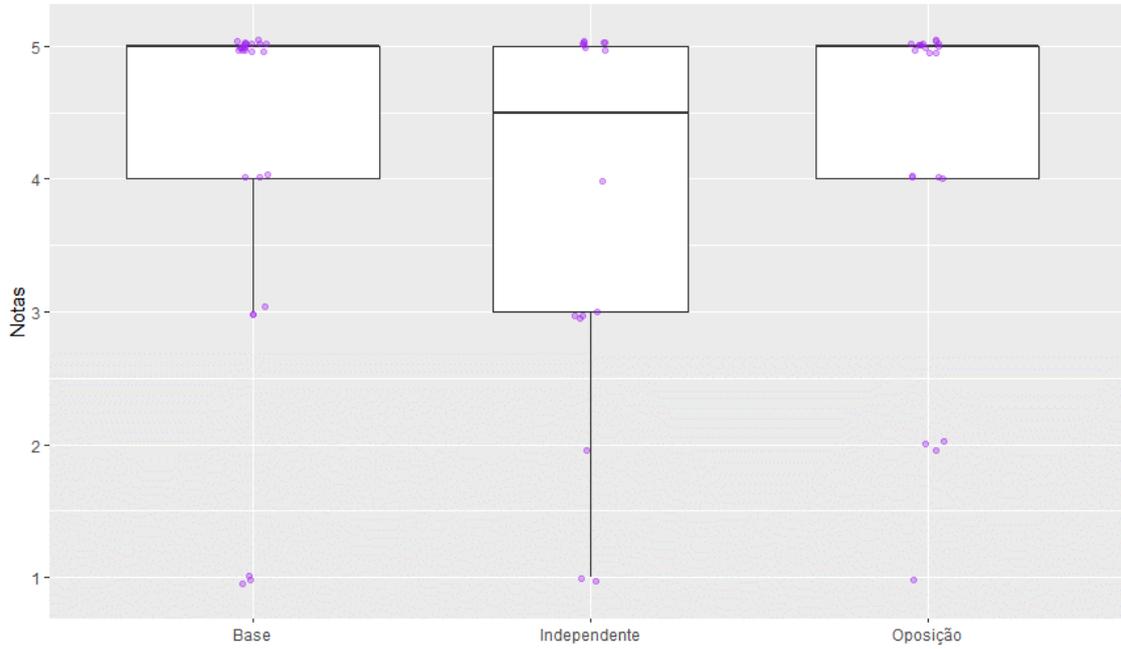
8.1.5. Itens da Agenda - Nível de concordância - respondentes por perfil - Gráficos²



² O "gráfico de caixa" l e-se da seguinte forma. O lado inferior da caixa limita abaixo as 25% piores notas. A linha horizontal no meio da caixa, as 50% (trata-se da mediana) e a linha superior, as 75% piores notas. Estão presentes também no gráfico a dispersão das notas (pontos coloridos) sobrepostas às caixas

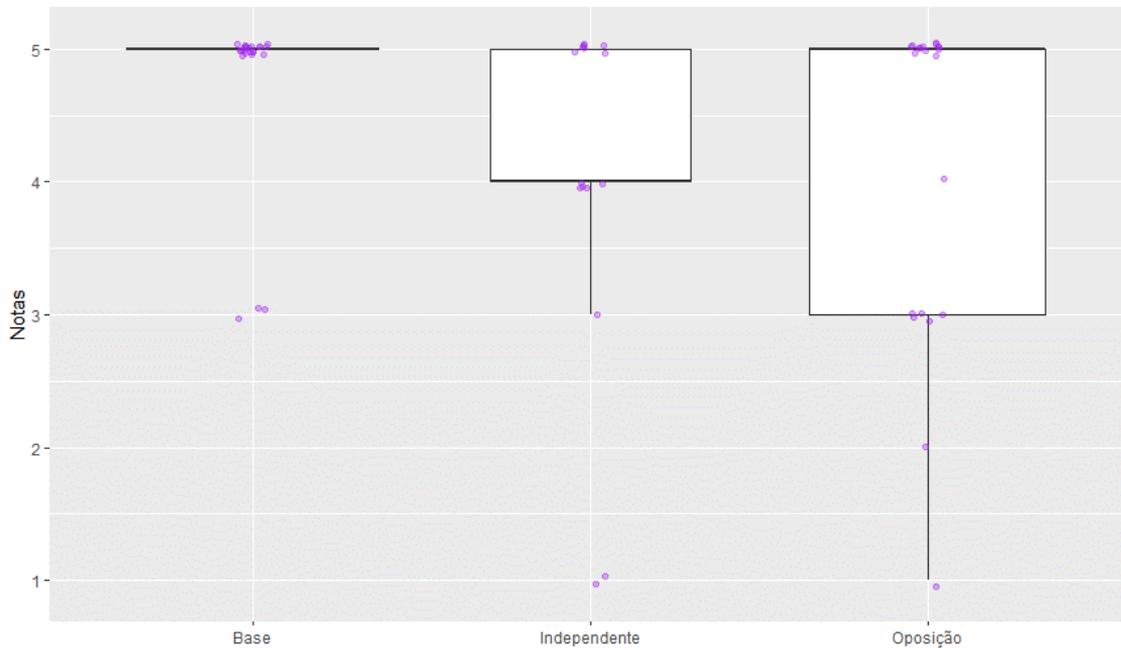
Concordância - Vinculação do tributo sobre produtos prejudiciais à saúde

Situação X Oposição



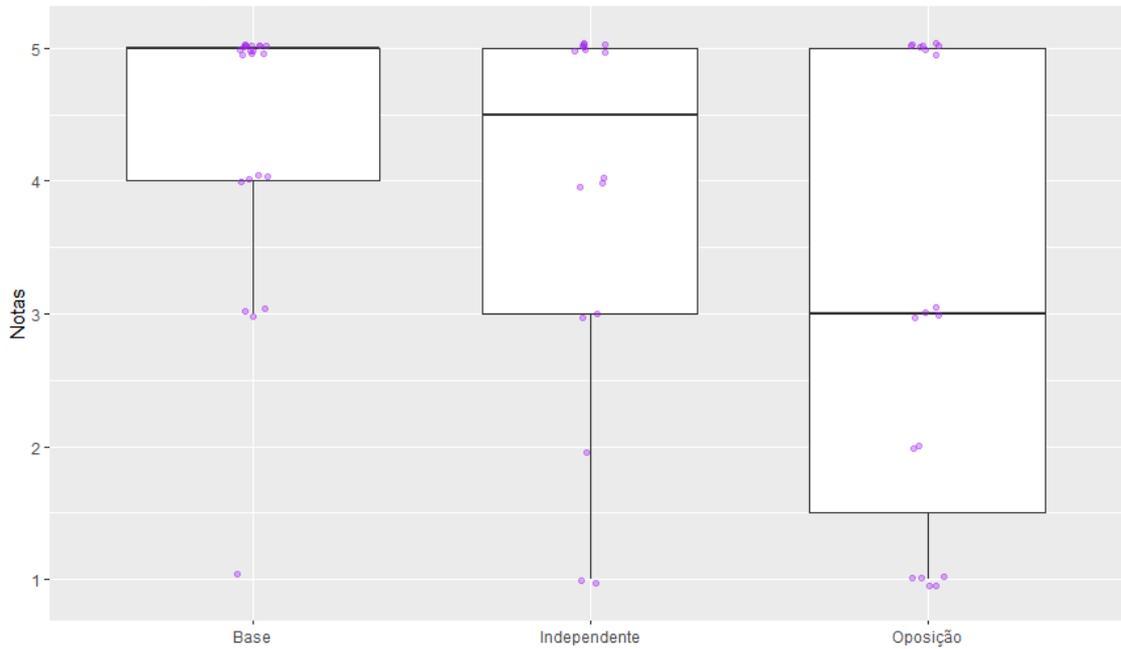
Concordância - Cesta Básica - Incentivo aos Alimentos Saudáveis e Desestímulo aos Ultraprocessados

Situação X Oposição



Concordância - Responsabilização dos fabricantes de produtos nocivos - princípio do poluidor-pagador

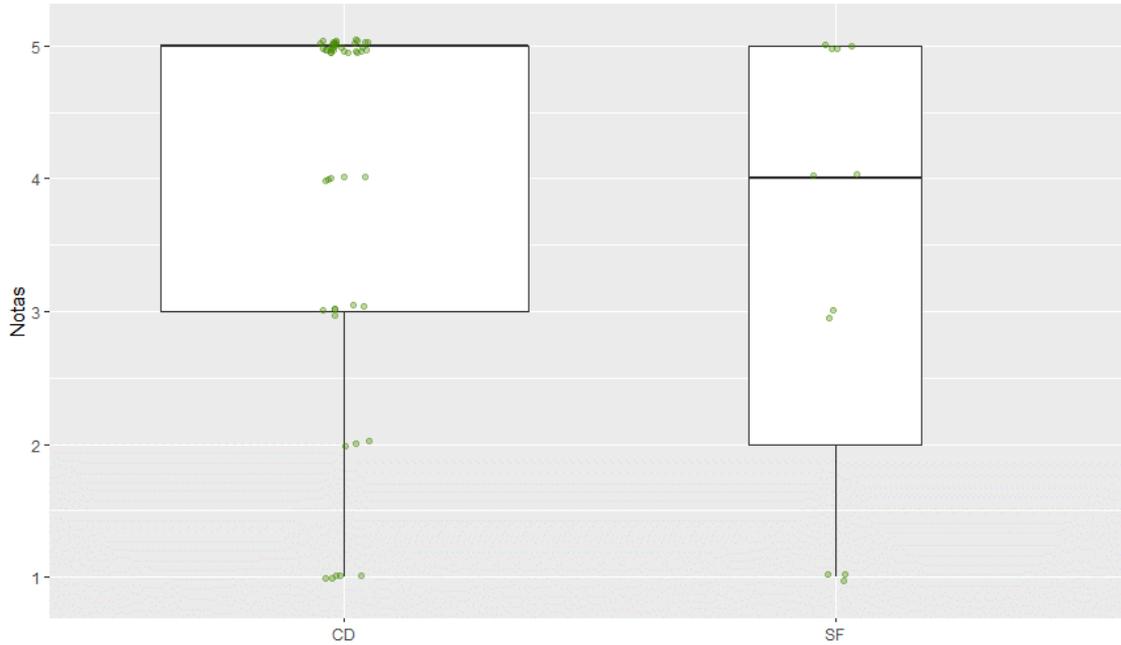
Situação X Oposição



8.1.6. Itens da Agenda - Nível de concordância - respondentes por Casa Legislativa

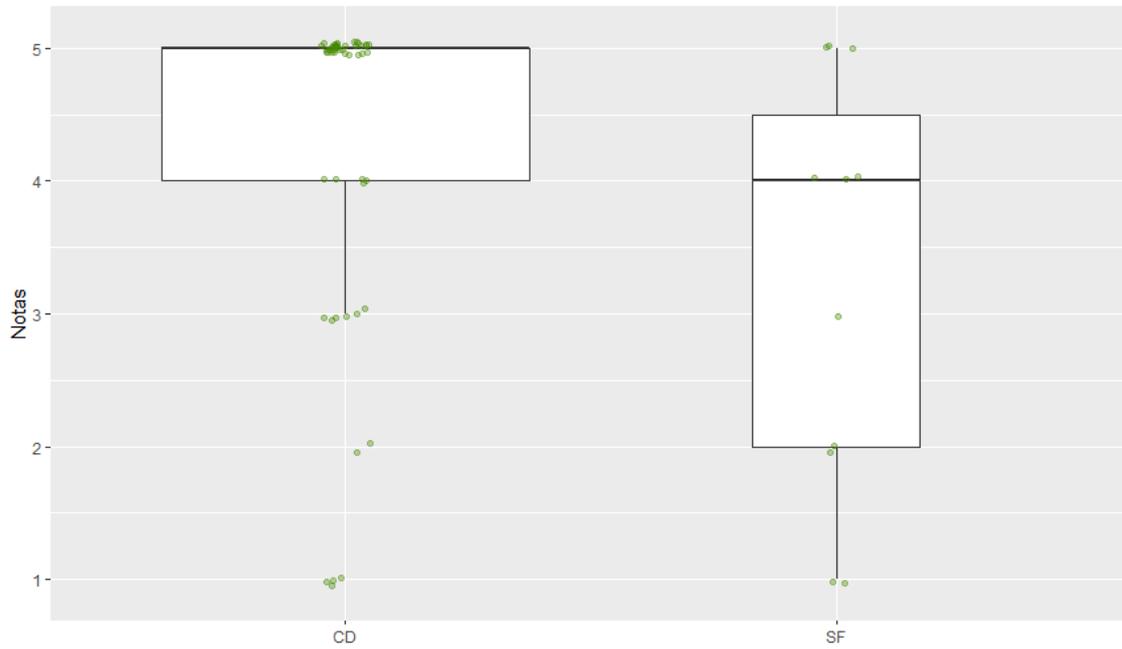
Concordância - Vedação a Crédito Subsidiado

Por Casa



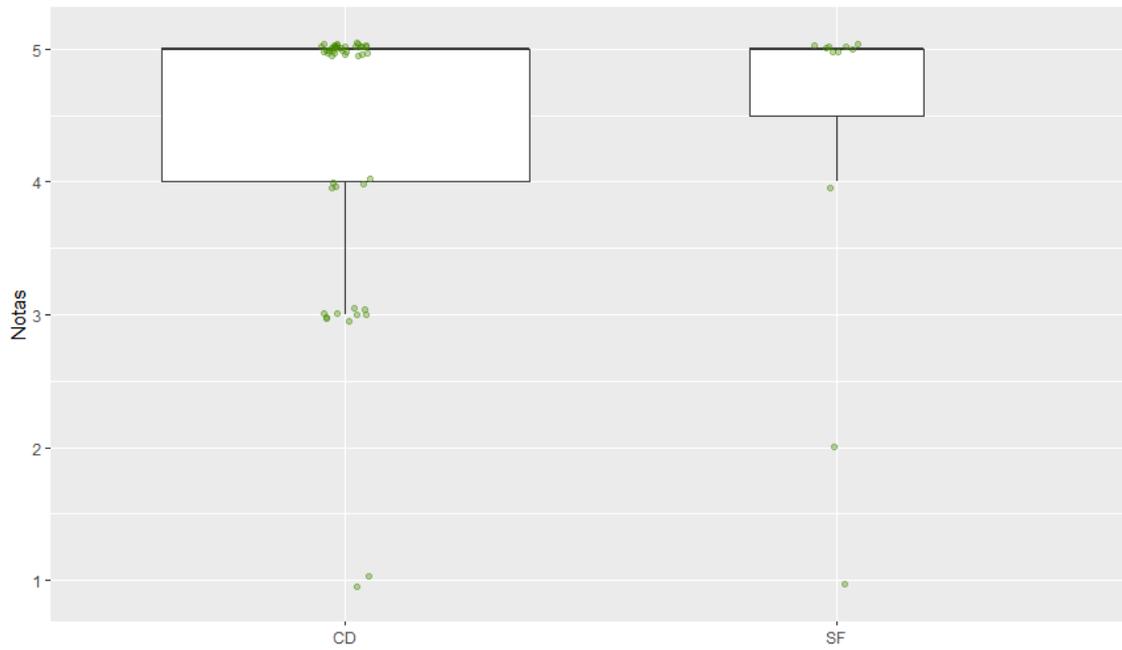
Concordância - Vinculação do tributo sobre produtos prejudiciais à saúde

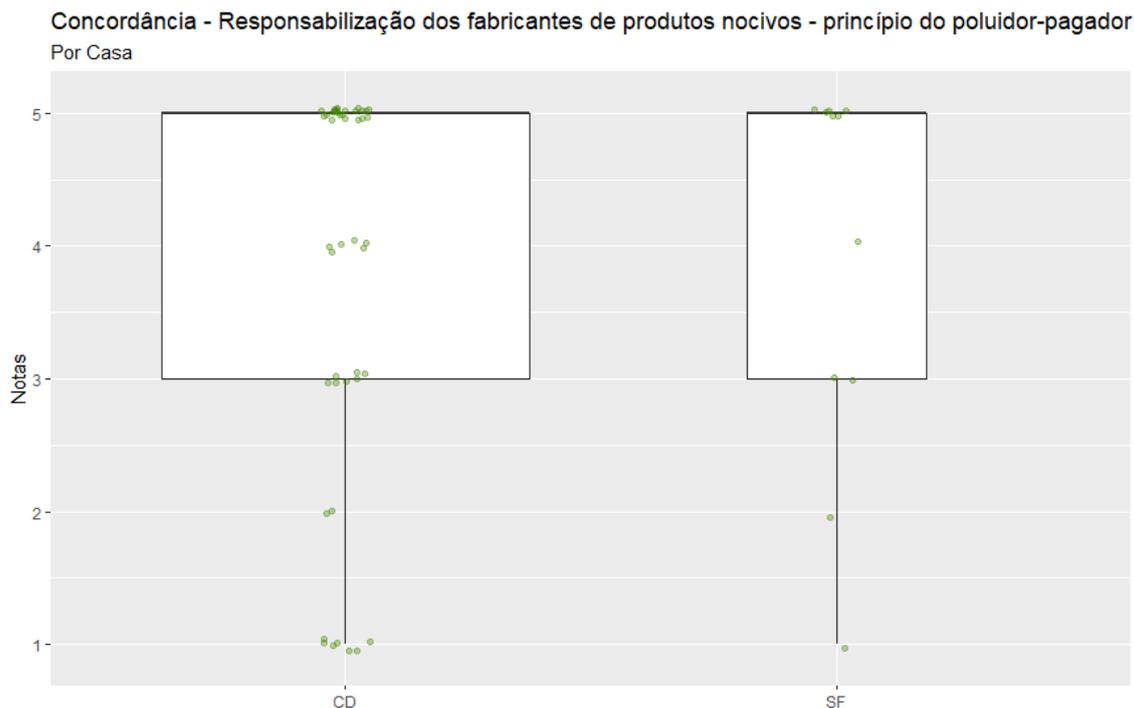
Por Casa



Concordância - Cesta Básica - Incentivo aos Alimentos Saudáveis e Desestímulo aos Ultraprocessados

Por Casa





8.2. Descritivo sintético

Médias de nível de concordância (obtidas a partir de uma escala Likert de 1 a 5, sendo considerado como ponto médio <3>):

- a – 3,95;
- b – 4,09;
- c – 4,35;
- d – 3,84.

8.3. Analítico

Ainda no âmbito de uma eventual Reforma Tributária, os parlamentares foram instados a manifestar sua concordância ou discordância com relação a alguns itens específicos.

O primeiro foi “deve ser vedado crédito subsidiado com recurso público ou incentivo fiscal para produtos prejudiciais à saúde”. A média foi 3,95, o que sinaliza uma concordância maior do que a discordância (na escala, o ponto médio é 3).

O segundo ponto foi “Os recursos arrecadados com um hipotético tributo sobre produtos prejudiciais à saúde devem ser vinculados à programas de saúde pública, especialmente aqueles voltados para ações de prevenção e promoção da saúde”. A média foi 4,09.

O terceiro tópico foi “deve haver aprimoramento da política tributária da cesta básica, garantindo o incentivo aos alimentos saudáveis e o desestímulo aos alimentos

ultraprocessados". Esse foi o item com a maior média, sinalizando alta aprovação – 4,35.

Finalmente, o quarto item foi "deve ser criado um mecanismo de responsabilização dos fabricantes de produtos nocivos, em virtude dos prejuízos que causam à saúde, economia e meio-ambiente, considerando os princípios do poluidor-pagador". A média foi 3,84.

Percebe-se coerência na resposta dos congressistas, indicando de uma forma geral que há concordância com relação a itens da Reforma Tributária que tenham viés pró-saúde ou pró-meio ambiente.

9. Expectativas para governo Lula

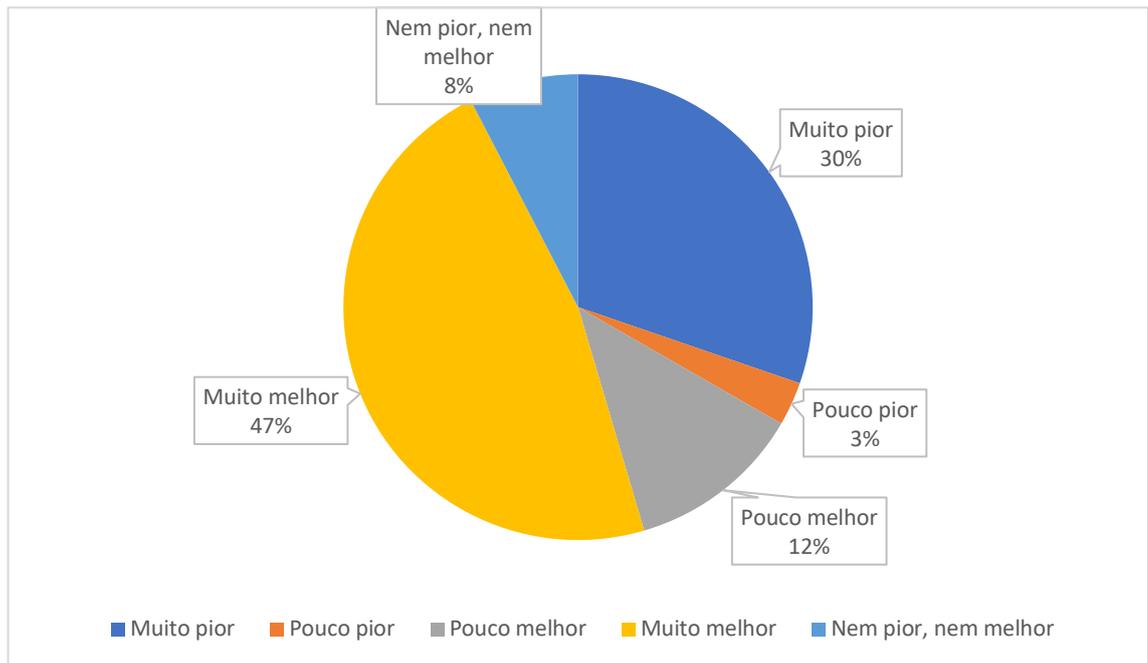
Item questionado	Amplitude de resposta
<p>Qual das respostas abaixo melhor reflete suas expectativas em relação ao governo Lula, iniciado em 1º de janeiro de 2023?</p>	<ul style="list-style-type: none"> a) Tende a ser muito pior do que o governo anterior. b) Tende a ser um pouco pior que o governo anterior. c) Tende a ser um pouco melhor que o governo anterior. d) Tende a ser muito melhor do que o governo anterior. e) Não será nem melhor nem pior que o governo Bolsonaro.

9.1. Respostas consolidadas

9.1.1. Tabela

Item	n	%
Muito pior	20	30,3
Pouco pior	2	3,03
Pouco melhor	8	12,12
Muito melhor	31	46,97
Nem pior, nem melhor	5	7,58

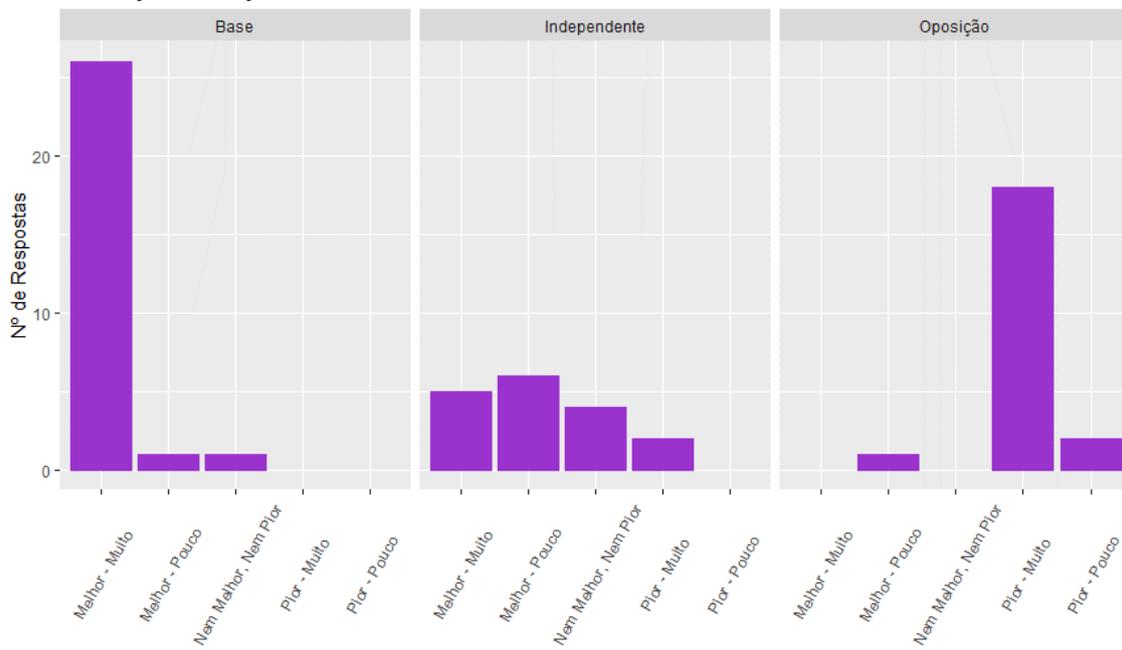
9.1.2. Gráfico



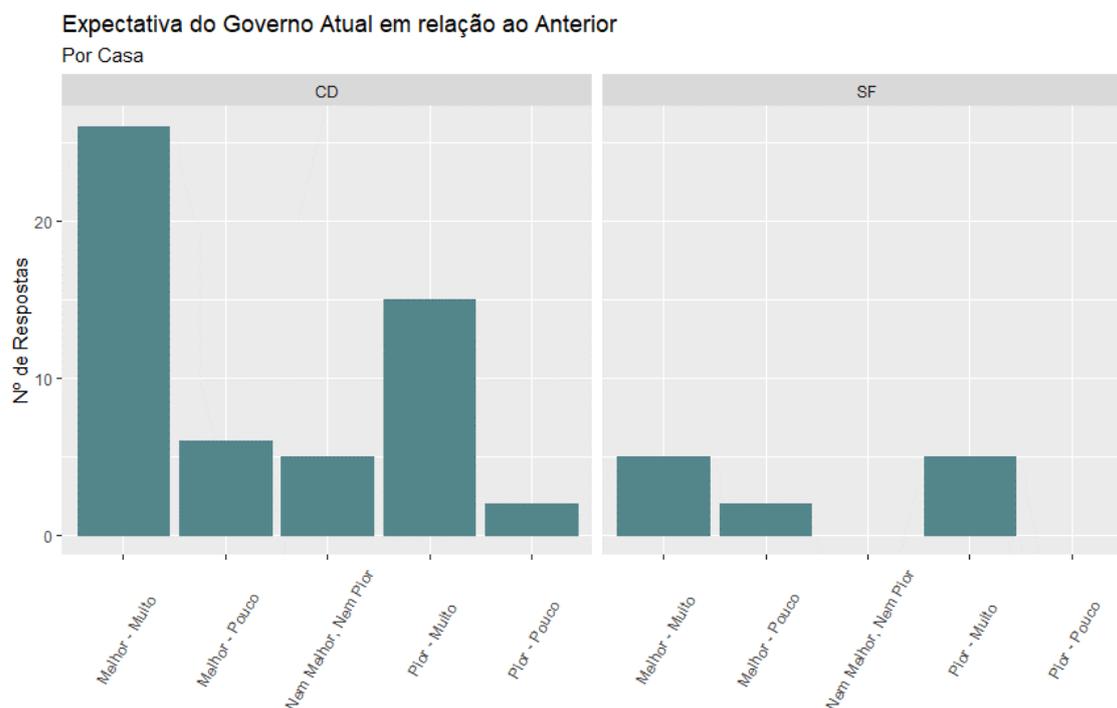
9.1.3. Gráfico – conforme perfil dos respondentes

Expectativa do Governo Atual em relação ao Anterior

Por Posição em Relação ao Governo



9.1.3. Gráfico – conforme Casa Legislativa



9.2. Descritivo sintético

Percentual de respostas sobre questão das expectativas em relação ao governo Lula, escolha única:

- Muito pior (30,3%);
- Pouco pior (3,03%);
- Pouco melhor (12,12%);
- Muito melhor (46,97%);
- Nem pior, nem melhor (7,58%).

9.3. Analítico

Evidentemente, uma questão dessa natureza despertaria a polarização entre os respondentes. De todo modo, pode-se afirmar que há uma expectativa mais favorável do que negativa em relação ao governo Lula. Os que consideram que o governo será pouco melhor ou muito melhor em relação ao governo anterior são 59,09%. Os que consideram que será muito pior ou pouco pior são 33,33%.

Confirma a polarização o fato de apenas 7,58% terem optado pela indiferença ('nem pior, nem melhor'). Olhando-se para as Casas Legislativas, registra-se uma opinião um pouco mais desfavorável entre os senadores.

10. Redes sociais – preferência como usuário

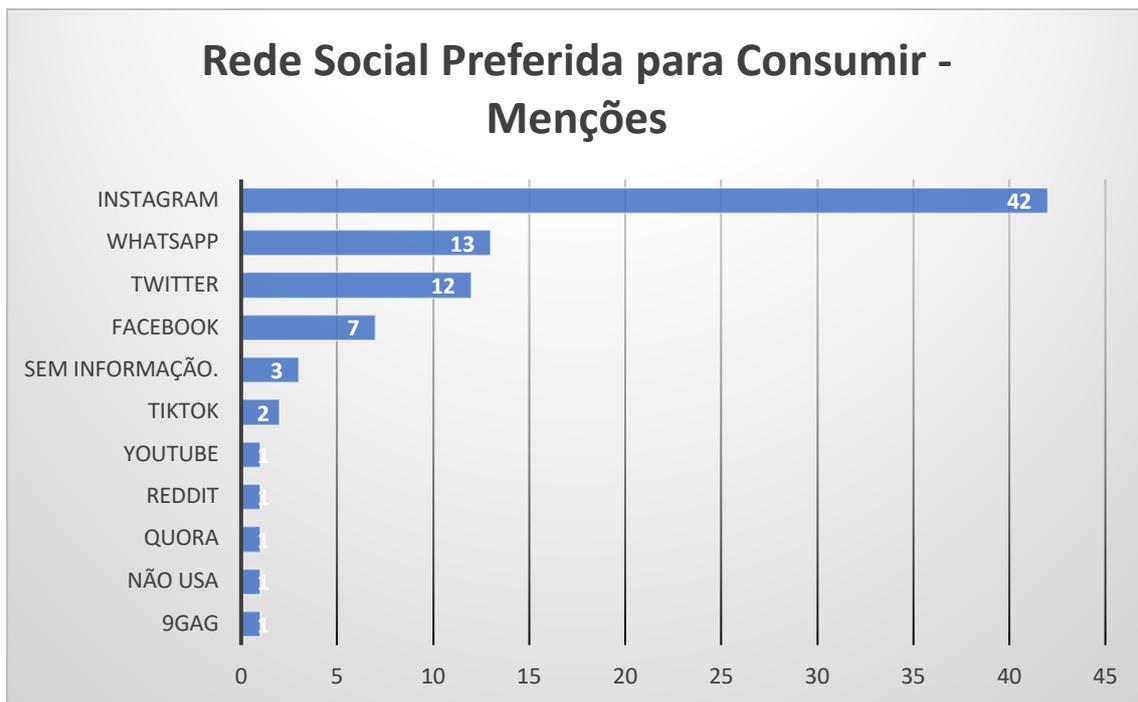
Item questionado	Amplitude de resposta
Qual a rede social a sra. / o sr. prefere consumir, como usuário?	Resposta aberta

10.1. Respostas consolidadas

10.1.1. Tabela

Item	n	%
Não usa	1	1,19%
Sem informação.	3	3,57%
9gag	1	1,19%
Reddit	1	1,19%
YouTube	1	1,19%
TikTok	2	2,38%
Facebook	7	8,33%
Twitter	12	14,29%
WhatsApp	13	15,48%
Instagram	42	50,00%
TOTAL	84	100,00%

10.1.2. Gráfico



10.2. Descritivo sintético

Quantidade de menções, resposta aberta:

- Instagram (42); Whatsapp (13); Twitter (12); Facebook (7); TikTok (2); YouTube (1); Reddit (1); Quora (1); 9GAG (1).

11. Redes sociais – preferência para postar conteúdo

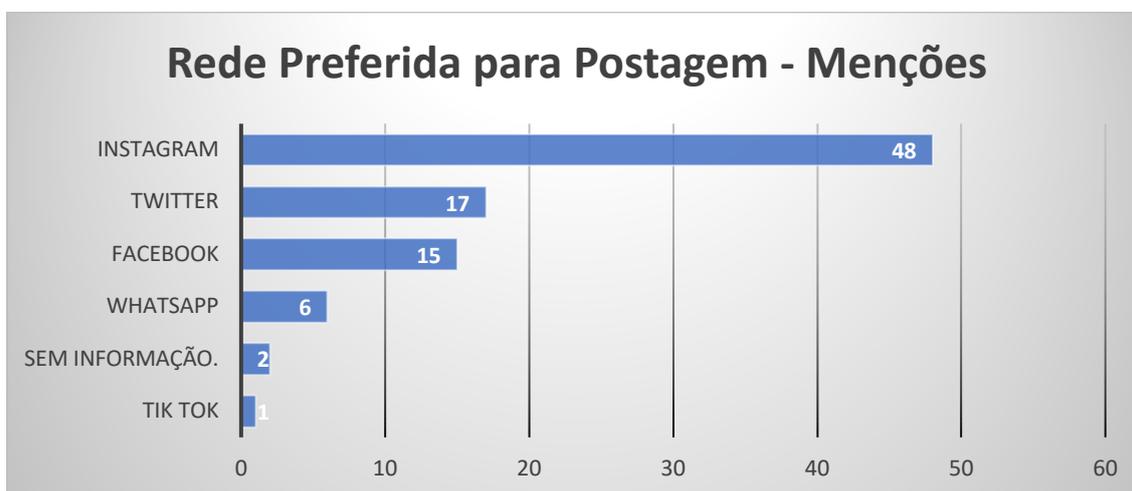
Item questionado	Amplitude de resposta
Em qual rede social a sra. / o sr. prefere postar conteúdo?	Resposta aberta

11.1. Respostas consolidadas

11.1.1. Tabela

Item	n	%
Sem informação.	2	2,25%
Tik Tok	1	1,12%
WhatsApp	6	6,74%
Facebook	15	16,85%
Twitter	17	19,10%
Instagram	48	53,93%
TOTAL	89	100,00%

11.1.2. Gráfico



11.2. Descritivo sintético

Quantidade de menções, resposta aberta:

- Instagram (48); Twitter (17); Facebook (15); Whatsapp (6); TikTok (1).

12. Redes sociais – frequência de postagens

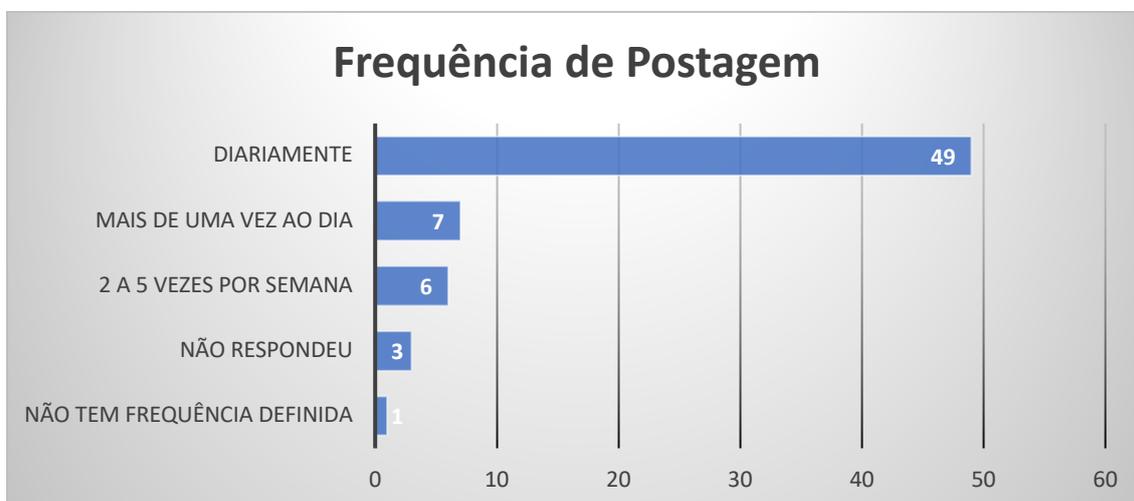
Item questionado	Amplitude de resposta
Qual é a frequência com que a sra./ o sr. posta conteúdo em redes sociais?	Resposta aberta

12.1. Respostas consolidadas

12.1.1. Tabela

Item	n	%
Não respondeu	3	1,52
Não tem frequência definida	1	4,55
2 a 5 vezes por semana	6	9,09
Mais de uma vez ao dia	7	10,61
Diariamente	49	74,24

12.1.2. Gráfico



12.2. Descritivo sintético

Quantidade de menções, resposta aberta:

- diariamente (49); mais de uma vez ao dia (7); 2 a 5 vezes por semana (6); sem frequência definida (1); não respondeu (3).

13. Redes sociais – tempo de conexão

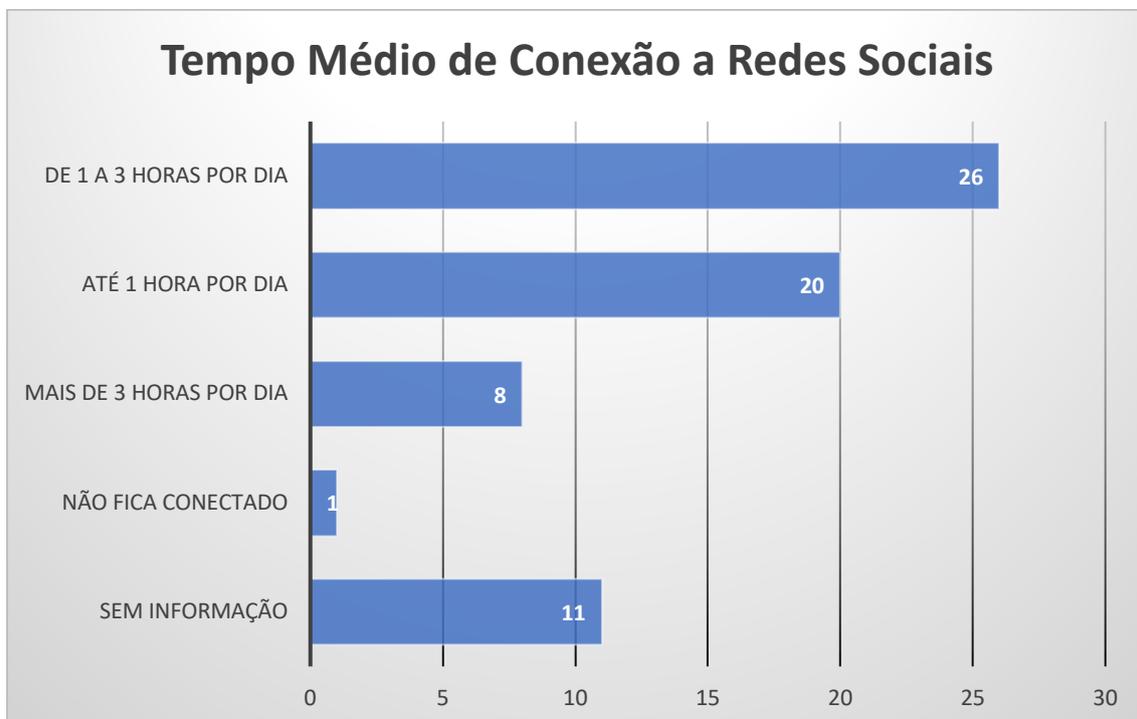
Item questionado	Amplitude de resposta
Quanto tempo em média a sra. / o sr. fica conectado a redes sociais?	Resposta aberta

13.1. Respostas consolidadas

13.1.1. Tabela

Item	n	%
Sem informação	11	16,67%
Não fica conectado	1	1,52%
Até 1 hora por dia	20	30,30%
De 1 a 3 horas por dia	26	39,39%
Mais de 3 horas por dia	8	12,12%

13.1.2. Gráfico



13.2. Descritivo sintético

Quantidade de menções, resposta aberta:

- de 1 a 3 horas por dia (26); até 1h por dia (20); mais de 3 horas por dia (8); não fica conectado (1); sem informação (11).

B. PERFIL DA AMOSTRA

Casa legislativa

Câmara	Senado	Total
54	12	66
81,82%	18,18%	100%

Posição em relação ao governo

Base	Independente	Oposição	Total
28	17	21	66
42,42%	25,76%	31,82%	100%

Partido

PARTIDO	n	%
Cidadania	1	1,52%
MDB	5	7,58%
Novo	2	3,03%
PDT	1	1,52%
PL	17	25,76%
PP	4	6,06%
PSB	2	3,03%
PSD	8	12,12%
PSDB	1	1,52%
PSol	1	1,52%
PT	12	18,18%
PV	1	1,52%
Patriota	1	1,52%
Podemos	1	1,52%
Psol	1	1,52%
Rede	1	1,52%
Republicanos	1	1,52%
Solidariedade	1	1,52%
União Brasil	5	7,58%
TOTAL	66	100,00%

UF

UF	N	%
Acre	2	3,03%
Alagoas	2	3,03%
Amapá	1	1,52%
Amazonas	2	3,03%
Bahia	4	6,06%
Ceará	1	1,52%
Distrito Federal	4	6,06%
Espírito Santo	1	1,52%
Goiás	1	1,52%
Maranhão	2	3,03%
Mato Grosso	1	1,52%
Minas Gerais	8	12,12%
Paraná	5	7,58%
Paraíba	1	1,52%
Pará	1	1,52%
Pernambuco	5	7,58%
Piauí	2	3,03%
Rio Grande do Sul	4	6,06%
Rio de Janeiro	5	7,58%
Rondônia	1	1,52%
Roraima	1	1,52%
Santa Catarina	4	6,06%
Sergipe	2	3,03%
São Paulo	6	9,09%
TOTAL	66	100,00%

Região

	n	%
Centro-Oeste	6	9,09%
Nordeste	18	27,27%
Norte	9	13,64%
Sudeste	23	34,85%
Sul	10	15,15%
TOTAL	66	100,00%

Ideologia

	n	%
Direita	31	46,97%
Centro-direita	14	21,21%
Centro	3	4,55%
Centro-esquerda	3	4,55%
Esquerda	15	22,73%
TOTAL	66	100,00%



**Congresso
em Foco**

Insider

**Tudo o que você
precisa saber,
antes mesmo
de virar notícia.**

O pacote premium do Congresso em Foco ficou melhor.

Com o **Congresso em Foco Insider**, você recebe diretamente no seu celular conteúdos exclusivos sobre o que está acontecendo agora em Brasília, como se estivesse dentro do Congresso e da nossa redação.

Receba alertas, análises, vídeos e áudios exclusivos, preparados pela nossa equipe e com a credibilidade de quem tem quase 20 anos de cobertura diária da política brasileira.

EXPERIMENTE GRÁTIS POR 30 DIAS

Painel
do Poder

Congresso
em Foco